



**Marcus Vidal Moura dos Santos**

**Uma topologia móvel das  
multiplicidades na obra de  
Gilles Deleuze**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Rodrigo Guimarães Nunes

Rio de Janeiro  
Setembro de 2018



## **Marcus Vidal Moura dos Santos**

### **"Uma topologia móvel das multiplicidades na obra de Gilles Deleuze"**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Rodrigo Guimarães Nunes**

Orientador

Departamento de Filosofia - PUC-Rio

**Prof. Maurício de Albuquerque Rocha**

Departamento de Direito - PUC-Rio

**Prof. Ovídio de Abreu Filho**

Universidade Federal Fluminense - UFF

**Prof. James Arêas**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Prof. Monah Winofrad**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e  
Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Marcus Vidal Moura dos Santos**

Graduou-se em filosofia na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2010.

#### Ficha Catalográfica

Santos, Marcus Vidal Moura dos

Uma topologia móvel das multiplicidades na obra de Gilles Deleuze / Marcus Vidal Moura dos Santos ; orientador: Rodrigo Guimarães Nunes. – 2018.

132 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Gilles Deleuze. 3. Multiplicidades. 4. Virtual. 5. Intensivo. I. Nunes, Rodrigo Guimarães. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos familiares queridos que sempre incentivaram meus caminhos:

Meu pai Angelo Moura dos Santos, meu vigilante irmão querido Vinicius Moura dos Santos e a minha querida companheira Patrícia Conceição dos Santos.

Aos queridos amigos do círculo de estudos sobre Espinosa coordenado pelo professor Maurício Rocha. As trocas, as doações, os conselhos foram um combustível pra me manter e seguir na Universidade. Aos queridos amigos Angélica Pizarro e João Martins de Abreu, pela voz experiente e calma, pelos conselhos e advertências. João, obrigado por essas ligações no meio do dia e em meio às obrigações; ao parceiro Felipe de Andrade; aos queridos Viviana Ribeiro e Ivo Venerotti pela parceria e pela formatação final do texto.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora:

Ao professor Rodrigo Nunes pela compreensão e cuidado com o meu trabalho. Conciliar nosso tempo não foi coisa fácil, mas as conversas foram um farol para o trabalho.

Aos professores Luís Camilo Osório e Ovídio de Abreu pela disponibilidade. Ao professor James Areas pelos conselhos e pelo incentivo.

Um agradecimento especial ao professor Maurício Rocha por “n” motivos. Nesse caso, muito há para agradecer que excede a mera orientação técnica ou institucional de um professor. Obrigado por tudo, mestre. É a única coisa que consigo dizer no momento.

À Vera Soares dos Santos. Aqui as coisas se embaralham um pouco pra tentar descrever. Mulher, negra e de origem humilde, moveu um batalhão pra eu estar aqui, entre outras coisas.

## Resumo

Santos, Marcus Vidal Moura dos; Nunes, Rodrigo Guimarães (Orientador). **Uma topologia móvel das multiplicidades na obra de Gilles Deleuze**. Rio de Janeiro, 2018. 132p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Uma questão central percorre a filosofia de Gilles Deleuze, a da determinação das multiplicidades “nelas mesmas”: o que são; qual a sua matéria; seus elementos; o tipo de relação que elas implicam; sua realidade singular e seus acontecimentos. Nossa pretensão foi explorar essa questão a partir do mapeamento de três registros fundamentais: o primeiro, correspondente à emergência das multiplicidades no livro *Bergsonismo*; o segundo, correspondente à elaboração de uma teoria das multiplicidades, propriamente deleuziana, presente em *Diferença e Repetição* e; por fim, em uma projeção prático-política a que o conceito é alçado em *Mil Platôs*.

## Palavras-chave

Gilles Deleuze; multiplicidades; virtual; intensivo

## Abstract

Santos, Marcus Vidal Moura dos; Nunes, Rodrigo Guimarães (Advisor). **A mobile topology of multiplicities in the work of Gilles Deleuze**. Rio de Janeiro, 2018. 132p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A central question runs through the Gilles Deleuze's philosophy, the determination of multiplicities "in themselves": what they are; what the substance is; their elements; the type of relationship they imply; their singular reality and their events. Our intention was to explore this issue the mapping of three fundamental registers: the first corresponds to the emergency of multiplicities in the *Bergsonism*'s book; the second corresponds to the elaboration of a theory of multiplicities, properly deleuzian, present in *Difference and Repetition* and, finally, in its practical-political projection to which the concept is raised in a *Thousand Plateaus*.

## Keywords

Gilles Deleuze; multiplicities; virtual; intensive.

# Sumário

1 Introdução	10
2 Multiplicidade e duração	16
2.1. A crítica dos falsos problemas: os “problemas inexistentes”	16
2.2. A distinção entre multiplicidades: uma tipologia das multiplicidades	24
2.3. Ontologia do virtual: a relação entre multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais	29
2.4. A distinção entre o virtual e o possível: atualização e realização	40
2.5. Os movimentos do método: uma topologia móvel das multiplicidades	44
3 Multiplicidade e Ideia	50
3.1. O conteúdo virtual da Ideia	51
3.1.1. Atualização: a diferenciação	55
3.1.2. Atualização: gênese das multiplicidades (razões da gênese ou da produção)	58
3.1.3. Virtualidade e Imanência: razões da imanência	60
3.1.4. O conteúdo virtual da Ideia: relação da Ideia com a Ideia	65
3.1.5. Questão e imperativos: a origem das Ideias	67
3.1.6. A imagem clássica do pensamento: recalçamento da articulação entre questão e problema	69
3.2. Intensidade e individuação	74
3.2.1. A relação entre a Ideia e a intensidade	75
3.2.2. Os dinamismos espaço-temporais	79
3.2.3. Os dinamismos espaço-temporais: Os Spatium	80
3.2.4. O processo de individuação	83

4 Multiplicidade e Agenciamento. As condições da passagem de Bersonismo e Diferença e Repetição a Mil Platôs	86
4.1. Multiplicidades e máquinas (sociais): desejo e sociedade	88
4.2. O dualismo de Mil Platôs	91
4.3. O inimigo-móvel: a unidade a ser subtraída	92
4.4. Tipos de arborescência	94
4.5. As multiplicidades: princípios e características	99
4.6. Linhas e pontos: sistemas pontuais e multilíneares	103
4.7. O indivíduo excepcional	109
4.8. Devir	113
4.9. O plano de imanência: determinação dinâmica e cinética dos corpos	114
4.10. Cartografia e Decalque: o sentido da distinção entre o agenciamento molar e molecular	119
4.11. Dualismo entre rizoma e árvore: irreducibilidade ontológica e axiológica	122
4.12. Fazer o múltiplo	125
5 Conclusão	130
6 Referências bibliográficas	132



## **LISTA DE ABREVIATURA DAS OBRAS DE GILLES DELEUZE CITADAS NA DISSERTAÇÃO**

AE – O anti-édipo

B - Bergsonismo

D – Diálogos

DL – Dois Regimes de Loucos

DR – Diferença e Repetição

EPE – Espinosa e o problema da expressão

EFP – Espinosa: filosofia prática

MD – Método de dramatização

MP – Mil Platôs

QF – O que é a filosofia?

## Introdução

Qual o “lugar” das multiplicidades na obra do filósofo francês Gilles Deleuze?

A resposta a essa pergunta depende de condições análogas as que experimentam os grandes conceitos deleuzianos na esteira do tempo: uma filosofia do “acontecimento”<sup>1</sup>; da diferença; do virtual<sup>2</sup>; da imanência; do sentido; da diferença; do desejo ... Em todos esses casos, recolhidos em uma visada bastante ampla, uma primeira tentativa de aproximação experimenta uma espécie de vertigem, dado o deslocamento permanente do seu material: um arrefecimento de certos conceitos em proveito de outros; o desaparecimento brusco; as substituições (máquina / agenciamento); as retomadas, as involuções; as convergências (plano de imanência, de composição, de univocidade, de consistência)

Com as multiplicidades ocorre algo curioso que merece nosso tratamento de caso: ganha-se em extensão e em modulação. O conceito recobre uma “extensão” considerável e obedece a regimes de tratamentos distintos conforme varia o “lugar” e a ordem de problemas que lhe é inerente. O modo como o conceito se distribui na obra persiste mesmo com as inúmeras demarcações que tentam, por motivos justos de tráfego, enquadrar o pensamento do autor, conforme um tempo, lugar ou temática determinados. Assim ele atravessa diversos recortes: monográfico e autoral; metafísico, ético e político<sup>3</sup>; na filosofia, na ciência e na arte; antes e depois de *Capitalismo e Esquizofrenia*, entre outros.

Nossa proposta de trabalho intersecciona alguns desses domínios a partir do mapeamento de três registros fundamentais: o primeiro, correspondente à emergência das multiplicidades no livro *Bergsonismo*; o segundo, correspondente à elaboração de uma teoria das multiplicidades, propriamente deleuziana, presente em *Diferença e Repetição* e; por fim, em uma projeção prático-política a que o conceito é alçado em *Mil Platôs*.

---

<sup>1</sup> ZOURABICHVILI, 2016.

<sup>2</sup> ALLIEZ, 1966.

<sup>3</sup> HARDT, 1996.

Decerto que esses registros são trabalhados por um contexto histórico mais amplo que o próprio Deleuze, tanto só como em sua parceria com Guattari, sempre procurou explicitar e justificar. Assim, *Bergsonismo* e *Diferença e Repetição* surgem no conturbado fim da década de sessenta, justamente, no limite do acontecimento “maio de 68”. Já *Mil Platôs* respira ares do começo da década de 80. Tais momentos constituem peça chave não só pela forma como repercutem na obra dos dois autores, mas, também, pelo modo particular como a filosofia dos dois autores rebate essa influência nos termos de uma tradução do quadro ou do estado do pensamento da época. Sobre este último ponto, gostaríamos de fazer algumas observações.

O caso do *Bergsonismo* converge em parte com *Diferença e Repetição*, mas esse último nos interessa mais diretamente<sup>4</sup>. A esse respeito, Deleuze traz à luz as razões de sua intervenção em convergência com algumas linhas do pensamento contemporâneo no prólogo de *Diferença e Repetição*<sup>5</sup>. Em linhas gerais, trata-se da emergência de um novo quadro da filosofia e das ciências que investe contra o imperioso hegelianismo que ainda dominava a cena contemporânea<sup>6</sup>. No caso de Deleuze, em particular, a emergência de uma concepção da diferença, correlata às multiplicidades, investe frontalmente contra um regime de subordinação articulado pelos mecanismos da identidade e da negação e legitimado pelas filosofias da representação. O modo como a diferença e a repetição se subtraem às identidades é contíguo à subtração das multiplicidades em relação à dialética do uno e do múltiplo. Não só Nietzsche, mas, também, Bergson é mobilizado na crítica à dialética hegeliana.

Já em relação a *Mil Platôs* e na ponta que o liga a *Anti-Édipo* por *Capitalismo e Esquizofrenia* cumpre a Deleuze e Guattari um certo fardo de ter que justificar, em alguns momentos, o aparente sucesso de uma obra e o aparente insucesso de

---

<sup>4</sup> Sobre o que poderíamos compreender como as razões de uma retomada de Bergson em Deleuze e de sua inserção em um contexto da história da filosofia contemporânea, nos reportamos às reconstituições de Frédéric Worms (2011), Michael Hardt (1996) e Bento Prado Júnior, Pereira e Ferraz (1981).

<sup>5</sup> DR., p. 16: “A orientação cada vez mais acentuada de Heidegger na direção de uma filosofia da Diferença ontológica; o exercício do estruturalismo...; a arte do romance contemporâneo, a descoberta, em todos os domínios, de uma potência própria de repetição, potência que também seria a do inconsciente, da linguagem, da arte”.

<sup>6</sup> HARDT, 1996, p. 9.

outra. A sua diferença e sua distância – não apenas cronológica, mas de projeto – recolhe nas condições atmosféricas da época, um cenário bem pessimista do ponto de vista do quadro do saber constituído<sup>7</sup>. Enquanto que em uma ponta, o *Anti-Édipo* se encontrava ainda vascularizado pelo clima de efervescência de fins da década de sessenta, a recepção e a possível expansão de *Mil Platôs*, ao que parece, se encontra contingenciada e represada pela reterritorialização reacionária que investe contra maio de 68.

Voltando à questão mais restrita das multiplicidades, em diferentes momentos de sua obra, Deleuze nos situa, histórica e conceitualmente, a respeito da emergência do conceito. Essa novidade circulava pelo saber de forma geral em fins do século XIX e início do século XX: na física e matemática com Riemman; na filosofia analítica com Russel e Meinong e; na fenomenologia de Husserl. No essencial, tratava-se de estabelecer uma distinção entre dois tipos de multiplicidades<sup>8</sup>.

A apropriação deleuziana do conceito de multiplicidade data dos seus estudos iniciais sobre a obra de Bergson. Dos exatos dez anos que separam seus dois artigos<sup>9</sup> de seu livro, *O Bergsonismo* de 1966, o conceito de multiplicidade ocupa um destacado relevo. Deve-se a Bergson não a cunhagem do termo, propriamente dito, mas sua transposição para a metafísica dando-lhe um novo alcance.

Deleuze dimensiona um primeiro aspecto o qual condiciona toda sua filosofia e que é central para nossa abordagem: trata-se de uma nova forma de dispor e articular os problemas em filosofia com a providencial vantagem de recusar a interferência de uma “combinação”, de matriz dialética, entre o uno e o múltiplo em sua operação<sup>10</sup>. Isso implica, portanto, uma tarefa preliminar decisiva: expor o procedimento de combinação entre o uno e o múltiplo e denunciar que a sua vigência atua como um dispositivo de falsificação e desvirtuamento do real na história do pensamento.

O corolário de tal operação é o de que só há multiplicidades, porém não de forma indiscriminada. Temos dois tipos de multiplicidades que se comportam de

<sup>7</sup> MP., v. 1, p. 9; DL., p. 184.

<sup>8</sup> B., p. 32; DR., p. 260; MP., v.1, p. 59; MP., v.5, p. 203.

<sup>9</sup> B., apêndice, p. 103; p. 119.

<sup>10</sup> B., p. 37.

maneira completamente distinta: uma multiplicidade virtual qualitativa e uma multiplicidade atual quantitativa. Essas recobrem inúmeras distinções na obra de Bergson, dentre as quais a mais importante é a distinção entre o tempo (forma pura) e o espaço (misto impuro).

É já no capítulo inicial sobre o livro *Bergsonismo* que o "problema das multiplicidades" se encontra distribuído e encadeado em três momentos: 1) uma distinção entre dois tipos de multiplicidade, suas características e seu princípio de divisão – o que Deleuze designa uma tipologia; 2) uma distribuição dos dois tipos de multiplicidades em duas ordens e regimes distintos. Assim, as multiplicidades qualitativas (tempo) correspondem à instância virtual e as multiplicidades quantitativas correspondem ao atual (espaço); 3) a relação entre as duas instâncias do ponto de vista de uma coexistência e de uma gênese, ou seja, o modo como as multiplicidades atuais são produzidas pelas virtuais e como estas coexistem do ponto de vista de um monismo.

*Diferença e Repetição* comunga desse mesmo espírito: distribui tipologicamente as multiplicidades e avança na determinação topológica, posto que oferece um ponto de gênese entre as multiplicidades virtuais e atuais. Abordaremos, em um primeiro momento, um quadro de correspondência entre os aspectos dos dois tipos de multiplicidades e, em seguida, a descrição do processo que efetua essa correspondência por meio da individuação. É nesse segundo momento que as multiplicidades numéricas passam a ser compreendidas a partir das multiplicidades qualitativas e se esclarece o estatuto das relações nas quais uma multiplicidade deriva da outra. Esse investimento é referente ao segundo capítulo do nosso trabalho.

Em *Mil Platôs*, a coisa se complexifica pois é disposta em uma angulação distinta dos momentos anteriores. O problema das multiplicidades aí parece se organizar em um dualismo que contabiliza, em um dos seus polos, os procedimentos de subordinação das multiplicidades que se radicam nas multiplicidades atuais. Tais procedimentos se originam da determinação numérica das multiplicidades, ou seja, da condição de sua atualização, mas desvirtuam essa condição ora lhe dando um sentido predicativo em relação à uma unidade, ora a combinando-a com o uno por meio de uma dialética negativa.

Acreditamos que o dualismo que é constituído em *Mil Platôs* vem recobrir um horizonte problemático que não é mais circunscrito apenas a relação entre multiplicidades virtuais e atuais. A distribuição dos seus polos parece recobrir multiplicidades virtuais, multiplicidades atuais e o dispositivo uno-múltiplo produzidos sobre essas últimas. Não estamos querendo dizer que não existem multiplicidades atuais, mas que elas não figuram mais, em um primeiro plano, como o polo que tensionava com as multiplicidades virtuais, ora em uma relação de oposição, como parece ser o caso do *Bergsonismo*, ora em uma relação de progressão, como parece ser o caso de *Diferença e Repetição*. Fiquemos com três exemplos que ilustram o que estamos querendo dizer acerca do tipo de dualismo que circula em *Mil Platôs*: a distinção do platô de abertura entre rizoma e árvore, a distinção entre plano de imanência e transcendência, a distinção entre máquina de guerra e aparelho de estado.

Assim, o que assinalamos como gesto fundamental em *Mil Platôs* é a retomada e o manuseio, do ponto de vista formal, de um dualismo de matriz bergsoniana no qual os polos do dualismo se distribuem não mais apenas entre o virtual e o atual, mas entre as multiplicidades e os procedimentos de captura, unificação e transcendência que nelas se realizam. É, sobretudo, por considerar o alcance e a projeção de caráter prático-político da obra que nos pareceu procedente acentuar nas multiplicidades atuais ou numéricas os procedimentos de unificação, totalização e captura que as excedem e as “organizam” por cima. Tais procedimentos constituem a forma de ação dos agenciamentos de caráter molar, de uma lógica do estado, do aparelho de captura.

Essa diferença de ênfase entre multiplicidades atuais e os procedimentos que nela operam é assinalável? Segundo nossa hipótese, sim e não só. Quando Deleuze nos fala do “inimigo móvel”, o qual devemos permanentemente deslocar, vemos a conveniência da nossa hipótese<sup>11</sup>, para além de uma mera demarcação conceitual. A fórmula dá a pensar: o inimigo sempre persiste e se reveste de várias maneiras, assumindo, em determinado grau ou escala, a figura de uma reterritorialização permanente. É claro que são inúmeros os sentidos que se pode tomar da relação

---

<sup>11</sup> MP., V.1, p. 42.

entre os agenciamentos moleculares e molares, pois de fato, eles só existem nas condições de implicação e de mistura. Como prescindir, por exemplo, da relação, em um nível de coexistência perpétua, onde os termos estão mais ou menos implicados, onde as reterritorializações relançam o sentido unicamente no acontecimento e não de forma prévia? Parece que as condições para determinar que tipo de relação devemos estabelecer com os agenciamentos de caráter molar não estão dadas, mas nossa questão é precisamente essa: saber selecionar o dualismo, envolvendo os termos necessários, implica um horizonte de mobilidade possível, mas, também um tipo de relação com o acontecimento que nos excede e nos escapa.

## 2

## MULTIPLICIDADE E DURAÇÃO

### 2.1

#### A crítica aos falsos problemas: os “problemas inexistentes”

A filosofia de Gilles Deleuze contraiu um débito fundamental com o bergsonismo, trata-se do conceito de multiplicidade. Tal como Deleuze dimensiona sua importância: trata-se de forma nova de dispor os problemas em filosofia, com a providencial vantagem de recusar a intermissão do elemento da unidade em sua operação.

Como Deleuze posiciona as multiplicidades, ou melhor, os tipos de multiplicidades frente à formulação clássica em termos da combinação ou disposição sintética do uno e do múltiplo<sup>12</sup>?

É viável estabelecer nesse momento uma distinção decisiva entre a forma substantiva das multiplicidades e a forma predicativa que a converte em múltiplo geral. É somente sob essa segunda forma que é possível admitir a relação entre o uno e o múltiplo. Isso porque, ou o múltiplo é assimilado como predicado do uno ou o múltiplo é assimilado como a negação do uno. Em ambos os casos o múltiplo se encontra subordinado ao uno. Toda e qualquer combinação do uno com o múltiplo requisita que ele seja dito objeto, ao mesmo tempo que posiciona o uno como o sujeito da relação<sup>13</sup>.

Essa crítica, expressa por parte de Deleuze, é consequência direta do procedimento metodológico (“primeira regra”), empregado no primeiro capítulo

---

<sup>12</sup> B., p. 32: “Parece-nos que não foi dada suficiente importância ao emprego da palavra ‘multiplicidade’... A palavra ‘multiplicidade’ não aparece aí como um vago substantivo correspondente à bem conhecida noção filosófica de Múltiplo em geral. Com efeito, não se trata, para Bergson, de opor o múltiplo ao uno, mas, ao contrário, de distinguir dois tipos de multiplicidade”

<sup>13</sup> B., p.37: Na noção de multiplicidade, o que é muito importante é a maneira pela qual ela se distingue de uma teoria do Uno e do Múltiplo. A noção de multiplicidade faz com que evitemos pensar em termos de “Uno e Múltiplo”... Elas tem em comum a pretensão de recompor o real com ideias gerais.



de *Bergsonismo*, destinado a denunciar os falsos problemas em filosofia. Sobre a denominação de *falsos problemas* cumpre esclarecer que a distinção judicativa de caráter epistemológico entre o verdadeiro e falso não se aplica ou não se restringe à solução dos problemas. Não se trata mais de dispor um problema e sua solução em um esquema ou ordem *a posteriori*, onde a verdade dependeria da resposta da solução enviada ao problema. Os falsos problemas em Bergson se distinguem essencialmente dos problemas falsos e não por um mero jogo de palavras, mas antes, por uma determinação intrínseca do falso. O que isso quer dizer? Que o falso não é mais medido por uma correspondência exterior, mas antes, por procedimentos internos sem qualquer relação com o real.

Segundo Deleuze, Bergson classifica dois tipos de problemas dentro de uma caracterização geral de falsos problemas: os problemas inexistentes e os problemas mal colocados<sup>14</sup>. A questão que nos interessa, mais especificamente, é a crítica que Bergson endereça ao primeiro tipo, os problemas inexistentes – ainda que ele seja redutível ao segundo, pela denúncia essencial que envolve de negligenciar as diferenças de natureza compreendendo tudo em termos de grau<sup>15</sup>.

Os problemas inexistentes contabilizam três ideias fundamentais: a de não-ser, a de desordem e a de possível. Duas perguntas nos oferecem o modo de condução do problema: Quais as condições e operações são necessárias para engendrar as ideias de não-ser, de desordem e de possível? Por quais razões ou “motivos” se erigem tais as ideias? Não correspondendo ao real de que natureza seriam?

Se só há multiplicidades, a ideia de um múltiplo geral que as represente de forma unívoca é o primeiro passo a ser denunciado na construção dos falsos problemas. É uma operação de descolamento ou de abstração do múltiplo das condições nas quais ele se apresenta concretamente, ou seja, sob a forma de um fluxo ou variação temporal qualitativa misturada com o espaço. O termo geral é abstraído ao mesmo tempo em que desnatura ou recalca as condições de sua abstração<sup>16</sup>. Radica-se tal operação, a de generalização, em uma compreensão estrita dos

<sup>14</sup> Ibid., p. 12.

<sup>15</sup> Ibid., p. 14: “Os problemas mal colocados... fazem intervir um mecanismo diferente: trata-se de mistos mal analisados, nos quais são arbitrariamente agrupadas coisas que diferem por natureza”

<sup>16</sup> Ibid., p. 27: “... estamos prontos para formar uma ideia geral de todas as ideias gerais, e a dissolver as diferenças de natureza nesse elemento da generalidade”.

fenômenos em termos de mais ou menos, uma compreensão circunscrita às diferenças de grau, fruto de uma segunda caracterização dos falsos problemas: os *problemas mal colocados*.

Os problemas mal colocados se baseiam no seguinte procedimento: dadas as condições da mistura, dispomos arbitrariamente de “coisas” que diferem em natureza como se estas diferissem apenas gradativamente. Trata-se, simplesmente, de uma redução por intensidade ou grau onde termos distintos podem ser ditos mais ou menos uns relação aos outros. Trata-se de um efeito de equalização onde diferenças de natureza convertem-se, tomadas em uma “ilusão fundamental”, em meras diferenças de grau<sup>17</sup>.

Esse tipo de problema condiciona os problemas inexistentes em função de uma má análise dos mistos, ou seja, de uma má distribuição do que pertence a forma pura do tempo e da maneira como essa forma é desenvolvida e desdobrada na extensão. Tal equívoco ocorre, em todo caso, pelo desconhecimento das diferenças de natureza que são irredutíveis a diferenças de grau. A sequência assim se apresenta: ignora-se as diferenças de natureza, as mudanças qualitativas entre os fenômenos; reduz-se ou subordina-se todas a um conceito geral que pode tomar ou substituir os fenômenos uns pelos outros.<sup>18</sup> Os dois problemas estão articulados em uma sequência que constitui os “falsos problemas”. Sua tipologia é, portanto complementar.

Nos problemas inexistentes os termos contabilizados se distribuem em pares que mantém, entre si, uma relação de contradição ou negação: o não-ser e o ser, a desordem e a ordem, o real e o possível.

Há uma operação em questão e a condição que a determina:

1) Operação lógica de negação generalizada<sup>19</sup>: a ideia positiva – fruto da generalização – naquilo que ela envolve o ser, a ordem e a necessidade é negada de forma simétrica e generalizada, constituindo, exatamente, o polo oposto ao da

---

<sup>17</sup> B., p. 15: “A ideia de não-ser aparece quando, em vez de apreendermos as realidades diferentes que se substituem umas às outras indefinidamente, nós as confundimos na homogeneidade de um Ser em geral...”.

<sup>18</sup> B., p.15.

<sup>19</sup> Ibid., p. 13.

realidade original, ou seja, tudo aquilo que ela não é: o não-ser, a desordem e o possível. É como se recompuséssemos um dualismo agora em outro nível e por um expediente dialético, onde os termos que compõem o dualismo são distribuídos entre um genérico positivo e um genérico negativo.

2) Motivo psicológico de tal operação<sup>20</sup>: Este elemento condiciona o anterior oferecendo a razão da negação de tal ou qual realidade – como se para negar logicamente se precisasse antes frustrar-se em uma experiência subjetiva. Consiste em uma projeção ilusória, decorrente do fato de uma experiência, em particular, não atender as expectativas de um sujeito, ou seja, trata-se da “não” conveniência da realidade em questão com o desejo do eu psicológico. O que nos causa repulsa é projetado como falta, como o elemento a ser justificado em função de uma ideia geral negativa, colocada como princípio.

Não vemos como o “uno” não poderia ser contabilizado nessa lista, correspondendo ao primeiro tipo de falsos problemas. Na verdade, Deleuze só irá apontar expressamente o “uno” como um falso problema e expor o seu procedimento no capítulo posterior<sup>21</sup>. Pretendemos mostrar como a ideia de uno ou unidade pode ser perfeitamente submetida à lógica que engendra os falsos problemas desse primeiro tipo, sendo, portanto, passível da crítica bergsoniana.

Esse núcleo de operações será decisivo em um primeiro movimento de elaboração de uma teoria das multiplicidades. Ele corresponde a um caráter preliminar do nosso projeto por remover o elemento que obstruía a possibilidade de uma compreensão das multiplicidades “nelas mesmas”. Da aplicação desse critério metodológico depende diretamente o problema da emergência das multiplicidades. Ele constitui o gesto inicial para desencadear um estudo de uma teoria das multiplicidades.

### **Demonstração de que o “uno” é um problema inexistente.**

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 13.

<sup>21</sup> B., p. 40.

Não vemos como o par “uno” e “múltiplo” não possa ser subordinado às operações de negação generalizada e a sua condição de caráter psicológico, constitutivas da caracterização dos “problemas inexistentes”. No nosso entendimento é perfeitamente possível declinar ou aplicar, nos dois momentos, do procedimento o compartimento uno / múltiplo, ou seja, a relação de combinação – seja sintética ou de derivação – que os dois termos entretém entre si. No caso em questão, deixa-se de levar em conta as diferenças de natureza entre os dois tipos de multiplicidades e procede-se de forma equivocada na análise dos mistos ao hipostasiar um termo geral que recubra todas essas diferenças.

Mas o correspondente genérico das multiplicidades nesse caso não é um múltiplo geral. Não se trata aqui, como parecia ser o caso do “ser” ou da “ordem”, simplesmente, de generalizarmos o termo positivo como termo primeiro. No misto analisado em questão, o termo que extraímos genericamente já seria o termo que deveria perfazer o polo negativo da oposição, no caso, o uno em geral.

Temos a distribuição do par, conforme os outros casos, sob a forma de uma oposição; os termos envolvidos são o uno e o múltiplo gerais. Nessa disposição o uno constituirá o termo original positivo e o múltiplo consistirá em sua oposição, o termo geral negativo, ou seja, tudo aquilo que o uno não é<sup>22</sup>.

Parece assim que temos uma assimetria ou um descompasso quando tratamos, em particular, do par uno-múltiplo, isso, porque, não conseguimos transpor a disposição dos termos da mesma maneira que nos casos anteriores: o ser preenche o vazio (não-ser); a ordem organiza a desordem e etc...<sup>23</sup>.

Na operação lógica de negação generalizada, a ideia de múltiplo consistiria na negação do uno. Ela envolveria a ideia de uno acrescida de sua negação integral generalizada, perfazendo uma simetria perfeita no sentido contrário, ou seja, tudo aquilo que o uno não é. E o uno organizaria essa multiplicidade caótica, unificando-a.

---

<sup>22</sup> B., p. 40: “Do mesmo modo, negligenciamos a diferença de natureza entre os dois tipos de multiplicidade; então, erigimos uma idéia geral de Uno, que combinamos com seu oposto, o Múltiplo em geral, para recompor todas as coisas do ponto de vista da força contrária do múltiplo ou da degradação do Uno”.

<sup>23</sup> Ibid., p. 13

Opera-se, assim, o que poderíamos chamar de uma inversão já na operação de generalização, de maneira concomitante a esta. De modo que, ao me frustrar com a experiência de um fluxo contínuo das multiplicidades, não basta erguer a ideia de um múltiplo geral, é necessário que já nesse movimento de generalização se imponha, igualmente, a requisição de uma organização dessas multiplicidades, de algo que lhes dê forma e ordenação. Parece ser uma pretensão de unificação que está em jogo aqui.

No elemento da motivação psicológica, a ideia de multiplicidade, enquanto tomada em seu estado substantivo ou, simplesmente, distribuída em dois tipos, não corresponderia às minhas expectativas e, em função disso, se projetaria idealmente uma ideia de unidade (o elemento da falta) para satisfazer uma carência de caráter pessoal. Nesse caso parece que a ideia geral, o termo positivo a ser hipostasiado, já carregaria o elemento de rejeição que recalca ou desnatura o dado das multiplicidades, com o intuito de redução e subordinação de sua realidade a uma unidade primeira, causa ou fundamento. Parece que mesmo a multiplicidade em geral se fosse erigida como princípio constituiria um problema, pois tal generalização parece não satisfazer as mesmas condições subjetivas de reconciliação ou síntese que um termo geral puro e originário cumpriria.

E de fato, não há experiência do uno que já não seja uma tentativa de justificar a multiplicidade, isso porque, o uno não perfaz nem a condição de correlato genérico das multiplicidades. Lembramos que o que configura um problema inexistente não é a generalização em si, mas a sua negação, também, genérica e a condição psicológica subjetiva que a condiciona. Vimos no caso do “não-ser” e da “desordem” que tais conceitos não correspondiam a realidade alguma. Seu estatuto era, portanto, fictício.

Portanto, a ideia de uno não existe por si. Ela não é princípio, fundamento ou causa da ideia de múltiplo. Nem, tampouco, a ideia de múltiplo que ela mobiliza, um múltiplo atual, pode elidir a não correspondência entre subjetividade e lógica em relação à ontologia, ao real. Ela carece da soma dos dois procedimentos citados acima, uma frustração particular do sujeito e uma generalização, ou seja, além da ideia original da qual ela extrai um termo geral positivo e que o opõe a um termo geral negativo, sem o qual não seria possível reconstituir a totalidade do

real, soma-se o motivo psicológico que projeta uma falta, o qual a ideia geral de negação se presta a recompor.

## Origem da ilusão

O método bergsoniano denuncia, portanto, uma determinada maneira de posicionar os problemas. Ele oferece as razões subjetivas que desencadeiam um aparato lógico formal responsável pela construção de tais mistificações. O gesto promotor desse complexo mecanismo diz respeito à ignorância relativa às diferenças de natureza. Esse articula o falso problema em seus dois aspectos ou tipos: trata-se daquilo que Deleuze nomeia “ilusão fundamental”, porque ligada a nossa condição e sendo, portanto, irrevogável em um sentido absoluto. Não à toa, a segunda regra do método estipula: “lutar contra a ilusão...”<sup>24</sup>.

A intuição em Bergson não é um gesto súbito, ela supõe um método e mais, ela já supõe uma experiência da duração<sup>25</sup>. A intuição como método parece dever mais sua pertinência a uma certa blindagem contra a persistência dessa ilusão fundamental enraizada em nossa condição e que nos faz constantemente cair em erro<sup>26</sup>.

Quais seriam, então, as causas ou razões da ilusão. Deleuze articula sempre dois momentos na elaboração dessa questão: um que diz respeito à procedência dessa ilusão e; outro, sobre o caráter irrevogável dessa ilusão sobre nós e de sua persistência.

Por um lado, determinadas condições da vida biológica, prática e social investem nossa subjetividade, por meio de recursos simbólicos e de variados artifícios, a constituir um espaço homogêneo propício à ação humana na consecução de nossos interesses. É um espaço que permite a nossa intervenção de forma regulada e previsível. As ideias gerais de que tratamos antes e que operam estritamente

---

<sup>24</sup> B, p. 16.

<sup>25</sup> B., p. 9.

<sup>26</sup> B., p. 15: “A ilusão está fundada no mais profundo da inteligência e, propriamente falando, ela é indissipável, não pode ser dissipada, mas somente recalçada”.

com diferenças de grau entram nesse aspecto ou “lado” da ilusão, correspondente a sua procedência subjetiva.

Por outro lado, entramos em um domínio de razões que extrapolam o domínio da subjetividade e, talvez, a funde. Assinalamos desde já que a inevitabilidade e a persistência da ilusão, quando explicada por essa perspectiva, se oferece com mais razão pelo fato de que não se trata mais de apontar um subjetivismo ou um idealismo como causa da ilusão. Trata-se agora de compreender o espaço como sendo engendrado e organizado pela própria matéria. A origem do espaço encontra-se agora enraizada na própria realidade, exterior a nossa condição subjetiva e interior.

A persistência da ilusão ou, o que comumente chamamos de ilusão, parece ser cada vez mais relativizado por essa ótica. Com efeito, o risco de sustentar tão rigidamente uma posição dessa natureza seria a de tomar esse “lado”, que é real, do absoluto como uma ilusão. A vida não é constituída apenas de duração ou durações, ela é igualmente investida de diferenças de grau (de caráter espacial) que também constituem sua razão de ser<sup>27</sup>.

Em suma, a ilusão fundamental que nos faz ignorar as distinções de natureza e nos enreda em falsos problemas tem uma dupla procedência: uma, de caráter mais particular, investida pela nossa subjetividade interior no seu amoldamento às necessidades de ordem prática e social; outra, de caráter mais geral, exterior, investida pelo próprio real em seu movimento, que organiza e determina um espaço homogêneo, indiferente e ,ao mesmo tempo, convergente com a nossa subjetividade<sup>28</sup>.

Voltando à intuição, é necessário ressaltar que ela não institui uma “experiência” das diferenças de natureza, ela não nos dispõe frente às “articulações do real”, mas, é por ela que realinhamos nossa inteligência contra uma exclusividade das diferenças de grau. Uma outra tendência que se presta a rivalizar com a primeira e instaurar um critério epistemológico sobre a mera e despretensa capacidade da

---

<sup>27</sup> B., p. 28: “A ilusão, portanto, não deriva somente de nossa natureza, mas do mundo que habitamos, do lado do ser que nos aparece primeiramente”.

<sup>28</sup> B., p. 28: “ Em resumo, há um ponto de vista e, além disso, um estado de coisas em que as diferenças de natureza já não podem aparecer”.

inteligência em dispor problemas<sup>29</sup>. É uma condição interior, porque se dá na inteligência realinhando-a de forma crítica, e transcendente ou transcendental em relação a esta, pois se trata de uma ultrapassagem<sup>30</sup>. A duração é essa tendência e é preciso determinar sua anterioridade em relação à intuição, enquanto esta última se presta a constituição de um método. Deleuze não apenas distingue uma de outra, mas apresenta a relação de complementaridade entre intuição e a duração<sup>31</sup>.

## 2.2

### **A distinção entre multiplicidades: uma tipologia das multiplicidades<sup>32</sup>**

Assim, atingido pela duração e pelo método da intuição, o real se apresentará para Bergson como mistura – um misto de multiplicidades – se distinguindo radicalmente do caráter da experiência anterior, circunscrita a um tipo de multiplicidade apenas, ou seja, a experiência de uma mera distinção de grau entre os fenômenos. O estado de coisas contra o qual a intuição investe de forma crítica é o que poderíamos reconhecer como um reducionismo quantitativo ou mesmo um monismo. Trata-se agora de operar divisões no seio do real que correspondam às diferenças de natureza. E essa não mais corresponde uma realidade dividida entre o uno e o múltiplo. O procedimento metodológico do qual nos ocupamos no tópico anterior – de rechaço do uno – nos comprometia com uma nova configuração em que a realidade, em toda sua extensão, se apresentava como multiplicidade, ou melhor, como dois tipos de multiplicidades.

A mistura ou, um estado de coisas misto, agrega tanto diferenças de grau como diferenças de natureza, ou seja, ele amálgama o modo de disposição das “coisas”,

---

<sup>29</sup> B., p. 16.

<sup>30</sup> B., p. 29: “Mas todos os nossos falsos problemas vêm de não sabermos ultrapassar a experiência em direção às condições da experiência, em direção às articulações do real, e reencontrarmos o que difere por natureza nos mistos que nos são dados e dos quais vivemos”.

<sup>31</sup> B., p. 26: “A intuição é sobretudo o movimento, pelo qual saímos de nossa própria duração, o movimento pelo qual nos servimos de nossa duração para afirmar e reconhecer imediatamente a existência de outras durações acima ou abaixo de nós”.

<sup>32</sup> B., p. 32: “O importante é que a decomposição do misto nos revela dois tipos de multiplicidade. Uma delas é representada pelo espaço... é uma multiplicidade de exterioridade... A outra se apresenta na duração pura: é uma multiplicidade interna”.



tanto espacialmente, como temporalmente. Resta, após a decomposição ou divisão dos mistos, estabelecer a triagem entre as multiplicidades a partir de suas principais características: a relação entre seus elementos e o modo de divisão que operam entre suas partes. Essa determinação tipológica das multiplicidades não leva ainda em consideração o modo como os dois tipos de multiplicidades se relacionam e, talvez, o mais importante, se uma multiplicidade pode derivar ou ser engendrada pela outra.

Bergson procede por uma classificação que contabiliza dois tipos de multiplicidades, uma multiplicidade quantitativa, determinada pelo espaço e uma multiplicidade qualitativa, determinada pelo tempo. A mistura que se apresenta para nós como irreduzível na experiência é, portanto, um misto de tempo e espaço. Há uma desproporção nessa mistura onde o primeiro termo (o tempo) é puro e o segundo termo (o espaço) é o elemento que intervém na forma pura do tempo, agindo sobre este último, desnaturando-o. O espaço é o causador da mistura. O caráter quantitativo das multiplicidades discretas desvirtua o aspecto contínuo próprio do tempo e só poderemos compreender a maneira difusa e específica como essas multiplicidades agem umas sobre as outras se caracterizarmos os traços essenciais de cada uma em particular. A distinção “real” ou a distinção de natureza em Bergson toma essas duas realidades como irreduzíveis, do ponto de vista de um primeiro momento do método.

Outro aspecto crucial nessa distinção, e que Bergson recolhe igualmente do matemático Bernhard Riemann, é o reconhecimento de causas ou “forças” que atuam e mobilizam os elementos característicos das multiplicidades. Os dois tipos de multiplicidades implicam uma organização própria em seu nível, sem se relacionar uma com a outra. Uma maneira específica de dispor a relação entre seus elementos. Segundo a distinção, tal como postulada por Riemann, nas multiplicidades discretas (numéricas para Bergson) um princípio endógeno dá conta da organização de suas partes. Já nas multiplicidades contínuas (qualitativas para Bergson) ocorre algo distinto. Nessas, o princípio que atua nela é recolhido “fora”, em fenômenos e forças externas<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> B., p. 32.

A despeito da dissensão que envolve sua relação com Riemann, que diz respeito a uma ampla discussão acerca das relações entre filosofia e ciência, notamos, por parte de Bergson, a retenção de uma cláusula que será fundamental para Deleuze. Esta diz respeito às condições de divisibilidade nas multiplicidades qualitativas: “o que só se divide mudando de natureza”, “O que só se deixa medir variando de princípio métrico a cada estágio da divisão”. Vemos que, nas multiplicidades numéricas, o princípio da divisão atua no interior, regulando seus termos por meio de um denominador comum interno. Já no caso das multiplicidades qualitativas, o princípio da divisão é recolhido, por assim dizer, externamente, para além da multiplicidade considerada, impondo sobre a mesma uma verdadeira divisão de natureza, uma transformação radical de seus termos. Trata-se de outra coisa ou de outros elementos que não podemos mais reconhecer na multiplicidade que se transforma.

Nesse capítulo apresentaremos o “comportamento”, ou melhor, o estatuto de cada multiplicidade enquanto considerada em si: a relação entre os elementos ou partes que as constituem e, sobretudo, as condições e a forma como se dividem, ou seja, como mudam e se transformam.

### **Características das multiplicidades: natureza e divisão nas multiplicidades<sup>34</sup>**

Já no *Ensaio Sobre os Dados Imediatos da Consciência*, na distinção que aí é fixada entre subjetivo e objetivo, correlata à distinção entre as multiplicidades qualitativas e quantitativas, são descritas as características de cada um dos tipos e desdobradas as implicações do método de divisão próprio a cada um dos dois regimes<sup>35</sup>.

Sendo o real investido apenas de multiplicidades, qualitativas ou numéricas, o problema da divisão de sua realidade se eleva ao primeiro plano. Sobretudo, porque, a divisão não procede mais de uma unidade pressuposta, de um ser que

---

<sup>34</sup> B., p. 80: “É a duração que compreende todas as diferenças qualitativas, a tal ponto que ela se define como alteração em relação a si mesma...É o espaço que apresenta exclusivamente diferenças de grau, a tal ponto que ele aparece como o esquema de uma divisibilidade indefinida”.

<sup>35</sup> Ibid., p. 34.

reúne os atributos de indivisibilidade e imutabilidade, mas diz respeito diretamente aos dois tipos de multiplicidades. Sendo a unidade, nesse caso, algo inexistente, toda multiplicidade já é divisão. A divisão, portanto, não é mais secundária, derivada, ela é, ontologicamente, imanente aos dois tipos de multiplicidade. A um dualismo de multiplicidade, portanto, seguem dois tipos de divisão.

Nas multiplicidades numéricas, onde as operações desencadeadas tomam o número como a unidade de medida ou o denominador comum dos fenômenos, as partes coexistem simultaneamente, sobrepondo ou justapondo-se umas em relação às outras. Essa disposição característica de seus elementos se deve ao fato de não apresentarem uma verdadeira sucessão. Podem, em função disso, ser ditas, também, multiplicidades “espaciais”, tendo em vista a forma da distinção puramente extrínseca ou exterior que o espaço introduz nesse tipo de multiplicidade. Suas partes se relacionam, portanto, por meio de operações de subtração ou adição de umas em relação às outras, formando conjuntos ou compostos maiores ou menores e diferenciando-se por somar mais ou menos das mesmas partes, determinadas sempre quantitativamente. A diferença entre as partes nesse tipo se apresenta sempre como uma diferença de grau, isso quer dizer que o que se produz nesse tipo de multiplicidade, ao se dividirem ou se transformarem, é uma reprodução do mesmo elemento em níveis maiores ou menores, ou seja, varia-se em proporções distintas elementos de mesma natureza.

Nas multiplicidades qualitativas ocorre algo completamente distinto. Diríamos ainda que o termo multiplicidade, enquanto tomado em seu sentido substantivo, das multiplicidades “nelas mesmas”, só pode, inequivocamente, ser atribuído a esse tipo. O número é sempre derivado e exterior, quantificando algo que lhe preexiste. Veremos que quando ultrapassarmos a mera descrição exterior dos tipos para compreender a relação entre as multiplicidades, constataremos que as multiplicidades quantitativas são produzidas pelas multiplicidades qualitativas por meio de um processo chamado atualização. O sentido atual que as multiplicidades numéricas assumem, portanto, é condicionado, produto do investimento das multiplicidades virtuais.

As partes nesse tipo de multiplicidade são dispostas interiormente em função da forma de sua distinção, que é intrínseca. Elas se dispõem ou se organizam de forma contínua ou sucessiva umas em relação às outras, daí a determinação fundamental que Bergson recolhe do físico e matemático Riemman, a de “multiplicidades contínuas”. São multiplicidades engendradas pela forma pura do tempo, dissociadas de qualquer mistura ou relação com o espaço. Isso quer dizer que um conjunto ou um bloco definido por uma multiplicidade qualitativa varia seus termos progressivamente, dando-lhes uma ordem de sucessão, ou seja, ao mudar e se dividir, as partes, os elementos e suas relações não se reduzem ou se explicam mais pelas condições anteriores, mas pelo regime qualitativo diverso que a exprime novos termos, novas relações e divisões. Está interdita, por exemplo, a operação de decalcar ou retroprojetar “possíveis”, a partir dos termos atuais

O caráter da diferença desse tipo de multiplicidade deve ser analisado a luz de dois aspectos aparentemente incompatíveis ou contraditórios: o primeiro, que sua diferença entre suas partes se apresenta como uma diferença de natureza, tratando-se de uma variação de elementos heterogêneos na linha temporal que ela traça e; segundo, que nesse tipo de multiplicidade o que se produz é a diferença em relação a si mesma, pois sua capacidade de variar não vem de outra parte ou lugar que não de si mesma. O aparente paradoxo é o que tenta conciliar, nas multiplicidades qualitativas, mudança e permanência, indivisibilidade e divisibilidade: indivisibilidade quando tomamos uma multiplicidade qualitativa nela mesma, tomada em si e; mudança quando estas variam qualitativamente em relação às condições anteriores.

Avaliemos a apropriação da distinção riemmaniana por Bergson. Temos em Riemman a definição das multiplicidades “discretas”, nas quais seu princípio métrico, ou seja, a forma de medir ou contar e mesmo dividir seus elementos era intrínseco, dado nelas mesmas, o que significava que suas partes eram subsumíveis a esse princípio e, em função do mesmo, subsumíveis umas em relação às outras. Já com respeito às multiplicidades “contínuas”, não subsistia qualquer métrica, o que interditava qualquer redução, subtração ou unificação das variações nesse tipo de multiplicidade. Quando Bergson transpõe a determinação do segundo tipo de um domínio físico-matemático para um domínio ontológico –

do ser ou substância – ele altera drasticamente as coordenadas habituais a partir das quais tratamos a duração: coordenadas essas que definiam a duração no seu vínculo com a eternidade, a unidade e com a identidade. É um movimento de interiorização do tempo na essência, ou de essencialização do tempo, de instituição da continuidade no seio do ser.

Um texto de Deleuze é central a esse respeito, “A concepção da diferença em Bergson”<sup>36</sup>. Nesse texto ele explicita as razões de uma diferenciação interna, própria à duração, a partir de um movimento interno e mesmo de um deslocamento no desenvolvimento da obra de Bergson, que determinava uma distinção de natureza estabelecida não mais entre duração e espaço, mas antes, relativa a uma distinção de natureza própria à duração, concernente a sua tendência intrínseca para durar, dividindo-se.

Em linhas gerais, o deslocamento de que falamos já operava em torno da descoberta da duração e levava em consideração o seguinte estado de coisas anterior: existem diferenças de natureza entre fenômenos qualitativos e quantitativos ao invés de simples diferenças de grau. As diferenças de natureza instalavam-se, por assim dizer, “entre” os dois fenômenos, por exemplo: a qualidade da sensação e a quantidade do estímulo físico exterior ou; entre o tempo e o espaço, propriamente, falando. A novidade do deslocamento foi ter demonstrado diferenças de natureza, próprias às multiplicidades qualitativas, e diferenças de grau, próprias às multiplicidades quantitativas. Foi ter cindido o virtual e o atual, situando o primeiro em um plano distinto desse último.

## 2.3

### **Ontologia do virtual: a relação entre multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais.**

---

<sup>36</sup> B., 119.

Duas características, correlatas à distinção entre multiplicidades numéricas e multiplicidades qualitativas, ganham um particular e central relevo na explicação de cada multiplicidade, sobretudo, nas condições de sua divisão e no tipo de relação que essas multiplicidades estabelecem entre si: é a distinção entre atual e virtual.

A descoberta do virtual implica uma nova dimensão ou nível onde diferenças de natureza reportam-se apenas à diferenças de natureza, enquanto que diferenças de grau – em um sentido determinado – estão estritamente situadas no atual.

É precisamente nessa nova distribuição, nesse desnivelamento da relação entre as multiplicidades, que as articulações do real, entre o atual e o virtual, assim como o processo que lhe corresponde, a atualização, marcam sua contraposição em relação ao par possível / real e ao seu processo, a realização, ganhando um inequívoco redimensionamento em filosofia distribuindo o que é real e o que não é, o que existe e o que não existe, o verdadeiro e o falso.

Vimos que os *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência* oferecia uma tipologia das multiplicidades, ou seja, uma classificação e uma distinção entre as principais características das multiplicidades e de seu modo de divisão. Era a partir de seu horizonte de constituição de problemas que chegávamos a um dos núcleos da filosofia de Bergson, o conceito de duração, e retínhamos essa determinação como circunscrita às multiplicidades qualitativas.

Já uma ontologia do virtual, relativa ao assentamento ontológico que mencionamos acima, transborda os limites do *Ensaio* e encontra seu ponto de aplicação em outra obra fundamental de Bergson, *Matéria e Memória*. Este segundo momento da abordagem de uma teoria das multiplicidades nos porta de instrumentos para investirmos em dois aspectos fundamentais: as relações próprias ao âmbito do virtual, comportando seus diferentes níveis ou planos; e em um segundo momento, o processo de atualização que liga as multiplicidades qualitativas (virtuais) e as multiplicidades quantitativas (atuais).

Esses dois aspectos são desenvolvidos na teoria da memória de Bergson. Seu manuseio exige, portanto, tráfegar em uma terminologia da psicologia, o que não quer dizer que trataremos ou que nos limitaremos a uma psicologia da mente

como parece ser o caso do *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*. A memória da qual nos fala Bergson é, como mencionamos acima, uma realidade virtual, ontológica, e a duração aí compreendida extravasa os limites de uma subjetividade psicológica. A duração como dado psicológico deve ser procurada como resultante do processo de atualização, como um elemento engendrado, assim como todas as coisas atualmente existentes.

### **Coexistência e contemporaneidade: a relação entre multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais**

Pensar, nos termos do bergsonismo, a relação entre passado e presente remonta a uma série de paradoxos<sup>37</sup>, do qual o mais decisivo é que nos lança no coração do virtual é: “O passado é contemporâneo do presente que ele foi”. O que leva Bergson a adotar uma posição desse porte contra boa parte das teorias tradicionais sobre o tempo? E qual a sua diferença, que as afasta de forma radical?

Veremos que essa forma habitual de pensar está presa ou delimitada ao que Deleuze denomina os “termos do presente”, isso quer dizer que a relação que envolve essas duas instâncias, o passado e o presente, se encontra viciada a partir das condições e coordenadas que este último estabelece. E como habitualmente pensamos a relação entre passado e presente? Costumamos pensar essa relação de maneira temporal.

Na maior parte dos casos, posicionamos o presente como um dado primeiro, ligado à imediatidade da percepção. Já o passado, consistiria em um dado posterior, estando a lembrança ligada à percepção por uma sucessão, por uma passagem. Trata-se de um fenômeno subordinado a outro pela sua forma mediata: quem lembra, lembra do presente que passou, do presente que foi e não é mais. É somente nessa passagem que o passado pode se constituir. A relação entre os dois termos, passado e presente, é dada temporalmente, segundo um tempo já espacializado, ou seja, de forma contínua, sequencial, sucessiva. O passado é o

---

<sup>37</sup> B., p. 52.

presente que passou. A percepção e a lembrança, os atos mentais que lhes são correlatos, do passado e do presente, respectivamente.

Temos aqui, em linhas muito gerais, a ideia central de que o presente é anterior ao passado, não só de um ponto de vista cronológico, assim como, de um ponto de vista lógico e ontológico, pois para que haja passado é necessário que o presente já esteja constituído, sendo a existência do passado assegurada pela condição de passagem do presente.

Como Deleuze rebate essa posição tradicional do tempo, a partir do bergsonismo? Em primeiro lugar, expondo a insuficiência de uma posição de ulterioridade do passado em relação ao presente. Seu argumento ataca a relação de sucessão entre os dois termos, a partir da necessidade de uma simultaneidade entre passado e presente como condição para este último passar. A pergunta é, como um (novo) presente pode passar? Como poderia passar ao mesmo tempo em que é presente, se já não existisse um passado que lhe assegurasse de alguma forma a condição para que ele passe?

O problema se afigura, portanto, na condição de que ao pensarmos a relação em termos de presente alienamos o elemento que se constitui como possibilidade para que o presente se dê como passagem, passagem essa na qual ele é substituído por um “novo” presente.

Trata-se de remanejar ou distribuir a relação de uma outra maneira: o caráter temporal de sucessão entre os termos – um anterior e outro posterior – concerne, exclusivamente, ao presente e não diz respeito, de forma alguma, ao passado. É o presente que passa. O passado se mantém e se conserva.

Nossa tarefa é pensar a relação entre as multiplicidades nessa nova configuração que *Matéria e Memória* nos fornece. Com efeito, em *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, articulávamos os dois tipos de multiplicidades de forma distinta. Não tratava-se ainda, de pensar a relação entre ambas, mas antes, o caráter próprio de cada multiplicidade. Sabíamos que era impossível transpor o esquema temporal da sucessão para explicar a relação entre as multiplicidades, isso porque, tal caráter era restrito ao tipo de divisão “nas” multiplicidades qualitativas. Permanecia um segredo o modo como tal dualismo poderia ser



resolvido, ou melhor, como um tipo de multiplicidade poderia ser explicada por outra

Quanto à relação entre os dois tipos de multiplicidades, que se traduzia em grande dificuldade já na primeira obra de Bergson, ganha uma forma de acesso específico na teoria da memória bergsoniana, sobretudo, na relação entre lembrança-passado e percepção-presente. A relação agora, passa pelo descarte da sucessão entre os dois tipos para afirmar uma relação de coexistência entre passado e presente. As multiplicidades qualitativas coexistem, nos termos de uma simultaneidade, com as multiplicidades quantitativas, tal como uma memória ontológica investe o modo como o passado virtual se liga ao presente atual.

O problema, em linhas gerais, concernia em como compatibilizar qualidade e quantidade, assim como, temporalidade e espacialidade. O sentido do dualismo ontológico ou “puro” em Bergson é recolhido da incapacidade de articular essas duas realidades, de relacionar uma à outra. Como se dá, então, a relação de coexistência entre os dois tipos de multiplicidades? Qual linguagem, de que falávamos a pouco, é capaz de transpor as dificuldades levantadas pelo dualismo entre tempo e espaço, entre matéria e memória, em suma, entre multiplicidades qualitativas e quantitativas?

É *Matéria e Memória*, com sua teoria da memória, que provém a linguagem adequada para relacionar um tipo de multiplicidade à outra. O passado coexiste com o presente, mas não em um mesmo nível. Trata-se de um plano virtual, concernente às multiplicidades qualitativas, e de um plano atual, concernente às multiplicidades numéricas<sup>38</sup>.

Antes de entrarmos na relação que dispõe os dois tipos de multiplicidades, devemos compreender como se dá a relação entre as multiplicidades qualitativas, ou seja, antes de examinarmos a relação de coexistência entre passado e presente, devemos compreender como o passado, comportando níveis, planos e pontos distintos, ou seja, contrações mais ou menos dilatadas, coexiste consigo mesmo. Trata-se do que Deleuze tratou ao longo de sua obra como a determinação das

---

<sup>38</sup> Sobre a noção de plano, B., p. 81, nota 2: “... há vários planos, e cada um, como veremos, corresponde a um dos graus ou níveis de contração, todos eles coexistentes na duração. Mais do que a um projeto ou uma meta, a palavra “plano” remete aos cortes, às seções do cone”.

multiplicidades “nelas mesmas”, sua organização própria. É na obra de Bergson que esse tema ganha uma de suas primeiras formulações. Somente a partir da constituição desse eixo fundamental, poderemos deslocar a relação de coexistência do virtual para as multiplicidades atuais.

### **As multiplicidades virtuais “nelas mesmas”: sua determinação em si.**

O passado é conservação, é ser. Nesse sentido ele se distingue radicalmente do presente que é passagem, mudança nos termos do atual. A relação entre os dois termos é de algo que se conserva em todos os seus níveis, sendo total, integro e pleno com o que é passageiro, provisório e particular. Portanto, no dualismo de coexistência que aqui tratamos, um polo envolve uma totalidade, porém, uma totalidade de caráter virtual e o outro polo, diz respeito ao particular.

O que é essa totalidade virtual? Totalidade, exatamente, de que? O que ela agrupa ou comporta em seu ser? O que, propriamente, coexiste no plano virtual? É óbvio que essa noção de totalidade aqui e, também, a noção de parte que ela envolve, rivaliza e se distingue radicalmente da noção habitual. De modo corrente, por parte entenderíamos as frações que comporiam essa totalidade, que a preencheriam a partir de um espaço ocupado. Temos aqui uma concepção de totalidade, mas uma totalidade atual. Mas não se trata em absoluto disso. No virtual trata-se de níveis, planos, que comportam diferenças uns em relação aos outros, porém, tais níveis ou planos não são partes de uma totalidade, são antes, eles próprios, totalidades dispostas de forma nivelada. Seja qual nível for, trata-se sempre de uma totalidade. A pergunta que sobrevém, nesse exato momento, é, tratando-se todos os níveis de totalidades, como poderiam se distinguir uns em relação aos outros?

Por mais que cada nível do passado constitua uma totalidade, estes não incidem sobre o presente de forma unívoca, comportando, portanto, infinitos e variáveis modos de correspondência. Mas, mesmo antes de qualquer relação com o presente, o passado, enquanto tomado nele mesmo, comporta seus níveis e planos em dois sentidos que são correlativos: ora contraído – de forma mais ou menos

contraída – ora dilatado, de forma mais ou menos dilatada. Trata-se de uma contração e de uma distensão virtuais.

Então, à pergunta, como é possível articular totalidades distintas entre si, se toda totalidade é integral e uma, respondemos; a partir das quantidades intensivas. A linguagem aí requisitada é a do *gradus*, da *intensio* e da *remissio*, de matriz neoplatônica. É somente por ela que é viável articular os diferentes níveis, sempre totais, porém, distintos, que as multiplicidades comportam.

Retomamos o aspecto, brevemente mencionado acima, do modo como essas multiplicidades, distribuídas em níveis, se relacionam com o presente. Nosso problema agora, é compreender como tal nível, o virtual, corresponde com o atual. É importante ressaltar que esse aspecto não garante a produção das multiplicidades atuais pelas multiplicidades virtuais. Esse aspecto só poderá ser esclarecido pelo processo de atualização, que comporta “momentos” pelos quais se efetua a correspondência e se produz as multiplicidades atuais.

### **A atualização: o caso psicológico**

A atualização é o processo pelo qual se efetua ou se produz o atual a partir do virtual. O virtual não é o agente “eficiente” de tal operação. Tal operação passa por intercessores que disparam o processo, o qual veremos a pouco. É nesse processo que se produzem as multiplicidades quantitativas a partir das multiplicidades qualitativas. É o que em *Matéria* e *Memória* pode ser descrito como o movimento da ontologia para a psicologia.

A atualização psicológica dispõe o passado inteiro diante da experiência presente. A natureza da contração aqui envolvida não é a de que tratamos a pouco, concernente ao virtual: a de níveis de totalidades puramente virtuais. Mas, trata-se desses níveis quando considerados em “vias de se atualizar”, ou seja, quando exibem relações de contração com o presente atual. Aqui, também, trata-se de relações de coexistência, mais ou menos contraídas, que se dispõem ou se apresentam frente às requisições de uma ação constituída no presente.

Assim, a contração se distribui de duas formas e em dois momentos necessários da atualização. Uma, que coloca em jogo a relação do passado consigo próprio, por meio da coexistência de planos e níveis, e que prescinde de qualquer relação com o presente. Nomeamos essa última de contração virtual intensiva, pois restringe-se ao virtual e dispõe e distingue seus termos ou elementos em relações puramente interiores. E outra, que dispõe tais planos ou níveis, mediante intercessores ou operadores da correspondência entre passado e presente, com vistas à atualização. Trata-se de uma contração-translativa atual, pois exhibe o produto resultante do movimento que vai do virtual-ontológico para o atual-psicológico.

Essa atualização-efetuação das lembranças puras em imagens se dá por meio do que Deleuze chama de “esquema dinâmico”. No momento de atualização, tal ou qual nível se contrai, não mais nele mesmo, mas “fora de si”, porém, de forma indivisa e indistinta e na qual se há distinção, são distinções interiores, ainda correspondentes aos níveis do passado, mantendo entre si relações de penetração recíproca. É esse o sentido de tradutor ou conversor do virtual para o atual que o esquema dinâmico propicia. Ele não opera no âmbito da imagem atual, a sua representação é debitada do virtual, ou seja, das lembranças em vias de se atualizar.

A distinção extrínseca – entre partes exteriores umas em relação às outras – se dá no âmbito da imagem, ou seja, das multiplicidades atuais, sendo coextensa à ação presente. É só aí que ela pode se desenvolver, de forma coextensiva ao produto da atualização.

Uma visada de conjunto recolhe, fundamentalmente, dois elementos do processo de atualização: seu ponto de partida e o último estágio da atualização, o seu produto. Trata-se da passagem do virtual para o atual, o que Bergson chama, em termos genéricos, “atenção à vida”<sup>39</sup>.

Do virtual ao atual, perpassando todos os seus aspectos, graus e momentos, trata-se sempre de distribuir os dois tipos de multiplicidades: compreender seus níveis, suas relações de passagem e a forma como a vida requisita diferentes modulações

---

<sup>39</sup> B., p. 60

do virtual por meio da rearticulação de seu conjunto – não tratamos aqui, mas é o caso das duas modalidades de contração, translativa e rotativa, assim como, parece ser o caso da distinção entre automatismo e dinamismo, na atualização mecânica. Da ontologia à psicologia, do passado virtual ao presente atual, trata-se sempre de dois tipos de multiplicidades em jogo.

É o processo de atualização que liga uma multiplicidade à outra e não só: é ele quem dá conta da produção de uma multiplicidade por outra. Nesse processo, trata-se de considerar não mais o regime do virtual, tomado em si, como exterior ao regime do atual. É justamente nesse ponto que se demarca com precisão o momento de superação de um dualismo ontológico nascido de uma impossibilidade de determinar, no alcance dos *Ensaio*s, o estatuto da relação das multiplicidades numéricas, desprovidas de duração, com as multiplicidades qualitativas.

Acreditamos estar em posse dos recursos que autorizam Deleuze defender, em nome de Bergson, um monismo: a) a distinção entre o virtual e o atual que institui um desnível, uma diferença ontológica no real ao mesmo tempo em que essa profundidade age como englobante e envolvente de tudo que há; b) uma lógica da expressão que contabiliza uma concepção intensiva das diferenças de grau, comprometida com as diferenças de natureza.<sup>40</sup>

### **A atualização: o caso biológico**

É em *Evolução Criadora* que é levantado o problema do conjunto da obra de Bergson por meio de uma progressão do método. Por isso, não só a importância dos *Ensaio*s sobre os *Dados Imediatos da Consciência* e de *Matéria e Memória*, mas, também, de *Duração e Simultaneidade*. Com efeito, o modo como Deleuze distribui os conceitos ao fim do livro é bem significativo a esse respeito. A Duração sendo determinada como uma multiplicidade virtual, correspondente aos

---

<sup>40</sup> B., p. 72: “Bergson em nada renuncia à ideia de uma diferença de natureza entre os fluxos atuais e nem tampouco à ideia de diferenças de contração ou distensão na virtualidade que engloba os fluxos e que neles se atualiza. Mas Bergson estima que estas duas certezas não se excluem, antes pelo contrário, implicam um tempo único”.

*Ensaio*; a Memória dando conta da relação entre os dois tipos de multiplicidades por meio de uma coexistência; o Impulso Vital dando conta do processo de atualização que liga uma multiplicidade a outra<sup>41</sup>.

Em *Matéria e Memória* já dispúnhamos não somente da relação entre os dois tipos de multiplicidades, mas também do processo de atualização que era de natureza psíquica e que se constituía a partir do desenvolvimento de uma memória ontológica. A memória consistia em uma totalidade virtual, na qual os níveis ou graus que a constituíam eram requisitados pelo presente no processo de atualização. Já em *Evolução Criadora* trata-se da atualização dos seres vivos a partir do impulso vital. A atualização de que trataremos nesse último caso é a atualização biológica, que envolve o conjunto do vivido. Há certamente diferenças na descrição dos dois processos de atualização, mas a sua relação é de complementaridade, podendo os dois serem reenviados a um quadro das condições da atualização em geral.

Quando falamos em Impulso Vital, falamos de uma multiplicidade virtual em vias de atualizar-se. E, atualização e diferenciação, atualização e divisão de um determinado tipo, são para Deleuze aspectos de um mesmo processo. Ou seja, adquirir partes atuais extensas é diferenciar-se das “partes” virtuais que se encontravam complicadas na totalidade virtual.

O processo de atualização / diferenciação, ou seja, de como uma coisa passa a “existir” é um dos objetivos ambicionados por *Evolução Criadora*. O processo se dá, em um primeiro momento, pela constituição de linhas. Tais linhas não são ainda o produto da atualização, muito menos elas se confundem com a realidade virtual que a explica. Elas se explicam antes, por uma modulação do virtual com vistas à atualização.

Como Deleuze define o processo de atualização em *Evolução Criadora*? Ele o caracteriza, essencialmente, como um processo de diferenciação. Diferenciação em relação ao que? E como se dá esse processo? Já vimos que a condição da divisão – de um certo tipo de divisão – é interna àquilo que se divide: trata-se das multiplicidades virtuais. A diferença, a divisão ou mesmo a mudança não provém

---

<sup>41</sup> B., p. 99.

de uma causa exterior. Vimos também que contração e distensão eram momentos, faces relativas de uma lógica da expressão que envolvia fundamentalmente uma matéria intensiva. A diferenciação enquanto processo de atualização se diz do todo virtual, ou seja, das multiplicidades virtuais e desemboca nas multiplicidades atuais. A atualização em questão é a atualização vital. Nesse movimento a vida se desenvolve e ganha as características que a atualidade lhe empresta.

Sobre esse movimento cabem algumas perguntas: A diferenciação, enquanto debita sua realidade de uma totalidade virtual, apaga o passado virtual que a envolve? A virtualidade, que existia sob a forma de uma complicação, é completamente esvaída na atualização, no seu movimento de explicação? Seria um contrassenso atrelar tal condição à ideia de uma atualização completa que fixaria de uma vez por todas a sua realidade. Teríamos um estado de coisas permanente, onde a atualização esgotaria todo o potencial de uma nova atualização. Mas a atualização é o modo como o virtual se explica em um outro nível ou plano que não o seu. No seu regime ele permanece dando testemunho de sua imanência no atual pela sua potência intrínseca de variação que sempre relança o atual em novos termos. Com efeito, o que se atualiza são níveis ou graus de contração, não a totalidade do virtual.

Só um dualismo genético dá conta do impulso vital. Ele deve ultrapassar a condição de uma mera tipificação das multiplicidades, como ocorria nos *Ensaio*s. Vimos que a descoberta de dois tipos de multiplicidades resultava em uma relação exterior entre as mesmas, o que ficou caracterizado como um dualismo ontológico. *Matéria e Memória* avançava no sentido de uma superação desse último quadro quando nos fornecia um ponto de gênese provendo o dado psicológico subjetivo a partir de uma Memória ontológica virtual por meio de um processo de atualização psíquica. *Evolução Criadora* oferece, do ponto de vista da forma, a mesma dinâmica desse processo de individuação, na constituição do atual biológico. A comunidade entre os dois tipos de dualismo ou os dois momentos do método dão conta da classificação, da ordem e do lugar das multiplicidades: um lado, operador da gênese e um lado, produto desse investimento. Em um dualismo de tipo reflexivo, pode-se contabilizar o sujeito como portador das diferenças de natureza, mas corre-se sempre o risco de hipostasiar o sujeito que reflexiona, de não envolvê-lo em um processo. Em todo

caso, a condição genética é a que envolve todos os termos – o virtual e o atual, inclusive o agente ou sujeito reflexivo, dando conta do processo real de atualização de uma ponta a outra.

A incursão nessa distinção – entre o virtual e o possível –, no horizonte de *Evolução Criadora* posiciona o bergsonismo frente a outra grande teoria de seu tempo, fruto do avanço significativo das ciências biológicas no século XIX e XX: trata-se do evolucionismo. Não se trata de recusar em absoluto a teoria, mas de corrigi-la frente a essa importante distinção. Isso significa que o virtual e seu processo, a atualização, não se confundem com o possível e seu processo, a realização<sup>42</sup>. Desde já ressaltamos que o evolucionismo ambicionado por Bergson é o que cumpre as exigências do processo de atualização / diferenciação que tentamos caracterizar acima na introdução desse tópico.

É necessário, portanto, dar conta dos dois processos com a finalidade de expulsar toda e qualquer pretensão de explicar o real processo de atualização por uma interferência do possível. O possível e o processo de realização que ele implica são falsos. Seus termos e as regras a que estão submetidos são impermutáveis com o virtual e o processo de atualização. O possível é caracterizado como um problema inexistente conforme as coordenadas apresentadas no primeiro tópico do presente capítulo. A crítica do possível em *Evolução Criadora* é um ponto de aplicação preciso desse problema.

## 2.4

### A distinção entre o Virtual e o Possível: atualização e realização

Discriminemos, em primeiro lugar, os termos envolvidos em cada processo. Tais termos ou polos se resumem aos momentos componentes do processo. Tais termos envolvem ainda um aspecto condicionante, um ponto de partida e um termo condicionado, produto do processo em questão. No processo de atualização, o virtual constitui o “termo primeiro” e o atual – obtido, justamente, por atualização – constitui o “termo segundo”. No processo de realização, o possível

---

<sup>42</sup> B., p. 84, 85.



(seja em um entendimento finito ou no que for) é o primeiro termo, e o atual, realização do possível, é o termo segundo da série.

O que Deleuze quer dizer quando afirma que “o possível não tem realidade, embora possa ter uma atualidade”?<sup>43</sup> É que esse possível nada mais é do que um movimento de abstração e retroprojeção sobre as partes dispostas atualmente. Sua única realidade é o atual extenso. A diferença que o possível apresenta em relação ao real não encontra qualquer correlato “real” do lado do possível, como termo primeiro ou condicionante. É, como diz Deleuze, um duplo estéril<sup>44</sup>.

Portanto, o que é a realização enquanto processo se ela não liga seus dois termos? Se o termo segundo, o atual, alimenta a realidade meramente fictícia ou ilusória do termo primeiro, o possível, a realização não é absolutamente nada. O atual, enquanto produz o atual, diz respeito a um tipo de divisão específica, característico das multiplicidades numéricas. Nesse sentido, ele é perfeitamente real, mas falta-lhe o elemento que dê conta de sua gênese. O processo de realização contabiliza apenas termos atuais, ou seja, parte-se de um atual, posicionado como princípio, e chega-se em um atual, em maior ou menor proporção, como resultado.

O pseudo processo de realização está submetido a duas regras fundamentais: a semelhança e a limitação. Sobre a primeira regra, a de semelhança, o processo envia sempre a termos atuais. É o atual que é, em todo caso, distribuído nas duas pontas, entre o possível e o real. Ele apresenta sempre as mesmas características, seja previamente concebido em um intelecto divino ou em uma ideia, seja efetivamente realizado. Por isso Deleuze pode dizer que entre um e outro há apenas uma diferença conceitual. Já a limitação implica uma certa seleção e mesmo uma restrição de determinados conteúdos em benefício de outros na passagem do possível ao real. A limitação dispõe essas partes atuais conforme certas condições do real, isso quer dizer, em um tempo e espaço determinados. Com efeito, o possível inflaciona (numericamente) o número de suas partes em função da capacidade de divisão indefinida ou infinita das multiplicidades atuais. Essas divisões aparecem como possibilidades, alternativas e a realização é a

---

<sup>43</sup> B., p.85.

<sup>44</sup> B., p. 85.

seleção ou escolha de uma dessas possibilidades em detrimento das outras por um entendimento e uma vontade infinita de um Deus criador ou por um finalismo da natureza.

De um modo geral, essa crítica do possível remonta à operação de negação lógica generalizada e a motivação psicológica que a condiciona que expomos no primeiro tópico (os problemas inexistentes). Sobre ela recairá sempre a desconfiança, salientada inúmeras vezes por Deleuze, de que ao explicarmos o real em termos de possíveis nada mais fazemos do que retroprojetar esse mesmo real, de maneira fictícia ou ilusória, na condição de causa e fundamento da realidade.

Por outro turno, o que Deleuze quer dizer quando afirma que “o Virtual tem uma realidade”<sup>45</sup>? Certamente, não se trata de uma realidade atual, uma configuração qualquer ocupando um lugar no espaço. Ela envolve a realidade atual assim como a desenvolve, mas não é coextensiva a esta. Para além de uma mera diferença conceitual, diríamos que há uma distinção de natureza ou formal entre o virtual e o atual. Diríamos, muito sumariamente, que a distinção de natureza entre as duas instâncias é sim redutível a uma quantificação – porém, intensiva – que, no entanto, conserva essa diferença sem eliminá-la. O virtual é a condição transcendental do atual.

Nas condições da atualização, propriamente dita, duas regras determinam a passagem ou a encarnação do virtual em atual: a diferença e a criação.

Em *Evolução Criadora*, o ato de criação se exprime primeiro e de maneira imediata na constituição de linhas em vias de se atualizar. Tais linhas envolvem a instância do virtual, já modulada, dirigida para o processo de atualização. De um lado ou de outro, do virtual ao atual, não há identidade ou semelhança de qualquer instância com outra nesse processo, porém, antes, em tais processos, as instâncias diferenciam-se uma das outras. Isso quer dizer que, por mais que um termo conduza ao outro, por mais que ele se dirija necessariamente para constituir o outro, os termos do virtual diferem em natureza dos termos do atual, logo, a passagem de um regime a outro não pode se dar por identidade ou semelhança,

---

<sup>45</sup> B., p. 85.

mas apenas por diferença, uma diferença que contabiliza uma distinção real, de natureza. A diferença se diz ainda do atual, ou melhor, entre os atuais, pois toda linha, como vimos, se divide em dois atuais onde os termos de um são distintos dos outros; é o caso da própria vida que se divide em planta e animal e do animal que se divide em instinto e inteligência. Diferença interna, diferença na atualização, diferença entre as linhas e entre os atuais de uma mesma linha. Em suma, se parte de um regime de diferenciação interno para se chegar em um regime de diferenciação externo, desenvolvido fora de si.

Vimos que o processo de atualização se dá por divergência na constituição de linhas. Do virtual ao atual, o que temos é uma relação de correspondência – as linhas correspondem a um certo grau disposto no virtual, em sua totalidade coexistente. A restrição que envolve a atualização por meio de uma linha é aquela correspondente ao todo sob um certo aspecto singular e não aquela que limitaria a quantidade de possíveis pela realização. Cada nível, não esqueçamos, envolve uma totalidade onde as partes e os pontos estão distribuídos de maneira distinta, de forma mais ou menos contraída, garantindo a singularidade da variação interna no nível do virtual.

Na leitura que Deleuze promove do conjunto da obra de Bergson é importante salientar, mais uma vez, o lugar de *Evolução Criadora*: esta trata do problema da atualização das multiplicidades. Não é uma competência exclusiva, pois que *Matéria e Memória* trazia sua contribuição singular para esse tema a partir da atualização psicológica. Nesse sentido, *Evolução Criadora* amplia consideravelmente esse quadro ao tratar da atualização vital. Porém, um ponto é o mais importante: ao ter pensado as condições de gênese das multiplicidades Bergson trouxe à luz as regras e as leis a que o processo de atualização está submetido. Ao submeter a atualização à diferença e à criação estamos aptos a compreender o processo da vida como produção do novo. Muito em função dessa contribuição estamos habilitados, também, a diferenciar uma repetição do mesmo, meramente reprodutiva e, a diferenciar uma repetição da diferença, uma verdadeira gênese.

## 2.5

### Os momentos do método: uma topologia móvel das multiplicidades

Quando Deleuze fala em uma evolução de Bergson ao mesmo tempo em que diz que os momentos do método da intuição não se anulam é preciso estar atento. Por vezes tomamos a ideia de evolução como um abandono gradual ou brusco das condições anteriores. Não se trata disso, em absoluto. A construção do bergsonismo deleuziano tende a considerar o método bergsoniano como um movimento em três momentos. E por que? A razão parece se encontrar no fato de que os momentos do método Bergsoniano estão ligados a momentos de nossa experiência. Aqui se pronuncia o caráter parcial e provisoriamente antropológico do bergsonismo. Parcial e provisório porque desautoriza um eu como portador único e exclusivo da duração ampliando consideravelmente sua extensão. A passagem do primeiro momento para o segundo momento do método nos instrui: começa-se sempre de um “lugar” para ultrapassá-lo<sup>46</sup>.

Por isso mesmo, uma topologia móvel das multiplicidades, sem prejuízo ou descarte das condições anteriores. Móvel, porque o “lugar” das multiplicidades muda conforme o método avança, percorrendo as figuras do dualismo e do monismo, ora neutralizando-as, suspendendo-as, ora encaixando-as, conciliando-as. As multiplicidades são redistribuídas em função de um redimensionamento do real provido pelas categorias de virtual e atual. Trata-se sempre do real, porém, assinalando a distância entre a experiência-atual e as condições de sua realidade.

Falta, portanto, explorar cada passo do método e situar os processos que lhes são correlativos. Dualismo e monismo designam registros que envolvem, basicamente, dois tipos de multiplicidades e onde o virtual e o atual podem estar separados (dualismo ontológico) ou implicados (monismo). Neste passo, o fundamental é acompanhar as “figuras do dualismo”, correspondentes a cada momento do método, assim como, a distribuição dessas figuras na relação do atual com o virtual, a fim esclarecer, não só as condições da determinação de cada

---

<sup>46</sup> B., 26: “A intuição é, sobretudo, o movimento pelo qual saímos de nossa própria duração, o movimento pelo qual nós nos servimos de nossa duração para afirmar e reconhecer imediatamente a existência de outras durações acima ou abaixo de nós”.

multiplicidade em particular, mas dar conta do processo de engendramento do atual pelo virtual.

Pode-se acompanhar na instituição do método e em cada um dos seus momentos uma crítica que lhe confere impulso e um limite que aponta pra sua progressão, conservando seus momentos. É o que Deleuze chama de aspecto *problematizante*, *diferenciante* e *temporalizante* do método<sup>47</sup>.

1) No primeiro momento do método, o da *divisão* (divisão dos mistos), atinge-se o *dualismo puro* ou, o que dá no mesmo, um dualismo ontológico. Esse é o momento correspondente à instituição do método. A crítica que lhe impulsiona recai sobre a posição de que todas as diferenças na realidade são diferenças de grau. A instituição do método, portanto, se presta a corrigir tal equívoco, a de que as únicas diferenças que existem sejam ditas exclusivamente diferenças de grau<sup>48</sup>.

O procedimento de divisão parte do reconhecimento do caráter misto de alguns fenômenos, já viabilizado pela experiência da duração, para operar uma decomposição dos mistos. Ou seja, a separação de duas tendências atuais misturadas em um fenômeno qualquer. É necessário que se diga que esse momento do método, o de uma simples divisão, tem como ponto de partida a “experiência”. A experiência aqui designa aquilo que é empírico, ou melhor, o empírico-atual. O dualismo correspondente ao primeiro momento do método se situa inteiramente no atual. Portanto, a distinção de natureza que ele afirma se diz frontalmente de duas tendências atuais, mais, precisamente, “entre” as duas tendências. Identificamos, nesse momento, um limite do método, sua insuficiência: essa diz respeito à circunscrição dos dois tipos de tendência ou de multiplicidades ao atual.

Esse limite tem um efeito em *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência* que é a exterioridade entre os dois tipos de multiplicidades. Em um primeiro momento do método, temos um dualismo divergente e irresoluto, constituído entre uma multiplicidade interna (duração), a experiência psicológica, e uma multiplicidade externa, os objetos exteriores. Deleuze por vezes se refere a essa

<sup>47</sup> É o que Deleuze chama de aspecto *problematizante*, *diferenciante* e *temporalizante*, B., p.29.

<sup>48</sup> B. p. 80: “Em tais visões, com efeito, perde-se o essencial, isto é, as articulações do real ou as diferenças qualitativas, as diferenças de natureza.

figura do dualismo como reflexivo, justamente, porque parte das condições de um sujeito consciente. Se o sujeito é o portador exclusivo da duração em oposição aos objetos externos, permanecemos sem instrumentos para pensar a relação de gênese ou origem de uma multiplicidade a partir de outra. Em suma, trata-se de um dualismo ontológico de caráter transcendente. Esse problema é decisivo, porque ele determina a distribuição e a correlação entre os dois tipos de multiplicidade de maneira simétrica à distinção entre experiência psicológica(interior) e realidade física (exterior), restringindo drasticamente a concepção de duração.

Por mais que o domínio da duração desponte a essa altura, a distinção entre interior (subjetivo) e exterior (objetivo), na qual esse dualismo se distribui, representaria, ainda, um resquício da prerrogativa de uma subjetividade antropológica encerrada em um sujeito consciente. Não recairíamos novamente em um solipsismo de feição moderna e de moldes cartesianos assegurados tão somente por aquilo que uma experiência interior nos provida? O que possibilitaria, então, uma avaliação das “coisas” exteriores a nós, fora das coordenadas da duração psicológica?

2) No segundo momento do método atinge-se um “dualismo neutralizado”, um “dualismo compensado”. Seu lugar é duplo e envolve ambas as distâncias, o virtual e o atual. Atingimos um dualismo que não se diz mais de forma estrita do atual<sup>49</sup>. Temos, portanto, uma triagem dos tipos de multiplicidades em dois registros ou níveis distintos. As multiplicidades, assim, se distribuem: as qualitativas se situam no virtual e as quantitativas ou numéricas no atual. Temos nesse momento, a virada ontológica da duração. A duração não é mais uma realidade relativa a uma experiência psicológica interior, mas a duração concerne a uma realidade ontológica mais ampla que envolve a realidade subjetiva como uma de suas modalidades, assim como, os objetos exteriores, que passam a participar dessa realidade em maior ou menor grau.

---

<sup>49</sup> B., p. 83.: “Mas de modo algum é o mesmo estado do dualismo, de modo algum é a mesma divisão. No primeiro tipo, tem-se um dualismo reflexivo... No segundo tipo, tem-se um dualismo genético... aquele que reencontra o ponto de partida em um novo plano”.

Opera-se, assim, com esse novo momento do método, um deslocamento da distinção entre tendências no seio do atual para um tipo de distinção ou divisão próprio a cada tendência. Sua distribuição passa a obedecer a seguinte ordem: diferenças de natureza se reportam ao virtual e as diferenças de graus se reportam ao atual<sup>50</sup>.

Ainda que se remova uma série de equívocos com essa nova distribuição dos dois tipos de multiplicidades, um problema permanece: a exterioridade de uma instância em relação à outra. Aliás, o espaço (as multiplicidades numéricas) permanece exterior ao tempo (multiplicidades qualitativas) em razão das multiplicidades qualitativas serem definidas por um princípio de divisão interna, o que faz com que ela não se comunique com o que lhe é exterior. Por outro lado, as multiplicidades numéricas só mudam e se dividem na sua relação com as multiplicidades qualitativas, nas condições de mistura, sobre as quais operam segundo um princípio de divisão extrínseca.

O Limite do método, nesse momento, recai sobre a insuficiência de ter que explicar a relação entre os dois tipos de multiplicidades, ou mais especificamente, qual é a origem – a razão suficiente – das multiplicidades quantitativas, dado que as multiplicidades qualitativas são a própria duração ontológica?

Nesse estado de coisas o dualismo nada mais faz que replicar a condição anterior de duas realidades que se relacionam de forma “incompreensível” ou “inexplicável”. Se antes a exterioridade se dizia do binômio sujeito e objeto, agora ela se diz de um tempo virtual (duração interna) e de um espaço atual (exterior).

*Matéria e Memória* e *Evolução Criadora* são obras chave na construção do bergsonismo de Gilles Deleuze, enquanto se constituem como modos de resolução desse tipo de problema colocado pela obra inaugural do pensamento de Bergson. A exposição e articulação desse problema, segundo as coordenadas oferecidas por Deleuze, localiza-se no fim de *Dados imediatos da Consciência* e abre-se de forma projetiva para o horizonte de *Matéria e Memória*.

---

<sup>50</sup> B., p. 80: “Portanto, não há diferença de natureza entre duas tendências, mas diferença entre diferenças de natureza, que correspondem a uma tendência, é diferenças de grau, que remetem à outra tendência”.

3) O terceiro momento do método é o do monismo ou do “dualismo reencontrado” ou “conciliado”. Mas o que possibilitaria que essas duas realidades se integrassem? Ou melhor, o que possibilitaria que distinções de grau (quantidades) se comunicassem com distinções de natureza (qualidades)? Como é possível que as multiplicidades qualitativas contenham em si, o segredo da “origem” das multiplicidades quantitativas?

A passagem do dualismo para o monismo não configura o abandono de uma dimensão em detrimento da outra, ou como poderia sugerir, um retrocesso quanto às etapas do método. Com efeito, trata-se, para Deleuze, de atribuir um determinado uso das figuras do dualismo nos momentos ulteriores do método. A conservação do dualismo opera em duas frentes: a) recusando um retorno a um monismo coextensivo às diferenças de grau; b) interditando que o dualismo continue vigendo sob a forma de uma exterioridade ontológica, circunscrita ao atual. Com a já consolidada distinção entre o virtual e o atual, nosso problema se concentra todo na seguinte questão: qual tipo de diferença é comum aos dois tipos de multiplicidades? Qual o estatuto desse novo monismo que não pode ser referido mais às diferenças gradativas atuais?

Com efeito, o monismo não resulta de um dualismo e muito menos o conserva se as duas partes deste (dualismo) não puderem ser compreendidas como momentos de um processo. Vimos que o processo de realização torna incompreensível uma distinção entre dois tipos de multiplicidade, isso porque a operação que envolve o possível nada mais é que uma retroprojeção do atual. O processo de realização, portanto, não pode tocar as condições de gênese do atual, mas apenas explicar como o atual se reproduz indefinidamente. É necessário um recuo ontológico e esse é confirmado pela determinação do virtual. Mas só isso não basta, pois as condições de passagem de uma instância não são exploradas, simplesmente, por uma tipologia e uma topologia das multiplicidades.

Deleuze recorre, então, a um dispositivo, de matriz neoplatônica, acessado em diversos momentos de sua obra<sup>51</sup>: trata-se da noção de intensivo<sup>52</sup>. Se essa lógica

---

<sup>51</sup> EPE., p. 15, p. 187; B., p. 81: “Esse ponto tem alguma semelhança com o Uno-Todo dos platônicos”.

<sup>52</sup> B., p. 51



– a das “quantidades intensivas” – ultrapassa o dualismo entre as multiplicidades é porque sua linguagem dá conta do “encontro”, ou melhor, da relação entre os dois fenômenos, da qualidade e da quantidade. Ela dá conta, ao mesmo tempo, da contemporaneidade e coexistência das multiplicidades sem relegá-las a uma homogeneização de suas partes e sem estabelecer entre elas uma relação de exterioridade. O dualismo é então conservado por uma dinâmica que lhe é anterior e que lhe envolve. Daí, dualismo conciliado.

O real é matéria, só que essa matéria é provida por uma atividade intensiva que, nessa atividade de variação que lhe é imanente, condiciona as qualidades. Essa matéria comporta, portanto, vários níveis ou graus, desde muito “contraídos” até muito “distendidos”. Com efeito, por meio dessa linguagem, ultrapassa-se essa instância (quantidade) dela se dizendo apenas em seu nível mais distendido, porém, toca o virtual (qualidade) em um estado de maior contração da matéria. Não se opera um salto (transcendente) de realidade quando isso acontece, pois as duas realidades estão como que assentadas no real. A relação é de coexistência entre todos os níveis.

Temos uma forma “pura” do dualismo, onde se opera uma divisão da realidade mista; uma forma “neutra” do dualismo, onde se estabelece uma divisão própria a cada realidade, e por fim; temos uma forma “conciliada” ou “reencontrada” do dualismo, onde se esclarece a razão suficiente da relação entre os dois tipos de divisão por meio de uma nova significação do monismo. Enquanto oferecemos uma compreensão do dualismo por uma lógica da expressão é um monismo intensivo que se pronuncia.

À progressão do método, então, corresponde modulações da experiência, mais, precisamente, a experiência da duração. “Além da viravolta”, “mais além da viravolta” ou reviravolta designam momentos nos quais a intuição se desdobra em dois movimentos correlativos: em um primeiro momento, de uma dessubjetivação da duração para uma ontologia da duração e; em um segundo momento; da distinção de natureza a uma distinção de grau no virtual (monismo).

### 3

## Multiplicidade e Ideia

Do ponto em que é retomada a questão das multiplicidades, essas já estão investidas, em um campo comum de identificação, pela ordem das Ideias<sup>53</sup>. Há, portanto, uma idealidade das multiplicidades da qual abordaremos os caracteres mais gerais.

Quando Deleuze atenta para a forma ou o estatuto substantivo das multiplicidades ele automaticamente interdita qualquer recurso a uma via sintético-predicativa ou de caráter dialético para explicar o tipo de relação próprio ao âmbito da Ideia. Vimos que a determinação das multiplicidades virtuais em *Bergsonismo* operava na contenção de duas frentes: a do múltiplo como realidade derivada de uma unidade primeira; e a da combinação de matriz dialética entre o uno e o múltiplo gerais.

É necessário esclarecer o sentido dessa dialética, que procede por negação, em oposição à dialética de caráter problemático provida pela ordem das Ideias, até porque essa distinção não está presente no livro sobre Bergson: uma determinada configuração da dialética que contabiliza elementos e relações diferenciais, por meio de uma síntese disjuntiva, anterior e determinante de qualquer determinação genérica negativa.

Retomemos então as multiplicidades sob a ótica da Ideia, submetendo-as ao que Deleuze designou de “condições de emergência das multiplicidades” ou condições para se reconhecer uma multiplicidade<sup>54</sup>. Estas perfazem um total de três: uma referente à natureza dos elementos diferenciais; outra, relativa à natureza das relações diferenciais e sua variedade e, por fim; uma concernente ao caráter genético das multiplicidades.

---

<sup>53</sup> DR., p. 260.

<sup>54</sup> Ibid., p. 261.

### 3.1

#### O conteúdo Virtual da Ideia

As multiplicidades virtuais são “ideais sem serem abstratas, reais sem serem atuais” — é uma fórmula emprestada de Proust, repetida desde o *Bergsonismo*, a qual Deleuze acrescenta em *Diferença e Repetição*, “simbólicas sem serem fictícias”<sup>55</sup>. Porém, mais decisivo que a afirmação de uma idealidade às multiplicidades é o seu novo sentido, portador de uma reforma ou reversão do conceito tradicional de Ideia. No que a fórmula deixa explícito, seu sentido é distinto daquele recolhido por um idealismo que se apresenta como exterior à realidade, o de uma essência abstrata e transcendente, assim como, a realidade da Ideia que o sentido da fórmula requisita não se deixa subsumir à configuração de uma coisa atual, qualificada e extensa.

O que é a Ideia enquanto tomada nela mesma, de forma independente do movimento de atualização que ela condiciona e precipita? Quais são seus elementos, o tipo de relação que lhes é próprio e o caráter do acontecimento circunscrito a sua realidade? Isso define, propriamente, a síntese da diferença, ou seja, o tipo de ligação ou relação constituído no âmbito da Ideia e o que dela resulta.

A Ideia não é uma essência imutável, um conjunto de determinações dadas de uma vez por todas. A Ideia como multiplicidade virtual é definida por um duplo aspecto: relações entre elementos de natureza diferencial e a determinação de pontos singulares relativos a essas relações. Há, portanto, o que Deleuze designa de um acontecimento no nível da Ideia, que consiste na distribuição ou repartição de pontos singulares e ordinários. Um processo próprio ao nível da Ideia designado “diferenciação”. Deleuze denominará esse processo de gênese estática, porque marcador de um tempo característico, “anterior” e condicionante das determinações intensivas e cronológicas do tempo<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> B., p. 84; DR., p. 294.

<sup>56</sup> DR., p.262.

A diferenciação, portanto, contabiliza relações diferenciais e singularidades pré-individuais em seu processo e se distingue de outros processos, correspondentes à relação entre o virtual e o atual, tais como a diferenciação, a atualização. Iniciaremos por dois dos três aspectos correspondentes às condições de emergência das multiplicidades: os dois aspectos relativos à diferenciação. Dos elementos diferenciais aos acontecimentos ideais há o que poderíamos chamar de uma progressão relacional e genética de caráter estático.

A primeira questão incide sobre a natureza desses elementos ditos diferenciais: o que são e como estão dispostos nessas relações de caráter diferencial? Tais elementos enquanto considerados em si, por sua idealidade e virtualidade, não possuem qualquer forma sensível, significação conceitual ou funcional. A significação conceitual define o modo pelo qual o entendimento dispõe as categorias sobre o material (objetos) recolhido pela forma de nossa sensibilidade, segundo as coordenadas da crítica kantiana. Tais características recaem sobre a condição de uma configuração atual, tal como Deleuze a entende, como algo que possui uma qualidade e que ocupa um determinado lugar no espaço<sup>57</sup>. Por tal razão se diz que quando os elementos diferenciais são considerados em si mesmos carregam o caráter de indeterminabilidade. Nesse sentido, um elemento dito diferencial se define mais pelo sistema de diferenças puramente virtuais no qual ele está mergulhado e que o investe de forma puramente relacional do que por uma natureza previamente constituída, subsistindo idêntica, independente de qualquer relação.

À indeterminação contida nos elementos diferenciais, deve corresponder um princípio de determinabilidade. Este é dado nas ligações que os elementos contraem uns em relação aos outros. Dos elementos às relações temos um primeiro momento da progressividade na Ideia<sup>58</sup>. Se tais elementos não possuem nem forma nem função, qual tipo de relação podem contrair entre si? A segunda condição versa sobre o caráter das relações diferenciais. Tais elementos, destituídos de qualquer valor que lhes conferisse um *quantum* determinado e, em função disso, uma posição determinada na relação, só podem se determinar de

<sup>57</sup> MD., p. 131.

<sup>58</sup> DR., p. 245: “a determinabilidade deve ela própria ser pensada como ultrapassando-se na direção de um princípio de determinação recíproca”.

maneira recíproca. A forma da relação diferencial como determinação recíproca fixa que um elemento diferencial qualquer só adquire algum valor ou determinação na relação, isso quer dizer que tal elemento só é determinado enquanto determina, interditando qualquer determinação exclusiva (condição determinante) de um termo sobre o outro, o que implicaria um privilégio de ordem iminente ou coisa do tipo. O princípio de determinação recíproca institui uma via de mão dupla onde os elementos determinam-se mutuamente. Há como que uma espécie de igualdade ideal ou virtual na relação entre os elementos diferenciais. Ao aspecto determinável dos elementos diferenciais corresponde um princípio de determinação recíproca. Temos aqui um segundo momento da progressão das multiplicidades virtuais.

Se, conforme afirmamos há pouco, a instância da Ideia é investida por um processo, deve haver uma razão suficiente que dê conta de sua constituição; uma razão suficiente que visa dar conta das etapas ou momentos constituintes da Ideia. Essa determinação da relação entre os elementos ideais como sendo de reciprocidade atende em um nível primeiro às exigências da razão suficiente. Porém, como frisamos antes, há um acontecimento no nível da Ideia, independente da relação com o processo de atualização. Foi o que designamos de diferenciação. A diferenciação consiste na distribuição de pontos singulares e ordinários na constituição de uma série ideal. Esse segundo movimento, correspondente ao acontecimento ideal, é o segundo aspecto da razão suficiente: o da determinação completa.

O que seria essa determinação completa? O seu sentido deve ser ligado em complementaridade com o da determinação recíproca, que é como que sua condição no nível da Ideia. A determinação completa concerne aos valores que são atribuídos na relação, ou seja, na distribuição dos pontos singulares.

Tal distribuição se bifurca entre pontos, uns ordinários e outros notáveis. Como se dá, então, a relação entre um ponto notável ou singular e outro ordinário? E mais, como estes chegam a construir uma série ideal, correspondente ao nível da Ideia, formando uma multiplicidade puramente virtual? Deleuze explica que um ponto notável opera com uma espécie de protagonismo frente aos outros pontos prolongando-os em uma “extensão” (ideal) até um outro nível, uma multiplicidade

ou Ideia virtual que, também, organiza e distribui seus pontos em conformidade com o aspecto diretivo de seus pontos notáveis. Essa ordem da multiplicidade é determinada pelas singularidades e não pelos pontos regulares que apenas coadjuvam nesse ordenamento. Esse prolongamento em série encontra, portanto, um limite em outra singularidade produzida por um acontecimento ideal. Essas totalidades ou multiplicidades não permutam seus elementos a não ser que mudem de natureza, porém, enquanto acontecimentos singulares no plano da Ideia, não lhes falta absolutamente nada. A essa etapa, do efetivamente determinado na relação diferencial, corresponde um princípio de determinação completa.

A Ideia ou multiplicidade tem, portanto, três momentos e a cada momento corresponde um princípio que a faz progredir até um acontecimento. Deleuze chama essa progressão de unidade ou completude concreta da Ideia. A cada momento ou etapa da Ideia corresponde um elemento puro. Do que chamaremos de elemento puro aqui é exigido que passe por uma triagem que distinga o seu caráter daquele que é determinado pela sensibilidade e pelo entendimento. A determinação do elemento puro é, em cada um desses momentos, fundamental para fixarmos a correspondência entre o duplo aspecto da Ideia e o de um objeto atual. Duplo aspecto que se expressa nas condições de correspondência e de gênese das multiplicidades atuais pelas multiplicidades virtuais. Especificando, os elementos diferenciais correspondem ao elemento da quantitabilidade, as relações diferenciais ao elemento da qualitabilidade e as singularidades ao elemento da potencialidade. Por mais que uma configuração ou objeto atual não se assemelhe ou reproduza as características das multiplicidades ideais, eles são assimilados sob essa correlação que envolve os três elementos.

A desquantificação, a desqualificação e a despontecialização são os movimentos que dão conta do salto ou da passagem das condições empíricas, determinadas na intuição e no conceito, para o nível da Ideia, onde tais elementos se apresentam na sua condição pura, genética e condicionante.

A esse elemento da potencialidade pura, próprio ao nível da Ideia, corresponde um princípio de determinação completa. Porém, este não se apresenta sob o quadro de correspondência da Ideia com os objetos qualificados e extensos, ou seja, na relação do virtual com o atual. O seu caso excede o mero quadro da

relação entre os dois tipos de multiplicidades, concernentes aos elementos da quantitabilidade e da qualitabilidade<sup>59</sup>. Ele se interpõe entre os dois tipos de multiplicidades para efetuar sua correspondência por meio do processo de atualização, condição não dada de forma imediata pela Ideia. Esse elemento corresponde ao campo de individuação que Deleuze compreende como intensivo. Nesse sentido, poderíamos dizer que a dupla correspondência é “mediada” por uma operação, sendo essa última imediata em relação à Ideia.

Os objetos atuais, portanto, se conformam a esse duplo aspecto da Ideia: as qualidades ou espécies correspondem às relações diferenciais e; os pontos ou partes extensas correspondem aos pontos singulares.

Assim, temos uma figura da razão suficiente delineada no nível da Ideia. Essa encadeia três momentos da determinação correspondentes a três elementos puros na Ideia: ao princípio de determinabilidade, concernente ao indeterminado, correspondia o elemento quantitativo; ao princípio de determinação recíproca, concernente ao determinável, correspondia o elemento qualitativo e; à determinação completa, concernente ao determinado, correspondia o elemento da potencialidade.

### 3.1.1

#### **Atualização: a diferenciação**

Deleuze chega a afirmar, desde *Bergsonismo*, que o uno é uma multiplicidade, assim como o múltiplo é, também, multiplicidade. A pergunta que dirigimos é a seguinte: se as multiplicidades em seu estado substantivo rechaçam o uno e o múltiplo (geral), em que sentido o uno e o múltiplo podem ser ditos, também, multiplicidades?

O uno e o múltiplo são multiplicidades na medida em que encarnam as Ideias<sup>60</sup>. O sentido das multiplicidades que é atribuído tanto a um quanto ao outro não perfaz

<sup>59</sup> DR., p. 311.

<sup>60</sup> Ibid., p. 260: “Cada coisa é uma multiplicidade na medida em que encarna a Idéia. Mesmo o múltiplo é uma multiplicidade; mesmo o uno é uma multiplicidade”.

o das multiplicidades ideais, só podendo, portanto, ser ulterior. Em que sentido? O processo de encarnação ou diferenciação diz respeito ao que é produzido pela Ideia, por meio de um processo de individuação. Não se trata mais da “organização” interna da Ideia, do caráter de suas relações e das singularidades que dela redundam, mas de compreender a componente resultante do caráter genético de seus elementos que projetam essas Ideias fora de si, em um campo em que já não as consideramos tomadas “nelas mesmas” ou diferenciadas, mas desenvolvidas ou exprimidas em outros elementos e relações, ou seja, de forma diferenciada. Tal sentido recaía sobre as multiplicidades atuais e era radicado da tipologia que envolvia a distinção entre dois tipos de multiplicidades desenvolvida em *Bergsonismo*.

Tal correlação ou correspondência entre o virtual e o atual, como salientamos acima, não é redutível a qualquer princípio de semelhança ou identidade. O processo de atualização é uma diferenciação, isso implica que o material resultante do processo difira em natureza do virtual que o condiciona.

Da Ideia à coisa, das multiplicidades virtuais às multiplicidades atuais, o processo é submetido ao critério da diferença. Porém, essa diferença generalizada apresenta modalidades próprias a cada regime e desencadeadoras de processos distintos.

Nesse sentido é oportuno esclarecer, em linhas gerais, a distinção entre os dois processos: a distinção entre diferenciação e diferenciação diz respeito a como a diferença se diz do ideal (virtual) e do atual, ou seja, enquanto tomamos a Ideia nela mesma e, enquanto tomamos a Ideia no seu processo de atualização. Nesse sentido, é insuficiente permutar os termos e as condições da diferença em cada regime. As multiplicidades virtuais são indiferenciadas, condição distinta de uma indeterminação, assim como, as multiplicidades atuais são indiferenciadas. Essa determinação, longe de qualquer joguete retórico com as palavras, marca uma diferença de regime que contabiliza a natureza dos elementos, sua relação e o tipo de divisão que eles implicam. E isso não constitui qualquer falta a qualquer um dos regimes. O virtual envolve relações diferenciais e singularidades pré-individuais e o atual envolve uma determinação qualificada e outra extensa. Em um caso, trata-se da diferença interna constituinte e, em outro caso, daquilo que ela produz, uma diferença externa.



De maneira geral, o lugar do possível e a crítica que Deleuze lhe endereça permanecem rigorosamente os mesmos que os mobilizados em *Bergsonismo*. A esse respeito, ele constitui uma pseudo-realidade, porque se ergue a partir de um procedimento de generalização lógica fundado em uma certa disposição psicológica que recusa o dado do real como fluxo qualitativo. A categoria que Deleuze lhe reserva é a de um “problema inexistente” dentro da determinação mais geral de falsos problemas. Do ponto de vista do seu processo, a realização, as condições de passagem do possível ao real estão submetidas a dois critérios: a semelhança e a limitação. A consequência recolhida desse procedimento é que ele só faz divergir condição e condicionado, produção e produto, de um ponto de vista meramente numérico. Isso quer dizer que não há qualquer processo de gênese como produção do novo, pois o real não difere qualitativamente do possível que o engendra. Daí Deleuze insistir que tal procedimento pouco ou nada oferece para a compreensão do real a partir de uma verdadeira gênese.

Quais são as condições de gênese do atual? Estas parecem reenviar a dois processos distintos e em disputa, o de atualização e o de realização. Quanto à realização, a incidência da crítica deleuziana recolhe sempre a consequência de que nesse procedimento nunca se saberá ao certo se retroprojetamos ou não o possível a partir do parco estado de coisas oferecido pelo real extenso. No que diz respeito ao processo que liga o virtual ao atual, a atualização, é correto dizer que ele apresenta um aspecto correlativo que é de conformidade ou correspondência com a Ideia – qualitativo e quantitativo – mas, a ela em nada se assemelha. A causa disso é que seu processo obedece a duas regras fundamentais: a diferença e a criação.

Assim é o caráter da correspondência entre ideal e atual: as relações diferenciais interditam qualquer determinação de seus elementos por uma identidade prévia, que corresponderia a uma determinação para além de qualquer relação; a criação rechaça qualquer regra de semelhança articulando o processo de atualização como diferenciação.

A diferenciação – e não diferenciação – é o processo que liga os dois tipos de multiplicidades, multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais. É nesse sentido que se pode dizer que tudo é multiplicidade, mesmo o uno e o múltiplo são

multiplicidades. Só que este último sentido deve ser esclarecido. Não é na condição de uma determinação genérica, predicativa ou dialética, que o uno e o múltiplo satisfazem a condição de multiplicidades, muito menos é no sentido de estabelecer relações ideais entre elementos diferenciais; o uno e o múltiplo satisfazem as condições de multiplicidades enquanto encarnam, em condições atuais, as multiplicidades virtuais. O Uno e o Múltiplo são multiplicidades atuais, produzidas, na medida em que tais multiplicidades são numéricas, quantitativas.

A idealidade das multiplicidades comporta estes dois aspectos, estrutural e genético: a estrutura envolve os aspectos correlativos (qualitativo e quantitativo) com uma configuração atual, de modo que as qualidades ou espécies correspondem às relações diferenciais e as partes ou pontos extensos correspondem às singularidades; a gênese envolve a produção do atual pelo virtual, de uma multiplicidade pela outra a partir das condições que são providas pela estrutura.

### 3.1.2

#### **Atualização: gênese das multiplicidades (razões da gênese ou da produção)**

A terceira condição de “emergência das multiplicidades” diz respeito ao processo de atualização que necessariamente envolve a relação entre as multiplicidades virtuais e atuais sob a condição genética que faz com que os elementos e as relações diferenciais, contraídas no âmbito virtual, se encarnem em termos atuais, qualidades ou espécies, extensos ou partes.

Então, a afirmação de que a Ideia como instância problemática é da ordem do acontecimento se diz em dois sentidos perfeitamente complementares ou correlativos. Um acontecimento ideal, correspondente à distribuição de pontos singulares e pontos ordinários relativos à contração de relações entre elementos diferenciais no nível da Ideia; um acontecimento atual que diz respeito ao processo de atualização, ou seja, à efetuação da correspondência entre o ideal e o atual por meio de um processo de individuação

Temos então dois níveis de acontecimentos, um ideal e outro atual. Esses dois acontecimentos, antes de se opor, se complementam, ou melhor, se prolongam um no outro. Daí o caráter transcendente de um plano sobre o outro. Trata-se de um nível que provém o caráter de condição e gênese em relação ao atual e, por isso mesmo, irreduzível a esse enquanto tomado “nele mesmo”. Por outro lado, sua transcendência é indissociável das condições de uma imanência que avança ganhando o domínio do atual.

Não se trata tão somente de descrever o processo, com seus momentos e fases, contabilizando as instâncias do atual e do ideal, mas antes, de dar conta da razão pela qual as Ideias, que constituem relações e singularidades, se projetam para além de seu acontecimento propriamente ideal, desembocando em um acontecimento atual? Trata-se das condições de passagem de uma potencia como gênese estática para uma potencia como gênese dinâmica.

Esse problema remonta a um conjunto de questões levantadas pelas metafísicas tradicionais da participação à criação (Deus), passando pela emanção (Uno): se a Ideia basta a si, se ela constitui uma organização ou sistema próprio, por que necessariamente ela apresentaria essa inclinação para produzir os objetos no qual ela se encarna?

Pensar essa projeção, essa imanência do acontecimento ideal se desdobrando e se desenvolvendo nas multiplicidades atuais só é possível mediante a recusa de que os procedimentos de derivação emanativa ou de síntese dialética sejam encarregados de explicar o processo de gênese do real-atual. No primeiro caso, trata-se de uma potência degenerativa, onde a produção é signo de um decréscimo e de uma despotenciação do ser. E o ser, propriamente, guarda a condição de eminência sobre a série que dele deriva por meio dos dispositivos de analogia e equivocidade. Em um outro caso, a negação, o não-ser, é resultado de uma mistificação nascida um procedimento subjetivo. Ela é incapaz de percorrer a ligação entre os dois tipos de multiplicidades, a dupla série de acontecimentos, uma se prolongando na outra. Essa recusa desemboca numa ontologia da potencia afirmativa.

Como então compatibilizar ideia e potência, estrutura e gênese? O que nos interessa é uma certa relação de produção – que ainda que não seja direta, guarde

essa determinação em algum agente que percorra essa exterioridade e garanta a passagem de uma instância a outra. Essa condição ficará a cargo da individuação.

Esse é o traçado percorrido pelo que Deleuze denomina, emprestado de Leibniz, procedimento de “vice-dicção”<sup>61</sup>. Essa envolve dois procedimentos que se distinguem e que são complementares, ainda que a complementaridade deva ser inteiramente compreendida pelo lado do atual: um correspondente às condições do problema, o que o liga ao que Deleuze chama de corpos de adjunção e; outro, correspondente ao modo de resolução, próprio de uma determinação genética, encaminhada em conformidade com o problema.

Assim, todo acontecimento que é um “desaguar” nas condições do atual é antes um acontecimento ideal. Ele depende intimamente da distribuição de pontos singulares, correspondente às relações diferenciais. Se o acontecimento diz respeito à gênese, à produção do novo, é porque o acontecimento exprime, em condições que são as do atual, o seu próprio regime no nível da Ideia. E por que há acontecimentos? Por que o acontecimento não se esgota? É na variedade das relações diferenciais que a resposta deve ser encontrada, porém não só, é também no elemento genético que repercute a ordem ideal na atual por meio da individuação. Portanto, a cada acontecimento ideal, que diz respeito à distribuição de pontos singulares e ordinários em uma forma serial, corresponderá um acontecimento que deságua no atual, exprimindo uma configuração qualificada e extensa.

Sabemos que, para produzir, a Ideia investe um campo intensivo. Cumpre-nos oferecer, por ora, a razão desse movimento. A descrição do campo de individuação com seus processos, trataremos, no detalhe, no capítulo seguinte.

### 3.1.3

#### **Virtualidade e Imanência: razões da imanência**

---

<sup>61</sup> DR., p. 269.

A noção e, propriamente, o campo do virtual foi objeto de uma determinação objetiva e rigorosa em *Bergsonismo*. Um ponto deve ser melhor precisado, segundo as palavras do próprio Deleuze, o das relações entre o virtual, o atual e o real, com seus processos, respectivamente. Trata-se da distribuição ou repartição dessas instâncias no real. Como pode o virtual ser real e não se confundir com a atualidade que parece presidir o real? E como pode o virtual ser dito imanente de um objeto após a sua atualização? Como pode ele reinvestir esse objeto em atualizações futuras?

Como se dá essa coexistência em um objeto atual, mais precisamente, o que permanece e se conserva de virtual em um objeto, dado que aparentemente ele se encontra atualizado, acabado e finalizado? Ou será que um objeto atual esgota toda realidade do virtual no seu processo de atualização? Em um caso, parecemos lidar com a realidade de algo que permanece em seus efeitos após a produção; em outro, nos deparamos com uma transcendência absoluta e estanque frente ao que dela decorre como efeito.

O virtual não se opõe ao real, dirá Deleuze, e isso em dois sentidos, acreditamos. Em um primeiro sentido, quando consideramos o virtual nele mesmo, independente de seu processo de atualização. O virtual não se opõe ao real, posto que possui uma “realidade” ideal, objetiva, metafísica ou ontológica. Em um segundo sentido, enquanto processo de atualização, o virtual se liga a outro tipo de realidade, sob a dupla condição da transcendência e da imanência: trata-se do atual enquanto uma realidade qualificada ou especificada, particionada ou organizada. Tanto na sua determinação em si e enquanto processo, o virtual não se opõe ao real, mas o afirma.

Essa triagem no real entre o que é virtual e o que é atual é decisiva, porque há uma espécie de coexistência do virtual e do atual no real quando se dá o processo de atualização, quer dizer, a realidade do virtual permanece dado o seu caráter imanente sobre aquilo que é atualizado.

Falar em termos de coexistência é pensar o real já constituído, atualizado. Não se trata de pensar o processo a partir de uma sucessão, apenas, o que redundaria em um virtual primitivo e originário, estéril em relação aos seus produtos. Também, não há objetos puros, uma atualidade pura, esta se apresenta sempre na condição

de mistura. Trata-se antes, de pensar uma espécie de copresença de ambas as realidades e a sua relação nos termos de uma simultaneidade. A coexistência nos esclarece acerca das condições do novo em um real já atualizado, porém, provido de potenciais que excedem o real-atual.

Como se dá essa coexistência? Ou melhor, como se dá essa forma de pertença do virtual em um objeto real-atual? Deleuze oferece a imagem de uma “névoa” envolta no atual e que incide sobre o objeto sempre de forma descontínua, ora o sustendo nas condições atuais, ora o desinvestindo para o reinvestir em atualizações futuras pela ordem de complicação mais vasta que o envolve. Essa névoa, ela própria não está livre de um remanejamento perpétuo<sup>62</sup>. Pensar a relação de coexistência entre o virtual e o atual implica desarmar um esquema simplório de sucessão em proveito das passagens de um a outro regime. Segundo as indicações de Deleuze, o caráter virtual presente nesse objeto não pode mesmo ser apreendido pelos sentidos, nem pelo conceito, ele não se reduz, portanto, a parte sensível e aparente desse objeto.

Esse objeto, portanto, não deve ser compreendido como resultado de uma composição por adição entre as partes do virtual e partes do atual e que consistiria em uma totalidade única e homogênea. Vimos no *Bergsonismo* que, ao considerar a realidade do virtual, dispúnhamos de níveis, graus, que coexistiam uns com os outros formando uma totalidade. Mas cada nível já era uma totalidade e não se reduzia, de maneira alguma, à parte: cada nível constituía uma totalidade sob um determinado aspecto, o que lhe conferia singularidade e garantia sua distinção e coexistência virtual com os outros níveis.

Uma “determinação completa”, em *Diferença e Repetição*, corresponde a esse “estado de coisas” plenamente virtual, ou seja, diz respeito às relações e a um acontecimento determinados no âmbito da Ideia que constituem uma multiplicidade. Sendo assim, ele constitui uma singularidade, uma multiplicidade à qual nada falta e que pode se dizer completa. Uma completude que não envolve a atualidade do objeto, completude comprometida com o acontecimento no nível da Ideia. Seria um equívoco acreditarmos que a parte ou o lado que corresponde à

---

<sup>62</sup> D., p. 175.

atualização viria preencher uma lacuna sobressalente no virtual, satisfazer o elemento da falta por uma espécie de composição endógena de seu ser.

A determinação completa, concernente a parte ideal, não esgota sua potencialidade no objeto atual. Ela é constantemente “relançada” em seu meio problemático, constituindo novas relações e precipitando novos acontecimentos que, por sua vez, reincidirão no atual sob a forma de novos acontecimentos, da irrupção do novo, do processo de atualização, propriamente.

Nada falta à determinação completa, mas essa é constantemente impelida a atualizar-se, a produzir sob o imperativo de seus elementos condicionantes e genéticos. A “integração” enquanto processo diz respeito à concomitância desse duplo caráter transcendente e imanente do virtual sobre o atual<sup>63</sup>.

Por outro lado, o completo diz respeito às condições do atual, ou seja, a de objetos particulares e extensos, ocupando um espaço determinado. A parte aqui requerida, atual, qualificada e extensa se relaciona com as outras partes de forma exterior, regulada pela sua forma de distinção que é extrínseca. Nesse regime podemos falar em uma totalidade atual ou em objeto total, isso porque a totalidade nesse caso pode ser recomposta a partir da mera composição de suas partes.

O objeto íntegro e inteiro congrega as duas partes em sua constituição: o virtual e o atual. Ele só pode ser determinado, então, no processo de atualização /diferenciação, que não esgota a realidade do virtual, mas a conserva de certa forma na atualidade. Uma integração não pode significar outra coisa que esse desenvolvimento que se complexifica e se enriquece ao projetar essa realidade do virtual naquilo que ela produz por meio da individuação. Integrar é explicar e envolver, desenvolver e conservar ligando as duas partes do real: virtual e atual.

A integração enquanto processo e a integridade do objeto dependem dessa convergência que resolve ao mesmo tempo em que dá testemunho da sobrevivência do problemático na constituição das partes do objeto. Ser parte é participar das multiplicidades virtuais, ao mesmo tempo em que recebe ou adquire uma configuração qualificada e extensa.

---

<sup>63</sup> DR., p. 295.

Dá Deleuze caracterizar a relação por “metades desiguais ímpares”: metades, pois trata-se sempre de duas partes ou lados que constituem a “integralidade” do real e de seus objetos; desiguais e assimétricas, pois não formam, por composição, uma unidade ou totalidade e; ímpares, pois a distribuição de seus elementos, relações e acontecimentos obedecem a lógicas distintas.

Vejamos o lugar e o alcance da determinação completa: ela se diz do acontecimento ideal, localizado no nível da Ideia; e Deleuze salienta que ela incide sobre a existência e a distribuição dos pontos. O que isso quer dizer? Primeiro, que sua existência é dada nas relações diferenciais que determinam o seu valor. Nisso consiste precisamente um acontecimento, nessa distribuição oriunda das relações entre elementos diferenciais. Já por seu turno a determinação progressiva extravasa o plano propriamente ideal e se alonga sobre os materiais da diferenciação sob a forma da especificação e qualificação, concernente às relações diferenciais e, extensão e organização, concernentes aos pontos singulares.

Temos a sequência que deve ser lida em uma progressão que constitui uma unidade sistemática do real, que se encontra ligada do virtual ao atual: determinação recíproca, determinação completa e determinação progressiva.

Tínhamos em *Bergsonismo* a descrição do processo de atualização em dois casos específicos, mas que esclareciam o caráter geral do processo: a atualização psicológica em *Matéria e Memória* e a atualização vital (Impulso Vital) em *Evolução Criadora*. Todos estes momentos descrevem o movimento de passagem das condições da ontologia, do virtual, para campos e domínios específicos de resolução, propriamente, atuais: a psicologia e a vida.

O que *Diferença e Repetição* promove é uma especificação mais complexa e minuciosa do processo de atualização. A esse respeito, Deleuze identifica como um mesmo processo: a atualização, que de modo efetivo dispõe atuais; a diferenciação, que rege tal processo por não se subordinar a uma identidade; a integração, que é o modo como se unifica virtual e atual em um sistema; a solução, que desenvolve o campo problemático da Ideia.



### 3.1.4

#### **O conteúdo Virtual da Ideia: relação da Ideia com a Ideia**

Que tipo de relação as ideias assumem entre si? Qual é o tipo de distinção que opera “entre” e não mais “nas” relações que constituem as multiplicidades ideais? Distinta radicalmente da diferenciação, que estabelece a relação entre virtual e atual, distinta, também, da diferenciação, que desencadeia um processo nos limites da Ideia concernindo à organização interna das multiplicidades, como o virtual remete a outro virtual distinto de si? Como as ideias se reenviam umas às outras nessa ordem mais vasta que as compreende e as envolve?

Vimos que uma multiplicidade ideal compreendia uma relação entre elementos diferenciais em função da qual distribuía singularidades pré-individuais. Esses elementos eram diferenciais e essas relações ganhavam a forma de uma determinação recíproca. Esse aspecto é o que poderíamos designar de constituinte das multiplicidades. Uma multiplicidade assim definida ou determinada está apta a se atualizar em um domínio específico, como a vida, o socius e etc...

Por outro lado, esse regime, Ideia da Ideia, também, apresenta um caráter destituído de suas relações, no qual seus elementos, ora investidos em tal ou qual Ideia ou multiplicidade, em tal ou qual domínio, migram para outros domínios desinvestindo tais relações e investindo em outras. Esse trânsito entre diferenciais de ordem distinta só se dá em condições bem específicas de transformação, aquelas que definíamos, no capítulo anterior, como as condições de mudança nas multiplicidades qualitativas. Sendo assim, não é que uma Ideia seja imutável ou coisa do gênero, mas ao mudar de regime ou domínio, seus termos e relações encontram-se modificados de maneira completamente distinta das condições anteriores.

Deleuze chega a dizer que as Ideias conjugam a maior potência em diferenciar-se, potência de diferenciação. A potência aí mobilizada se declina em direção ao acontecimento ideal, investindo suas relações. Rigorosamente falando, o

acontecimento exige, implica necessariamente, a contração permanente de novas relações diferenciais. Com efeito, a natureza diferencial dos elementos ali envolvidos dá conta de um potencial de transformação desses elementos, que não possuem qualquer forma, função ou natureza prévia. Isso quer dizer que a potência sempre relança suas relações entre diferenciais e a cada vez determina seus pontos singulares em função desse relance. Essa variação contínua articulando relações entre diferenciais a cada momento dá testemunho de uma potência própria da Ideia, uma diferença interna.

Deleuze discrimina três dimensões de variedades compreendidas por essa ordem das Ideias: a) variedades ordinais, correspondentes à natureza que os elementos e as relações diferenciais assumem em uma determinada ordem ou domínio; b) variedades características, correspondentes aos graus de uma relação diferencial em uma mesma ordem, uma variedade interna das multiplicidades; e c) variedades axiomáticas, correspondentes à conjunção entre duas multiplicidades por meio de uma terceira em uma dimensão-profundidade. Essa tipologia é significativa do modo pelo qual as Ideias se comunicam ou se relacionam, pois dá conta da variedade que atravessa internamente as multiplicidades nos seus diferentes graus, que as liga exteriormente em uma ordem total que as envolve e, por fim, como dois tipos se ligam em um terceiro que os envolve<sup>64</sup>.

Podemos falar em uma hierarquia das Ideias? Já no *Bergsonismo* experimentávamos uma dificuldade em defender uma posição dessa natureza. Deleuze definia uma relação de coexistência e de contração entre diferentes graus ou níveis na ordem do Virtual antes mesmo de distender uma coexistência na relação das multiplicidades virtuais com multiplicidades atuais por meio das quantidades intensivas. Em Bergson, essa coexistência era virtual. O virtual comportava diferentes níveis cada qual envolvendo sua totalidade sob um determinado aspecto, o que conferia a esses graus ou níveis de contração uma singularidade conforme a sua variedade.

A forma ou o caráter da coexistência da Ideia dá-se o nome de perplicação. A perplicação, portanto, envolve um tipo de distinção perfeitamente

---

<sup>64</sup> DR., p. 266

conciliável com a coexistência. Isso quer dizer que as relações entre as Ideias não é regulada por uma hierarquia de matriz sintético-predicativa (síntese inclusiva) que assimilaria um termo pelo outro, onde um termo possuísse uma perfeição formal que atestaria seu caráter eminente sobre os outros termos. Tal caso não é redutível em nenhum dos casos de variedade da Ideia que vimos há pouco.

### 3.1.5

#### **Questão e Imperativos: a origem das Ideias**

Deleuze então pergunta: de onde vêm as Ideias, seus problemas, elementos, relações e singularidades? É a pergunta pela “origem radical”, por um princípio absoluto e primeiro. Não é a pergunta pela gênese propiciada pela própria Ideia, gênese essa que terá como correlato produzido, por meio da individuação, o atual. Trata-se procedência da Ideia como instância problemática, daquilo que recai sobre a forma problema que liga e relaciona os elementos uns aos outros na determinação recíproca.

Como veremos a pergunta por um fundamento das Ideias parece muito mais se deslocar para o aspecto de sua variedade. Variedade que faz com que as sínteses se constituam e se destituam, se façam e se desfaçam segundo uma potência própria da Ideia – sua síntese fluente, variedade que diz respeito ao modo como os problemas são dispostos de infinitas formas, de como eles se comunicam a todo tempo e de como se desfazem pra constituir novas relações<sup>65</sup>. Está inscrito em um problema determinado o movimento que lança e relança seus diferenciais em ordens vizinhas e mais vastas, correspondente a coexistência virtual na ordem da Ideia. As relações e os pontos dizem respeito à acomodação ou encaixe dos diferenciais em um problema determinado, mas não dão conta de seu processo de variação contínua, da relação da Ideia com a Ideia, da relação entre multiplicidades. Dai a necessidade da pergunta pela origem.

---

<sup>65</sup> DR., p. 248: “É nesse sentido que a Ideia tem como objeto a relação diferencial... como grau de variação da própria relação (‘variedade’).”

É aqui que, aparentemente, mais uma instância vem requisitar o seu lugar como aquilo que “antecede” e que apresentaria a razão que faz variar continuamente a forma problemática da Ideia. Trata-se da distinção operada por Deleuze entre a ordem da questão e a ordem do problema<sup>66</sup>. Perguntar pela origem da ideia ou pelas condições em que se pode falar de origem, ou mesmo se essa pergunta deve ser descartada passa pelo exame do procedimento ligado ao domínio da Questão, que o articula imediatamente com a Ideia.

Deleuze chega a falar da articulação entre questão e problema nos termos genéricos de uma *complicatio*, que as questões se desenvolveriam em problemas e que esses, por sua vez, se encontrariam envolvidos pelas questões. As Ideias certamente variam, mas o que as faz variar de inúmeras maneiras? É hora de explicitar melhor as condições de uma potência de repetição própria às questões e determinante dos problemas.

Um preconceito fundamental deve ser afastado e conjurado do complexo questão-problema: o da provisoriedade de seu estado problemático que ao encaminhar ou receber a solução se resolveria esgotando tal condição. A provisoriedade supõe um desenvolvimento que solaparia, por meio de uma espécie de teleologismo, a distinção entre o virtual e o atual. É como se o problema requisitasse um complemento que lhe faltasse e que, quando resolvido, esgotaria completamente essa condição ou estado. Nesse sentido, o problema seria meio para um fim fora de si, que é a solução. É como se uma razão suficiente exógena cumprisse as exigências de um estado problemático, parco e insuficiente.

O movimento apresentado por Deleuze é o de uma ontologização do complexo questão-problema, conferindo-lhe uma objetividade. Movimento análogo e concomitante ao do estatuto substantivo das multiplicidades virtuais. Esse movimento determina, portanto, um novo topos e uma nova distribuição onde o problema passa a ser dito estritamente do âmbito da Ideia e onde a solução ou os modos de resolução são extraídos do atual.

A relação entre as duas instâncias é de um desenvolvimento do problema nos casos de soluções, o que dá testemunho de sua imanência, porém, também, de

---

<sup>66</sup> DR., p. 276.

conservação e manutenção da instância problema enquanto tomada nela mesma, o que, por outro lado, atesta sua transcendência sobre o empírico-atual.

### 3.1.6

#### **A imagem clássica do pensamento: recalçamento da articulação entre questão e problema**

Remontemos às condições do pensamento e de suas pretensões na imagem clássica do pensamento, tal como descrita por Deleuze em *Diferença e Repetição*. Seu movimento se apresentará sempre na ascese a uma origem-fundamento. A imagem clássica recolhe seu gesto inaugural e operatório em um procedimento hipotético com vistas a ancoragem em um ponto apodítico, fundamento ontológico e gnosiológico. A reconstituição de sua lógica e de suas pretensões é parâmetro fundamental para liberação do complexo questão-problema, pois é a partir da denúncia de seu mecanismo como falso procedimento, que a articulação entre questão e problema se apresenta em estado puro.

Tomemos, como exemplo, o cartesianismo. O que desencadeia o movimento de ascese é um coeficiente de dubitabilidade, provocado por certa insuficiência do estado do saber da época. O alcance e a extensão da dúvida – de caráter hiperbólico – que a alçava em uma progressão dos sentidos em direção à hipótese de um Deus enganador, tem como aspiração e finalidade, previamente determinadas, fundar o conhecimento em um ponto de partida indubitável. Alcançada essa certeza, impermeável a toda dúvida, esvazia-se o caráter problemático da Ideia para resolvê-lo fundando em uma coisa dotada de determinados predicados, no caso em questão, o cogito, uma substância pensante.

Na imagem clássica do pensamento ligada ao problema da origem, o critério de apoditicidade que essa imagem requisitava era totalmente investido de uma intenção moral, de um imperativo de ordem moral: blindar esse primeiro princípio de tudo o mais com que ele possa se relacionar ou participar, afirmando sua eminência moral sobre tudo o que dele deriva ou, simplesmente, sobre tudo que dele não lhe possa ser atribuído. Esse ponto, justamente por requisitar essa condição, obedece a uma exigência moral do pensamento.

O que se passa com a Questão? Qual a relação do problema com os seus imperativos? E antes, qual a natureza desse imperativo que autoriza o problema? “Os problemas e as Ideias emanam de imperativos de aventura ou acontecimentos”<sup>67</sup>. Ao invés de uma pretensão de caráter moral o acontecimento rege e determina os problemas ideais. Mas que pretensão ou exigência cumpre um imperativo de acontecimento? Um acontecimento se desdobra em dois momentos: um no nível da Ideia e outro que deságua no real atual. O acontecimento circunscrito ao nível da Ideia se exprime nas relações entre diferenciais de ordens distintas e na distribuição de pontos singulares resultantes, em suma, uma produção de singularidades constituindo uma multiplicidade. Em outro momento, se exprime em uma individuação, processo no qual se atualizam ou se encarnam em termos atuais as multiplicidades ideais. Um imperativo de acontecimento mobiliza então dois níveis de acontecimentos, mobiliza, sobretudo, em seu conjunto, a relação entre ideal e atual.

As coordenadas pelas quais se movem os problemas não tem outro compromisso que não com a sua produção. Exigir ou pretender do real seu acontecer é afirmar os direitos da imanência sobre a transcendência; é afirmar o caráter necessário e irrevogável do liame entre determinação completa e determinação progressiva, entre gênese estática e gênese dinâmica. O acontecimento se encontra incondicionado, livre.

Mas perguntávamos há pouco sobre como a questão enquanto instância anterior e mobilizadora do problema, agitada e animada de dentro pelo acontecimento, procedia em relação às Ideias. Deleuze diz que é tal ordem que sustenta o caráter de perplicação dos problemas. Como, então, as questões se desdobram na forma problemática?

O movimento próprio das Ideias é o “lançar”. O “lance de dados” é o imperativo que parece condicionar, ou melhor, investir em uma forma problema determinada. Lançar é a regra no sentido de que ele não obedece qualquer regra que seja constituída previamente, de forma prescritiva, diretiva e, portanto, moral. O imperativo aqui não é dever, obediência ou o que seja, porque não há fundamento.

---

<sup>67</sup> DR., p. 279.

Trata-se do caráter performático e experimental do acontecimento. O imperativo é movimento, atividade de caráter acontecimental, como vimos.

A Ideia, portanto, é uma resultante dos lances. As ligações ideais que assumem a forma problemática obedecem a um imperativo sem fundamento, um lançar que a cada vez determina seu valor no acontecimento, somente nele e por ele.

O que o lançar põe em jogo, os dados, é puro acaso. O acaso vem substituir aqui o fundamento, a regra que obedece a um desejo de fundar a realidade e o conhecimento em um ponto de partida apodítico.

Daqui deve ser tirada toda a compreensão do que venha a ser a repetição ligada ao complexo questão-problema. A repetição aqui se converte em uma verdadeira produção, isso porque não dispõe de qualquer princípio para se reproduzir subordinar as séries, pois como seria possível tal mecanismo ou procedimento sem a instituição de um fundamento ou a vigência de regras (identidade e semelhança)? O caráter dessa repetição, própria a instância da questão, é modulada pelo lançar de dados. Seu sentido deve ser inteiramente extraído da distinção entre multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais e do tipo de distinção próprio a cada regime. Nesses termos ela só pode produzir o novo, por criação e diferenci/ção.

Afirmção do acaso. Qual o sentido e quais as consequências aí implicadas? A afirmação do acaso se dá pela ressonância de disparates. A ressonância, de alguma forma, é o que liga o que é lançado, que faz um diferencial se reportar a outro sem que tais elementos vaguem à deriva, estanques uns em relação aos outros. O lance de dados dá conta do problema na sua estrutura e no seu acontecimento, na determinação recíproca e no que dela resulta. Assim, ele dá conta dos elementos diferenciais, da relação que os liga sob a forma da ressonância, e do acontecimento que resulta dessas relações próprias ao nível da Ideia.

Essa relação dos imperativos de acontecimento com os problemas que dele procedem apresenta uma circularidade. Com efeito, os problemas são lançados e relançados, investidos e desinvestidos, ora reenviando a uma ordem mais vasta, ora a uma mais contraída. Mas seria ingenuidade nossa, após ter determinado esse imperativo como acaso, como uma atividade performativa e experimental,

vincular essa circularidade a uma repetição reprodutora de caráter ordinário. Esse parece ser justamente, o caso do acaso-arbitrário, o qual Deleuze opõe ao acaso como “lance de dados”. O arbitrário postula, de forma prévia ao domínio que ele institui, uma regra segundo a qual, a toda vez, os problemas e os acontecimentos estarão submetidos a uma repartição pretendida por um imperativo moral. Uma repetição nua, que procede por semelhança e limitação, atrelada a uma imagem moral do pensamento, que põe em trânsito uma circularidade estéril, reprodutora, sempre reenviável a uma identidade.

Coisa distinta do que passa no complexo questão-problema e na sua articulação. A circularidade nesse caso nada mais é que o reinvestimento permanente exigido pela diferença e pela variação contínua que a constitui de dentro, uma diferença interna. Se o imperativo é da ordem do acontecimento, mais ele se afirmará e circulará quanto mais a diferença o impelir ao novo e à criação, que é o que define o acontecimento.

Decisão, resolução que extrapola a condição do problema porque lança o que recai sobre essa forma. O lançar é anterior e determinante do problema nesse sentido preciso: ele é afirmação no que ele lança. Por isso ele não pode ser a Ideia ou o propriamente o problema, mas aquilo que explica a condição móvel de toda Ideia e problema. Há uma topologia móvel do complexo questão-problema. Ele está por traz de uma tipologia da variedade na ordem das Ideias.

É por isso que “afirmar o acaso” implica “afirmar de uma só vez”? Fazer valer um acaso puro, livre, liberado de um imperativo moral, põe em jogo essa plenitude e essa totalidade do acaso, sem conceder qualquer prerrogativa de privilégio de alguns elementos sobre outros? Vimos que o problema do arbitrário se encontra em uma partilha prévia, em uma repartição que compromete desde o início a indeterminação dos dados no ato do lançar. Não há, portanto, qualquer preeminência do lançar sobre o relançar, isso porque não há lançar como ponto de partida originário (criação ex nihilo, primeira emanação ou etc...), e não há relançar como retomada ou reprodução de qualquer repartição no acaso que seja mera redundância do Mesmo. O prefixo aí só aponta para a ordem de perplicação onde se relacionam as multiplicidades ideais, onde elas se referem umas às outras por meio de acontecimentos, onde se transmutam permanentemente, onde se



embaralham os níveis e onde as singularidades exprimem sempre a totalidade ideal, ao mesmo tempo em que se distinguem de outras multiplicidades.

Quando a repartição opera no acaso, o que é lançado opera uma espécie de recalçamento sobre a forma problema e que, de forma concomitante, faz emergir a preeminência e a identidade de uma coisa que se afirma como o Mesmo. O Mesmo é o que se obtém por repartição e fragmentação no acaso. O mesmo se articula como fundamento, como fim que visa e almeja a reprodução por semelhança. A repetição, nesse regime moral e dogmático, repete o que e em que condições? Ela repete e reproduz sempre sob uma forma segunda e degenerada, pois o mesmo, o idêntico aí resguardado é blindado de qualquer relação direta, seja de participação, emanção, criação e expressão.

E Deleuze expõe bem o liame íntimo entre ordem diferencial e a repetição que ela implica. É esse liame que determina o lance de dados como acaso, pois é ele que interdita toda e qualquer tentativa do arbitrário se instalar no âmbito da questão e do problema.

Tentemos definir melhor o estatuto da repetição no âmbito da questão e sua relação com a Ideia. Pra ser mais bem definida essa repetição deve proceder da distinção entre ordinário e singular, que é como a repetição se comporta em dois regimes de multiplicidades completamente distintos. É claro que em algum momento uma repetição deve se dizer da outra, mas isso só reforça seu caráter inequívoco quando afirmada do circuito ou do complexo questão-problema, porque aí ela deve ser compreendida como engendrando e tornando possível, ou melhor, tornando real outro tipo de repetição.

O ordinário como caráter de um tipo específico de repetição diz respeito a um prolongamento que nada mais faz do que seguir uma diretriz impressa pelas singularidades no acontecimento próprio ao nível da Ideia, o que Deleuze chamava de acontecimentos ideais. Essas singularidades contraem uma série de pontos que a elas se subordinam como prolongamento de suas determinações até a vizinhança de uma outra singularidade que, por sua vez, opera no mesmo sentido.

### 3.2

#### Intensidade e individuação

Resta-nos agora correlacionar um domínio ao outro, armar a correspondência entre as duas metades que não se preenchem nem se completam, mas que se “integram”. Trata-se de ajustar um domínio, com suas características próprias, ao outro, também dotado de características próprias. Assim, o duplo aspecto do diferenciado deve se subordinar a um duplo aspecto do diferenciado, pois ainda que as duas metades ou lados do processo não se assemelhem, eles são correlativos um em relação ao outro.

Um texto paralelo é central para demarcar os eixos do nosso investimento no campo do intensivo, trata-se de “O Método de Dramatização”<sup>68</sup>. Deleuze nesse texto procede inicialmente pelos dinamismos espaço-temporais, ou seja, parte do agente efetuator das coisas qualificadas e extensas, ordem essa que se apresenta distinta de *Diferença e Repetição* na qual tais dinamismos são apresentados posteriormente ao quadro de correlação entre Ideia e coisa, sob o aspecto da diferenciação<sup>69</sup>. No referido texto mostra-se, primeiramente, como e em que condições as coisas atuais se encarnam adquirindo uma qualificação e especificação determinadas para depois, a partir dessa dupla caracterização do existente, perscrutar o nível da Ideia em sua correlação com o atual. Em linhas gerais, parte-se dos processos de dramatização e individuação para posteriormente analisar os processos de diferenciação e atualização.

Das seis propriedades dos dinamismos espaço-temporais apontadas em “Método de Dramatização” concederemos uma extensão maior a dois aspectos, em particular, ainda que todos estejam intimamente ligados: à relação de expressão que o campo intensivo entretém com a ordem da Ideia (6º aspecto) e ao processo de individuação que esse campo opera na determinação do atual (1º e 3º aspectos)<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> DR., p. 129.

<sup>69</sup> DR., capítulos, “Síntese Ideal da Diferença” e “Síntese Assimétrica do Sensível”, respectivamente.

<sup>70</sup> MD, p. 129: “1º, eles criam espaços e tempos particulares; 2º, eles formam uma regra de especificação para os conceitos que, sem eles, permaneceriam incapazes de se dividirem

### 3.2.1

#### A relação entre Ideia e intensidade

Como deve ser concebida a relação entre o intensivo e o diferencial, ou seja, entre a ordem das relações diferenciais e a ordem das quantidades intensivas? Parece que pelo modo como Deleuze conduz o problema e pelo campo conceitual que ele pretende marcar, pouco resta pra afirmar uma distinção entre essas duas realidades. Aparentemente, seu intento está muito mais orientado para fazer convergir em conjunto os elementos intensivos e diferenciais em uma grande demarcação “contra” o extensivo qualificado (o atual) do que para marcar o limite entre ambos. Mas essa clivagem existe e é fundamental. Ela remonta a tripartição inequívoca em que o problema das multiplicidades parecia se distribuir desde o bergsonismo: uma distinção entre dois tipos de multiplicidades, virtuais-qualitativas e atuais-quantitativas; e o processo de atualização que essa desencadeia por meio de um operador eficiente, a individuação.

A afinidade ou relação entre as duas instâncias (Ideia e intensidade) não deve se dar no interior de uma série ou em um mesmo plano, o que permutaria de maneira equívoca os elementos e relações próprios de cada regime<sup>71</sup>. A consequência imediata dessa equivocação é tomar tais regimes e os processos que lhes são relativos fora da ordem real de seu encaixe ou relação, onde uns podem se dizer efetivamente “dos” outros e não uns “pelos” outros.

Assim, relações diferenciais de determinação recíproca não podem se confundir com as determinações ou coordenadas do maior ou menor, do mais alto e o mais baixo, percorridas pela intensidade constitutiva desse campo<sup>72</sup>. Este comporta, para além da Ideia, um outro modo de suas partes reportarem-se umas as outras, mas a distinção aí vigente, é radicalmente distinta do princípio de distinção extrínseca que rege a relação entre as coisas atuais e extensas.

---

logicamente; 3º, eles determinam o duplo aspecto da diferenciação, qualitativo e quantitativo (qualidades e extensos, espécies e partes); 4º, eles comportam ou designam um sujeito, mas um sujeito ‘larvar’, ‘embrionado’; 5º, eles constituem um teatro especial; 6º, eles exprimem Ideias”.

<sup>71</sup> DR., p. 343.

<sup>72</sup> DR., p. 334.

Quanto à afinidade entre Ideia e quantidades intensivas trata-se, antes, de um prolongamento e mesmo de um desenvolvimento – o de caráter intensivo – no qual tais quantidades exprimem de maneira imediata a ordem da Ideia. Nesse desdobramento imediato e interno da Ideia passa a vigorar, nesse campo intensivo, um princípio de distinção intrínseca entre suas “partes” ou graus – graus ou partes de natureza intensiva. A ordem de afinidade entre as duas instancias é a que procede dos elementos diferenciais às quantidades intensivas, operando uma diferenciação interna das multiplicidades virtuais.

O campo intensivo e seu processo, a individuação, encaminham um modo de resolução primeiro em conformidade com a instância problemática da Ideia. Tal como se compreendia a relação entre o virtual e o atual, a partir do que poderíamos chamar de uma ontologização do binômio problema-solução, a individuação deve ser vista como um primeiro momento desencadeado pela potência com vistas à atualização. É a partir da diferença desdobrada e desenvolvida em um determinado nível que devemos compreender o regime do intensivo: seus elementos e o estatuto da relação ou ligação que vigora em seu domínio, assim como determinar sua relação com os regimes do virtual e do atual.

O que tal fórmula dá a pensar é que a intensidade corresponde a uma forma da diferença que está comprometida com o processo de atualização, que necessariamente efetua a correspondência entre o nível ideal virtual e o nível atual. A Ideia não produz de forma imediata o atual. Vimos que o aspecto correlativo não era o determinante: não se encontra na Ideia o agente eficiente da passagem ou conversão de um termo ao outro. A correlação prepara a atualização, mas não a efetua. O aspecto determinante é provido pelas quantidades intensivas.

Assim como os elementos diferenciais são relacionais, ou seja, se reportam necessariamente a outros elementos diferenciais, os elementos intensivos encontram-se ligados por uma ordem de implicação na qual um já envolve necessariamente o outro. O intensivo é também diferencial, necessariamente relacional, só que a determinação da relação nesse caso não é recíproca e sim assimétrica.

Vimos no capítulo anterior que o elemento puro da potencialidade (terceiro elemento) na Ideia se correspondia não com a ordem atual, mas projetava-se ou

manifestava-se no intensivo, anteriormente à determinação qualitativa e quantitativa no atual, ou seja, o extenso qualificado<sup>73</sup>. Se há uma correspondência entre a Ideia e o intensivo é a de uma expressão imediata sob o aspecto da potência: Ideia se exprime em graus intensivos, todos eles implicados uns pelos outros, responsáveis pelo processo de atualização.

A potência da Ideia liga determinação recíproca (relações diferenciais) e determinação completa (pontos singulares), seu processo é o de diferenciação e seu acontecimento é puramente ideal. Já na sua determinação progressiva (atualização) a potência da Ideia se desenvolve no intensivo sob novos elementos e relações por meio do processo de individuação. É uma relação de expressão primeira e imediata que determina a “encarnação” em dinamismos espaço-temporais próprios ao campo de individuação para, posteriormente, se encarnarem nas características atuais de qualificação e especificação, partição e organização.

A relação entre Ideia e intensidade, entre diferenciação e individuação, portanto, retoma a lógica da expressão (complicação). Nesse sentido é decisivo, para dar conta da Ideia e de sua produção interna, recorrer à distribuição dessa lógica em dois momentos: a perplicação e a implicação, um correspondente ao nível da Ideia, o outro, correspondente ao campo das intensidades.

No estado de perplicação as Ideias coexistem entre si. É uma coexistência puramente virtual sem levar em consideração ainda o processo de atualização precipitado pela individuação que a Ideia compreende necessariamente. O que coexiste nesse plano puramente virtual? São as relações entre elementos diferenciais que determinam a distribuição de singularidades pré-individuais, verdadeiro acontecimento no nível da Ideia. Porém, essas relações não são fixas ou eternas, elas variam de modo perpétuo se remanejando *ad eternum* pelos elementos diferenciais que, a toda da vez, são investidos, desinvestidos e reinvestidos nessas relações fazendo variar continuamente sua ordem. Assim, o que coexistia nesse estado de perplicação era essa tríade: variedade de relações, que relacionava ideia com ideia; relações diferenciais, que alçava os potenciais a uma forma problemática; e os pontos singulares resultantes dessas relações.

---

<sup>73</sup> DR.; p.310

É esse estado ou forma problemática da Ideia que se exprime nas quantidades intensivas. Da perplicação, que afirma a coexistência e simultaneidade, à implicação, que dispõe seus termos (graus) em uma ordem de sucessão, temos uma distinção interna, interior à diferença, resultado de uma expressão imediata.

Essa expressão imediata, portanto, não envolve a réplica ou reprodução das condições anteriores, mas envolve uma distensão ou um desenvolvimento das condições anteriores. Há como que uma transposição de um nível para o outro. Tal nível não se mantém mais plenamente virtual, mas é agora envolvido, exprimido pela dimensão das intensidades. Não se pode depreender daqui uma compreensão da expressão em termos de possível. Todo o erro seria supor que o estado de complicação já contivesse os termos que mais tarde irão se individuar sob uma regra de semelhança. Esse modo de solução passa pelas condições de passagem e conversão das relações de coexistência para de sucessão. Trata-se dos dinamismos espaço-temporais.

Esses dinamismos parecem designar as relações de movimento e repouso, velocidade e lentidão recolhidas do sistema da expressão e da etologia espinosana<sup>74</sup>. É o que Deleuze designa de determinações cinéticas do corpo intensivo, expressão imediata dos atributos nos modos infinitos imediatos. Quais são seus elementos e seu tipo de relação? E qual o caráter da mudança que eles implicam?

Seus elementos são quantidades intensivas, complicadas na ordem da Ideia e ressoando a ordem problemática determinada que elas contraem de forma implicada. O estado de implicação envolve a relação “entre” intensidades, o modo como tais intensidades reportam-se umas às outras. Nessa relação elas desenvolvem uma dupla função mediante a relação de expressão que elas mantêm com as multiplicidades virtuais. Sobre esse aspecto, é a teoria da expressão e individuação leibniziana que vem requisitar o seu lugar. Essa se desdobra por meio de duas funções: uma envolvente, que diz respeito à expressão clara de certo nível da Ideia – tal função exprimiria uma singularidade, um acontecimento

---

<sup>74</sup> EFP, p. 132: “Com efeito, a proposição cinética nos diz que um corpo se define por relações de movimento e de repouso, de lentidão e velocidade entre partículas. Isto é: ele não se define por uma forma ou por funções. A forma global, a forma específica, as funções orgânicas dependerão das relações de velocidade e lentidão”.

determinado; uma função envolvida, que exprime confusamente tal nível da Ideia, pois tal expressão diz respeito a variedade da ordem das Ideias que excede uma singularidade ideal determinada. O que as intensidades exprimem ou mesmo contraem é um certo nível, grau ou mesmo relação da totalidade virtual coexistente.

### 3.2.2

#### Os dinamismos espaço-temporais

O que são esses dinamismos espaço-temporais situados “entre” a ordem das ideias e das coisas atuais, produtos do desenvolvimento intensivo das multiplicidades virtuais? Que “natureza” do tempo e do espaço eles envolvem que se distingue radicalmente, ao mesmo tempo em que cria, espaços e tempos particulares desenvolvidos na extensão? Essa duplicidade dos termos exige uma especificação própria a cada um que deve ser buscada na determinação dos dois tipos de multiplicidades ou, mais precisamente, na distinção entre o intensivo e o extensivo.

Vimos em *Matéria e Memória* um movimento que poderíamos designar de uma “espacialização” intensiva ou virtual da concepção de tempo, sobretudo, em sua teoria da memória. Uma memória virtual, ontológica, coexistia com todos os seus níveis relacionando distinções de natureza e de grau por meio de contrações e distensões intensivas. Esse movimento era precedido, em *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*, pela não menos radical intensificação ou virtualização do tempo, concebido como fluxo qualitativo. Quanto à relação entre as duas obras, seus momentos eram: a distinção entre multiplicidades qualitativas e multiplicidades quantitativas como uma distinção entre forma pura do tempo e o espaço; e a relação entre os dois tipos de multiplicidades por meio das quantidades intensivas. No primeiro momento, um tipo de multiplicidade (qualitativas) se apresentava sob o aspecto da duração, da mudança qualitativa. Esse era o quadro de *Os Dados Imediatos da Consciência* trabalhado de dentro pela distinção entre subjetivo e objetivo. Já em um segundo momento, em *Matéria e Memória*, quando as multiplicidades quantitativas passam a ser compreendidas a

partir de um processo de engendramento pelas multiplicidades qualitativas, a característica da duração, o aspecto de uma forma pura do tempo já não é tão decisivo quanto o de uma coexistência de níveis ou planos no virtual. Com efeito, esse aspecto – o de uma duração qualitativa mutável - recai sobre as quantidades intensivas em *Diferença e Repetição*, ela é característica dos dinamismos espaço-temporais.

O que *Matéria e Memória* instaura é a concepção de uma Memória ontológica que é coexistência em dois sentidos fundamentais: em um primeiro, ela é coexistência consigo mesmo, totalidades virtuais singulares conforme a ordem dos seus elementos coexistindo em um mesmo plano, o virtual; em um segundo sentido, ela é coexistência em diversos níveis de contração e distensão com o atual que ela produz por meio da criação de linhas de diferenciação.

Não se trata, portanto, de opor uma forma pura do tempo ao espaço como mistura como se procedia no *Bergsonismo*, mas de compreender o complexo espaço-tempo sob uma dupla condição: a de sua distribuição em dois campos ou regimes que diferem por natureza, o intensivo e o extensivo. Um tempo não mais cronológico e sucessivo, condicionado nos termos do presente, e um espaço não mais exclusivamente extensivo, que constitui condição e gênese não transcendente de um espaço e um tempo atuais. Tudo isso arregimentando uma vez mais os dois tipos de multiplicidades.

### 3.2.3

#### Os dinamismos espaço-temporais: o *Spatium*

O que nos interessa fundamentalmente na determinação desse espaço puro ou intensivo é o desinvestimento extensivo e atual de sua realidade, ou seja, as características que se distinguem do espaço atual, mas que, ao mesmo tempo, deem conta de sua condição e de sua gênese. Uma tipologia e uma condição genética. Vimos que a principal característica das multiplicidades extensivas era a sua realidade numérica, capaz de contabilizar suas partes (partes extrínsecas) a partir de uma unidade de medida, homogeneizando-as.



Trata-se aqui da distinção entre o intensivo e o extensivo, entre os dois tipos de multiplicidades, que é correlata, no conjunto do espaço, da distinção entre o profundo e o fundo. Um fundo que se “destaca” e se “projeta” do profundo, tal como uma multiplicidade de outra por meio de um desenvolvimento. Aqui o profundo seria o correlato das multiplicidades qualitativas ou de um campo intensivo e o fundo, correlato das multiplicidades quantitativas.

O que se entende habitualmente por fundo de onde se destacariam determinadas direções é, na verdade, uma dimensão atual. O fundo, então, é radicado em uma profundidade (*Urgrund*). Deleuze vê no fundo uma projeção de uma instância mais originária, instância interna e volumosa que compreende e envolve o que posteriormente irá se desenvolver no atual: interna, porque envolve distinções intrínsecas, graus de intensidade, anteriores e condicionantes do desenvolvimento de partes extrínsecas e; volumoso, porque compreende, engloba os planos ou níveis que irão se destacar em regimes e sob leis completamente distintos. A esse propósito cabe uma importante distinção entre Diferença e lei recolhida em Lalande e que é desenvolvida, mais detalhadamente, na sua crítica à noção de generalidade<sup>75</sup>: em linhas gerais, a lei tem um alcance e extensão definidos dentro de um limite próprio de um domínio científico específico. Esse limite é inultrapassável a partir de suas condições atuais, uma lei, ou um conjunto de leis, não pode se auto constituir: sua constituição é anterior ao domínio de sua vigência ou regência. Ele é instituído e determinado pela diferença, sendo assim, a diferença é anterior à lei. No caso em questão, o profundo, dinamismo espacial intensivo, determinaria o fundo ou espaço atual extensivo que seria, a partir de então, regulado por leis circunscritas ao seu domínio.

A profundidade é conduzida pelo mesmo movimento com o qual se procedia nas sínteses do tempo. Só que agora, trata-se de sínteses espaciais puras, desinvestidas do regime extensão que a explica sob as condições da atualidade. Para o nosso interesse, esse desinvestimento extensivo do espaço é relevante sob o prisma das multiplicidades. A relação entre a profundidade e o extenso é redimensionada sob as condições do dualismo genético ou monismo intensivo que explicitava a razão suficiente que dava conta de uma síntese pela outra.

---

<sup>75</sup> DR., p. 20; p. 320.

Os dinamismos exibem, portanto, um caráter transcendental, eles se afiguram como condição da experiência real: eles determinam o duplo aspecto (qualitativo e quantitativo) que toda e qualquer “coisa” carrega nas condições do atual extensivo. Ao mesmo tempo, eles configuram uma ordem imanente que se expressa nesse condicionado que ele determina, não podendo se dizer transcendente no sentido de um idealismo abstrato, de uma realidade indiferente e que recua frente a ordem de acontecimento que ela determina necessariamente. Sua realidade pra nossa percepção se dá nas condições de mistura, condições nas quais sua ordem se encontra desenvolvida e desdobrada, não mais pura ou implicada, mas mista e explicada. A nossa pergunta é: quais as condições de conservação do intensivo no atual, se o atual se desenvolve fora do intensivo? Da condição de implicação, de uma diferenciação interna, à explicação, uma diferenciação externa, o que muda?

É preciso que a individuação se diga dos dinamismos espaço-temporais sendo esses últimos, portanto, anteriores e condicionantes em relação às coisas qualificadas e extensa. E o que esses dinamismos espaço-temporais precipitam, ou melhor, como eles se individualizam? Deleuze nos fornece os exemplos: na física “agitações de espaço, buracos de tempo, puras sínteses de velocidades, de direções e de ritmos”; na biologia, migrações celulares, dobramentos, invaginações, estiramentos que constituem uma “dinâmica do ovo”, entre outros<sup>76</sup>.

A determinação desses dinamismos em um campo ou domínio específico não deve nos enganar sobre a sua natureza. Seu domínio é, propriamente, o transcendental, que funda toda e qualquer manifestação encampada por um domínio científico específico. Deleuze esclarece que tais movimentos transversalizam todos os domínios e podem perfeitamente ser concebidos como se individualizando em tal ou qual domínio: físico, biológico, social e etc... Assim como os imperativos de acontecimento determinados pela instância da questão investem esta ou aquela ordem problemática, assim, também, tal dinâmica repercute nos dinamismos que presidem os processos de individuação e que os impelem às individuações futuras.

---

<sup>76</sup> MD., p. 132.

### 3.2.4

#### O processo de individuação

O regime intensivo tem o seu processo, a individuação. Certamente que ela se diferencia de dois processos pelos materiais que dela resultam: tanto a diferenciação quanto a explicação dispõem atuais, coisas qualificadas e extensas. A diferenciação une uma ponta do real a outra. É o processo mesmo de atualização que contabiliza, de um lado ou metade, o virtual e, de outro, o atual. Mas a atualização não é operada de forma imediata pela Ideia e a diferenciação busca uma espécie de paridade – não semelhante – da Ideia e do atual em função de seu duplo aspecto. Já a explicação é um processo precipitado pelas quantidades intensivas, onde o desenvolvimento se faz, também, em relação à Ideia, só que desdobrada e desenvolvida, pois os termos e relações do atual não se assemelham ao intensivo. Dupla dessemelhança do atual, uma em relação à Ideia com a qual ela mantém um aspecto correlativo, do qual ela encarna relações e pontos; outro, em relação ao intensivo que efetua essa correlação e converte termos ideais em termos atuais.

A individuação não deixa de ser uma diferenciação – só que interna – e não deixa de ser, também, um desenvolvimento do virtual (função envolvente e envolvido), mas se distingue, sobretudo, pelo regime e processo próprio que desencadeia. Sendo assim, é necessário marcar sua ordem de implicação frente à de explicação na qual ela se dá na forma de mistura com as coisas atuais. A implicação, vimos anteriormente, articula somente partes ou elementos interiores reportando-se necessariamente uns aos outros sob a forma de uma distinção intrínseca, nas quais a mudança era qualitativa. Era a forma da relação que identificava intensidade e diferença como razão do diverso<sup>77</sup>. Já o processo de explicação contabiliza elementos ou partes distinguidas, com valores determinados e reportando-se de forma exterior (distinção extrínseca) umas em relação às outras.

---

<sup>77</sup> DR., p. 313.

A individuação não é a Ideia, tampouco, é o processo da Ideia. A individuação supõe a Ideia e nesse sentido ela é, de alguma forma, “segunda” em relação à Ideia, ela exprime o conteúdo virtual da Ideia. E como em Deleuze, a discriminação desses processos se presta ao objetivo de situá-los no processo mais amplo que os envolve; a individuação é um endereçamento primeiro, um modo de resolução imediato e interior à Ideia, anterior e determinante da atualização. Já determinamos seus elementos (quantitativos intensivos) e a forma da sua relação (desigual e implicada). Resta-nos saber em que consiste esse ato de solução, não atual, e qual o tipo ou caráter de sua comunicação ou ligação.

É nesse ponto que cintila com a mais vívida luz o trabalho de um contemporâneo de Deleuze, Gilbert Simondon. Em dois momentos de sua abordagem da obra simondoniana Deleuze empreende uma espécie de equiparação conceitual entre o seu sistema e o do referido autor<sup>78</sup>. Ele encontra e explora o que nos parece ser uma repartição e uma distribuição em duas instâncias que contabiliza: uma realidade pré-individual, a instância ideia-problema para Deleuze; a individuação como ato de solução ou encaminhamento primeiro sob a forma de ressonância interna, conceito que ele adota justamente da obra de Simondon..

Essa realidade pré-individual é definida por sua metaestabilidade, pela constituição, no seu campo, de duas ordens de grandeza ou escala heterogêneas providas ou mesmo saturadas de energia potencial – energia essa com a capacidade de conversão. Devemos compreender o domínio do metaestável em condições de desequilíbrio pré-estrutural, de um ser supersaturado de potenciais e que se defasa necessariamente. Não há aí, nesse estado ou metaestado, qualquer comunicação prévia entre essas duas ordens, porém, uma vez que se comunicam, por uma espécie de tensão ou polarização, estabelecem uma disparação comunicando as ordens. Essa consiste na distribuição ou conversão de potenciais de um estado metaestável ou supersaturado em um campo ou fase que se estrutura sob a forma de mediação entre duas ordens de grandeza. Há, então, uma estruturação de um novo domínio.

---

<sup>78</sup> DR., p. 117, p. 346.

O que a individuação opera e propicia em relação ao estado metaestável? Ela é resolutiva na medida em que se individua em relação ao estado problemático da realidade pré-individual e ela é a atualização do potencial, não em si, mas no campo extenso no qual ela se explica e se desenvolve. Ele estabelece em relação à díade pré-individual uma comunicação na forma de ressonância interna. Ela efetua o atual em correspondência com o duplo aspecto da Ideia (qualitativo e quantitativo).

Por isso Simondon pode dizer que individuar-se é defasar-se em relação ao estado metaestável, é fazer comunicar duas ordens de grandeza por ressonância interna. A individuação é, ao mesmo tempo, estrutura e operação, no sentido de que a carga de realidade pré-individual disponibilizada para a estruturação nunca esgota totalmente os potenciais energéticos, viabilizando dessa forma operações de individuações futuras.

## Multiplicidade e Agenciamento

### As condições da passagem de Bergsonismo e Diferença e Repetição a Mil Platôs.

Como *Bergsonismo* e *Diferença e Repetição*, duas obras constituintes do modo de dispor o problema das multiplicidades e de, correlatamente, encaminhar seu modo de resolução, convergem para *Mil Platôs*? Quais os novos vetores e impulsos que operam o deslocamento do material historiográfico e autoral para o horizonte do segundo tomo da série *Capitalismo e Esquizofrenia*, o qual dá um novo impulso ao conceito de multiplicidades desde o *Anti-Édipo*?

Nesse sentido, é necessário situar duas questões centrais: uma que diz respeito à forte inspiração de método que é recolhida no bergsonismo de Deleuze e; a outra, com respeito à diferença entre *Mil Platôs* e as obras anteriores quanto ao estatuto dos procedimentos do plano de transcendência – entre eles o dispositivo uno-múltiplo – que virá ocupar um dos polos do dualismo.

Não vemos melhor forma de acessar *Mil Platôs* a partir da obra de 1966, sobretudo porque o dualismo de matriz bergsoniana é manuseado aqui de modo inteiramente renovado. Podemos dizer que não basta, a partir da instrumentalização das figuras do dualismo, apresentar o processo próprio às multiplicidades – do virtual ao atual – e, por outro, denunciar as formas de ilusão contidas na representação, porque, tal representação, com seus procedimentos, práticas e efeitos, é agora convertida em reprodução social, objetivo visado pelos agenciamentos de caráter molar do plano de transcendência. Os processos descritos desde “*Rizoma*” têm um alcance político que, se não estão ausentes das duas obras anteriores, ganham um maior relevo e com isso uma descrição cada vez mais detalhada de seus processos, operações e pretensões: sistemas centrados, aparelhos de estado e etc..

Em *Diferença e Repetição* não identificamos as figuras precedentes do dualismo bergsoniano, decisivas para a constituição do método da duração. Vimos que, na passagem de *Bergsonismo* à *Diferença e Repetição* Deleuze manuseava,

sobretudo, o último momento do método – a figura do “dualismo reencontrado” ou “reconciliado” – ou, simplesmente, o monismo intensivo, único capaz de recobrir o real, em toda a sua “extensão”, no movimento que procede do virtual ao atual. O dualismo em *Diferença e Repetição* conciliava duas “metades” ou “lados” por integração, de modo que uma multiplicidade era explicada por outra por um processo genético. Assim, o virtual era disposto como condição do atual, tal como a instância problemática (Ideia) em relação aos casos solução (fenômeno), porém, não de forma unilateral, já que a reconfiguração das relações atuais implicava uma reconfiguração das relações diferenciais na Ideia. Esse movimento esclarecia o investimento presente em *Diferença e Repetição* de compreender a relação entre multiplicidades virtuais e atuais em termos de um processo: processo de “atualização”, “encarnação” efetuado por meio de outro processo, o da individuação.

Essa exposição era precedida por uma crítica contundente da representação e do fundamento que essa implica necessariamente<sup>79</sup>. Ela se expressa perfeitamente na coextensão de seus termos dada na fórmula, “fundar é fundar a representação”<sup>80</sup>. A representação, seu ato de fundar, se encontra por inteira situada no atual – e não como resultante do processo, mas como seu desvirtuamento – logo, o processo que ela desencadeia por generalização, negação e unificação é falso e “inexistente”. É, precisamente, esse o sentido que recolhemos com a ideia de um dispositivo uno-múltiplo, ele desvirtua o verdadeiro processo da realidade em dois sentidos: ele confere às multiplicidades um sentido predicativo (síntese-predicativa); ele procede por negação (combinação dialética). A consequência dessa perspectiva é que a crítica da representação nos instalava em uma processualidade (atualização, diferenciação) como o único movimento, a um só tempo, real e verdadeiro.

O que é apropriado do método bergsoniano em *Diferença e Repetição* parece consistir nisso: denunciar a representação em suas diferentes formas com o objetivo de abertura de um domínio que possamos nomear, de imediato, monista,

<sup>79</sup> LAPOUJADE, 2015, p. 51: “Esse é o sentido dos três primeiros capítulos de *Diferença e Repetição*. Não se pode compreender seu encadeamento sem vinculá-lo a uma questão do fundamento”.

<sup>80</sup> DR., p. 379.

no qual o dualismo, em toda sua “extensão”, se encontra “encaixado”, realizado, ou melhor, atualizado em termos de uma processualidade que liga o virtual ao atual. É o que Deleuze por vezes nomeia de “afirmação” ou “positividade” da Diferença.

Já a leitura da obra de Bergson, por parte de Deleuze, nos pareceu obedecer a uma apropriação e a um ritmo distintos. Não se trata de recusar qualquer figura que não seja a do processo. Ele percorre tais “momentos do método”, correspondentes aos momentos da experiência (“volta”, “reviravolta”), como se eles constituíssem um movimento necessário sem o qual os “dualismos puros” (rizoma e árvore, espaço liso e espaço estriado) não constituiriam um problema e não se reconciliariam em termos de processo<sup>81</sup>.

Pareceu-nos diante disso, no que concerne a certos esquemas formais presentes na obra, que *Mil Platôs* está mais próximo de *Bergsonismo* do que de *Diferença e Repetição*, vizinhança que exprime uma retomada do *Bergsonismo* em novos termos. E aqui, justamente, nesse limite, cabe marcar também sua diferença – uma diferença de ênfase ou relevo – porque no caso de *Mil Platôs* o dualismo de base vai ser constituído entre multiplicidades (rizomáticas, virtuais) e o dispositivo uno-múltiplo, no sentido de que os procedimentos de unificação, precipitados pelo plano de transcendência, constituem processos reais, tipos de agenciamento situados em um plano que não é mais o das multiplicidades, mas que nem por isso deixam de ser reais. Nos pareceu que a intenção do autor, ao dispor os dualismos que estruturam os platôs, era conferir um maior acento a tais procedimentos do que a posição que era marcada pelas multiplicidades atuais ou numéricas nas obras anteriores. Nesse sentido, tais procedimentos, enraizados nas condições das multiplicidades atuais, passam a recobri-las na construção do dualismo.

#### 4.1

#### **Multiplicidades e máquinas (sociais): desejo e sociedade**

---

<sup>81</sup> MP., v.1, p. 42: “Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo... Chegar à fórmula mágica que buscamos todos: PLURALISMO = MONISMO, passando por todos os dualismos que constituem o inimigo necessário, o móvel que não paramos de deslocar”.



Em 1972 Deleuze e Félix Guattari lançam *Anti-Édipo*, da série “Capitalismo e Esquizofrenia”, da qual *Mil Platôs* é o segundo tomo. Dessa série, cabe ressaltar um conceito central para se pensar o redimensionamento do estatuto das multiplicidades; o conceito de máquina, presente em *Anti-Édipo* e que cede lugar ao de agenciamento, seu substituto correspondente em *Mil Platôs*.

Com a série avançamos quanto a uma questão central: como as multiplicidades investem o campo social? Ou antes, como as multiplicidades podem ser ditas da relação entre desejo e o social? Sua distribuição é pensada inicialmente a partir do conceito de máquina e da tipologia que esta envolve <sup>82</sup>.

Há, portanto, dois polos: as máquinas desejantes ou formações moleculares e; as máquinas sociais ou formações molares. Este constitui o espectro que recobre o desejo e as várias formas como ele se reveste socialmente. É essa distinção que nos parece ser correlata à distinção entre os dois tipos de multiplicidades, virtuais e atuais<sup>83</sup>.

Tal problema se encontrava formulado desde o *Anti-Édipo* no modo como se pensava o desejo ligado a uma formação social determinada, enquanto ele investia seu campo inconsciente. Só há desejo social, maquinado, agenciado. Isso quer dizer, em linhas gerais, que não há desejo puro, ideal, abstrato. Se desde *Diferença e Repetição*, as multiplicidades (a Ideia) estão em uma relação de proximidade muito maior com o acidente do que com uma essência abstrata, podemos recolher essa ambição igualmente da relação entre desejo e sociedade na série “Capitalismo e Esquizofrenia”.

O desejo é social porque investido de forma imanente. É a imanência que faz pensar o investimento como correlato à própria existência e inseparável dela, ou seja, uma continuidade entre o que polo que investe e o polo que é investido, sem

<sup>82</sup> LAPOUJADE, ANO, p. 184: “a teoria das sínteses e das máquinas é inseparável de uma teoria das multiplicidades e das populações”.

<sup>83</sup> AE., p. 62: “Só a categoria de multiplicidade, empregada como substantivo e superando tanto o múltiplo quanto o Uno, superando a relação predicativa do Uno e do múltiplo, é capaz de dar conta da produção desejante: a produção desejante é multiplicidade pura, isto é, afirmação irredutível à unidade”.

que se apele ou recorra a uma unidade de tipo transcendente, existindo de fato anteriormente a sua produção.

Mais ainda, não faz sentido pensar nem mesmo o polo desejante ou as formações moleculares como um bloco ou cadeia não social, pois há um sentido do social que pode ser recolhido no molecular distinto de sua relação com o molar, que é o de uma subordinação a si, de um agenciamento imanente e interior com a “fuga” ou com a desterritorialização<sup>84</sup>. Dualismo ou dualidade que pode ser pensada como correlata aos dois regimes de distribuição em *Diferença e Repetição*: uma distribuição nômade e outra sedentária<sup>85</sup>.

Uma cláusula deve ser respeitada ao proceder tipologicamente em relação aos diferentes regimes maquínicos: uma distinção de natureza não autoriza uma existência de fato<sup>86</sup>. Concretamente, sua distinção é sempre aferida das condições de mistura, de coexistência. Por outro lado, não derrapamos em uma indistinção absoluta, muito pelo contrário, sua relação comporta níveis e aspectos fundamentais que atestam uma assimetria fundamental: as máquinas desejantes investem, assim como desinvestem (fazem fugir) as máquinas sociais, enquanto estas, por seu turno, subordinam as máquinas desejantes em diferentes níveis através dos processos de territorialização (codificação), desterritorialização (descodificação) e reterritorialização (sobrecodificação).

Por uma via de mão dupla, máquinas desejantes e máquinas sociais não tem qualquer consistência em uma forma de existência autônoma. E Deleuze e Guattari precisam bem o tipo de dualismo que deve ser aferido na relação entre os dois polos ou tipos de multiplicidades maquínicas: é a de um prolongamento, de uma integração e mesmo um procedimento que liga multiplicidades virtuais e atuais. O desejo e o social são as duas metades que se encaixam antes de se opor, que se integram sem ser complementar (pois os objetos parciais não se subsumem

<sup>84</sup> AE., p. 451-452: “E por que há dois tipos de investimento social correspondente aos dois polos?”.

<sup>85</sup> AE., p. 451: “...opúnhamos o molar e o molecular como dois grandes tipos de investimentos igualmente sociais, um sedentário e bi-univocizante, de tendência reacionária ou fascista, o outro nômade e plurívoco, de tendência revolucionária”.

<sup>86</sup> AE., 22; MP., 192.

a qualquer totalidade<sup>87</sup>), sem que o polo social seja exterior e constitua o elemento da falta pelo qual se move o polo desejante.

## 4.2

### O Dualismo de *Mil Platôs*

Em “Rizoma”, platô de introdução de *Mil platôs*, a distinção que Deleuze e Guattari recuperam e que desenvolvem – e que, inequivocamente, recobrirá os platôs seguintes – parece não corresponder simetricamente ao par bergsoniano. Ao invés de deslocarem o mecanismo do uno-múltiplo, como processo ulterior de abstração e negação das multiplicidades atuais – o qual inverte e desvirtua o processo de atualização (dualismo genético), a dupla de autores reservará a este um lugar preciso; ele constituirá um dos polos do dualismo. A distinção que aqui é fixada e desenvolvida é entre rizoma, correspondente às multiplicidades virtuais-qualitativas em Bergson, e modelo arborescente, correspondente não às multiplicidades atuais-quantitativas, mas ao pólo uno-múltiplo da distinção. O caráter numérico ou extensivo dos modelos arborescentes, a todo momento, é medido pelo compartimento do uno-múltiplo. Não se trata de afirmar que não existem multiplicidades numéricas, mas que o polo que tensiona em uma relação de coexistência com as multiplicidades virtuais é o dispositivo do uno-múltiplo. É pela distinção fundamental entre rizoma e árvore, uma distinção entre um regime de multiplicidades (rizomático) e um regime que subtrai as multiplicidades, por uma unificação de base ou por suplementação (arborescência), que reconheceremos o aspecto sobressalente do processo de unificação na relação com as multiplicidades, procedimento esse que havia sido deslocado em Bergson em favor das multiplicidades quantitativas atuais<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> AE., 61, 62.

<sup>88</sup> B., p. 32: “não se trata, para Bergson, de opor o múltiplo ao uno, mas ao contrário, de distinguir dois tipos de multiplicidades”; MP., v. 1, p. 59-60: “Voltemos a esta história de multiplicidade, porque foi um momento muito importante quando foi criado tal substantivo, precisamente para escapar da oposição abstrata entre o múltiplo e o uno, para escapar da dialética, para chegar a pensar o múltiplo em estado puro, para deixar de fazer dele o fragmento numérico de uma Unidade ou Totalidade perdidas ou, ao contrário, o elemento orgânico de uma unidade ou totalidade por vir — e, sobretudo, para distinguir tipos de multiplicidade”.

Parece que uma teoria das multiplicidades vem recobrir outros problemas em *Mil Platôs* e, sobretudo, acolhe novos modos de cálculo e novas formas de encaminhar suas soluções à altura dos acontecimentos. Nosso trabalho se instala nesse ponto de inflexão, de deslocamento das multiplicidades. Dirigimos algumas perguntas que poderão imprimir um ritmo e um direcionamento do capítulo: Por que após o descarte de uma posição formulada nos termos do compartimento uno-múltiplo em proveito de uma distinção entre dois tipos de multiplicidades, essa fórmula é reinscrita em *Mil Platôs*? Por que mesmo sendo denunciada como “pseudomultiplicidades”, como um processo derivado e radicado das multiplicidades, ela ganha um relevo destacado na obra?

### 4.3

#### O inimigo- móvel: a unidade a ser subtraída

Em *Diferença e Repetição* Deleuze extrai três características decisivas da divisibilidade das multiplicidades quantitativas. Essas características podem mesmo ser consideradas como condições de sua divisibilidade. Para que haja divisibilidade, portanto, deve haver: a) determinação relativa de uma unidade; b) equivalência das partes a uma unidade; c) consubstancialidade das partes com o todo<sup>89</sup>. Daqui, compreende-se a afirmação de que o “uno” é multiplicidade, de que até o múltiplo é multiplicidade<sup>90</sup>. O uno e o múltiplo são multiplicidades na medida em que encarnam, em condições atuais, as multiplicidades virtuais. Segundo as coordenadas deleuzianas do que seja uma coisa atual, elas são partes qualificadas que ocupam um lugar no espaço (extensas), sendo numeráveis. Essa dupla configuração de qualquer coisa atual constitui as “condições da representação das coisas em geral”<sup>91</sup>. Conta-se três de uma ponta a outra: multiplicidades virtuais, multiplicidades atuais e dispositivo uno-múltiplo. O uno-múltiplo, sua síntese e combinação, surge da forma de se dispor sobre as multiplicidade atuais-quantitativas. Do primeiro ao segundo, há o processo de atualização; do segundo ao terceiro, há unificação.

<sup>89</sup> DR., p. 334

<sup>90</sup> Ibid., p.260.

<sup>91</sup> Ibid., p.131.

São múltiplas as formas como Deleuze e Guattari disporão a relação entre as multiplicidades e o dispositivo uno-múltiplo em *Mil Platôs*. Sublinhamos algumas delas sem qualquer pretensão de exaurir a lista: uma relação de subordinação, na qual a multiplicidade é convertida em múltiplo e entra como predicado na relação, apropriada e capturada pelo uno; uma relação topológica na qual o processo de “unificação” se dá “nas” multiplicidades, as quais oferecem sua razão suficiente<sup>92</sup>; uma relação na qual a multiplicidade é elevada à condição de substantivo e o uno-múltiplo é conjurado da relação e expulso das multiplicidades, condição expressa na fórmula  $n-1$ <sup>93</sup>. Em resumo, identificamos três formas nas quais as multiplicidades se relacionam com o mecanismo uno-múltiplo dos modelos arborescentes: subordinação das multiplicidades na arborescência (árvore-raiz, raiz fasciculada); dependência do uno-múltiplo em relação às multiplicidades (mas não o inverso) e; liberação das multiplicidades rizomáticas. A primeira forma é investida criticamente por Deleuze e Guattari, justamente, porque no seu procedimento a árvore-raiz requisita a prerrogativa ou a condição de princípio e fundamento das multiplicidades, invertendo a ordem da realidade em seu processo. A segunda forma é exposta como a relação real que dá conta dos processos de unificação dos agenciamentos de caráter molar, a partir das multiplicidades. A terceira forma concerne às multiplicidades nelas mesmas, comportando um agenciamento próprio, independente de qualquer processo ulterior e exterior, de unificação, subjetivação ou totalização.

De uma recusa e um rechaço do dispositivo uno-múltiplo em um sistema das multiplicidades (um dualismo de multiplicidades é tudo o que há no *Bergsonismo*), para a assunção e determinação do seu lugar em um nível de coexistência com as multiplicidades (virtuais e atuais): o uno-múltiplo, ou o seu procedimento de unificação, “por cima” das multiplicidades atuais, constituirá o outro polo da dicotomia.

A forma como Deleuze e Guattari manuseiam essa distinção, vigente em “Rizoma”, é inequívoca. Sua instrumentalização supõe, por um lado, a maneira como sua filosofia se dispõe criticamente em relação a um complexo estruturado

<sup>92</sup> MP., v.1, p. 10: “As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade... as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades”.

<sup>93</sup> Ibid., p. 21: “Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a  $n-1$ ”.

em termos da forma uno-múltiplo<sup>94</sup> e, por outro lado, como ele investe afirmativa e propositivamente em uma filosofia das multiplicidades<sup>95</sup>.

O que designamos procedimento de unificação e que envolve o compartimento uno-múltiplo, é um dos processos implicados no que Deleuze chama de “arborificação” ou arborescência”, que tem seus concomitantes nos processos de totalização, centralização, significação, subjetivação, entre outros. Chamar a atenção e dar ênfase a esses procedimentos sobre a mera disposição de partes extensivas numéricas nos pareceu ser essencial para compreender a complexa relação entre agenciamentos de caráter molecular e agenciamentos de caráter molar.

#### 4.4

##### **Tipos de arborescência:**

Em um livro, como em qualquer outra coisa, temos um conjunto de características comuns ao rizoma e a árvore-raiz: “linhas de segmentaridade”, “linhas de articulação”, “extratos”, “territorialidades”, “linhas de fuga”, “desterritorialização”. O agenciamento maquínico não é uma característica exclusiva de um polo do dualismo. Não caberia, assim como Deleuze e Gattari recusam tal procedimento, fazer com que o agenciamento dependesse de um nível de organização complexo, “evoluído” ou “civilizado”. Fixar os termos nesse nível seria relegar as multiplicidades a um nível de indeterminação e de carência.

Portanto, ao falarmos em multiplicidades ou rizoma e quando falarmos em árvore raiz e sua variação fasciculada, falaremos em agenciamentos, porém, não de forma indistinta. Falaremos de agenciamentos que variam ou, simplesmente, diferem conforme o dualismo entre multiplicidades e o dispositivo uno-múltiplo. Um agenciamento para cada regime, respeitando sua especificidade e sua regulação própria.

<sup>94</sup> MP., v. 1, p. 23: “As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes”.

<sup>95</sup> Ibid., p. 21: “É preciso fazer o múltiplo...”; p. 48: “Faça rizoma e não raiz”; “Não seja uno, nem múltiplo, seja multiplicidades”.

A concepção de raiz demanda de seu processo que suas ramificações sejam vertebradas e se prolonguem sempre em débito com uma raiz. Nesse tipo, começa-se por marcar uma unidade de base, uma imagem, a qual deve corresponder a natureza, própria de um estado de coisas pretendido pela árvore. Nesse procedimento – que nada tem de natural – almeja-se um naturalismo de matriz objetiva, correspondente a uma realidade ou a um estado de coisas. A raiz corresponde a uma origem, a um fundamento. Esse é o ato instituinte da representação (“método espiritual”), antes mesmo de uma posição passiva que seria da reflexão. Esta se distribui segundo dois métodos, um espiritual e um natural, que variam a natureza da unidade de base.

Já mencionamos antes a distinção entre Diferença e lei recolhida por Deleuze em Lalande. A lei opera em uma circunscrição ou limite definido por uma instituição da Diferença o qual a lei não ultrapassa. No caso em questão, a imagem é um recorte do plano de transcendência que põe em vigência uma lei do uno. E o que se obtém como efeito dessa regulamentação pela lei do uno: segundo um método espiritual, temos uma raiz dicotômica, por isso, reflexiva, reprodutora. Do uno saem dois, mas o dois é duplicado, replicado, variação degenerada (analógica) de uma unidade eminente de base<sup>96</sup>.

A árvore-raiz pouco ou nada tem a ver com um naturalismo, mas esta, procede por um método natural, por isso Deleuze e Guattari separam uma raiz dicotômica, implicada por um método espiritual e uma raiz pivotante, implicada por um método natural. A unidade de base é mantida, mas com o eixo pivotante se ultrapassa, apenas em parte, a dicotomia. Pode-se, com efeito, multiplicar a partir dessa unidade de base ou raiz, pode-se obter quatro, cinco..., mas multiplica-se quantitativamente apenas, numericamente.<sup>97</sup>

A 2ª figura, a raiz fasciculada, difere da primeira por um procedimento aparente de inversão. Este concerne a um “aborto” na unidade na base, seja dicotômica ou pivotante. Em seu lugar é posta uma multiplicidade – multiplicidade de base ou

---

<sup>96</sup> MP., v.1, p. 19: “A lei do livro é a da reflexão, o Uno que se devém dois. Como é que a lei do livro estaria na natureza, posto que ela preside a própria divisão entre mundo e livro”.

<sup>97</sup> MP., v.1, p. 20: “A raiz pivotante não compreende a multiplicidade mais do que o conseguido pela raiz dicotômica”.

multiplicidade-raiz. Raiz, porque seu procedimento compreende ainda um fechamento. Trata-se de uma inversão do lugar do uno e do múltiplo, porém, com um mesmo resultado final. Trata-se agora, de uma unidade de suplementação, ou seja, um procedimento de unificação posterior, suplementário a uma realidade múltipla (insuficiente) dada na base. Essa unificação por suplementação é espiritual e deflagra uma insuficiência no método e na realidade natural. Os processos de subjetivação e significação correspondentes a esse tipo ainda que variem não deixam de se orientar em função de uma raiz, unidade fundamento.

A esse tipo determinado de organização, de agenciamento – do qual não só o livro participa, mas tudo: os saberes, os corpos, os órgãos, as sociedades, os comportamentos e etc.. – Deleuze e Guattari contrapõem, não outro modelo – veremos que o modelo e a imagem pressupõem uma forma de operação intrínseca à árvore-raiz – mas, igualmente, uma forma de “organização” do real, do livro, uma maneira de conceber as coisas e suas relações distinta do regime de regulação arborescente.

Pareceu-nos que já nesse platô de abertura, ao caracterizar a árvore-raiz e mobilizá-la para constituir um dos polos do dualismo, o que rivaliza com o rizoma, há o reconhecimento do que poderíamos chamar de uma efetividade ou eficiência do modelo uno-múltiplo no real: sua capacidade causal de produzir efeitos e de alcançar fins determinados em conformidade com sua forma de organização. Mais significativo a esse respeito parece ser a dupla ressaltar mais os procedimentos e operações correlativos às multiplicidades numéricas do que essa característica, propriamente. Nesse sentido, importa menos que sejam contáveis ou numeráveis do que apropriadas e submetidas a um regime de subordinação de suas partes. Daí os termos correspondentes aos procedimentos desse polo ou plano que estamos querendo destacar o atestarem, incisivamente: arborificação, captura, unificação, subjetivação, totalização, entre outros. Parece que a simples distinção de direito autoriza a tipificação e o uso de um dualismo de multiplicidades, mas o processo do real, sua imanência, parece muito mais atestar tais procedimentos, de captura e subordinação.

Com mais força, afirmar o primado desses procedimentos sobre a determinação numérica das multiplicidades nos pareceu mais decisivo pelo redimensionamento



dos momentos do método e pelo uso das figuras do dualismo e do monismo bergsoniano em *Mil Platôs*. Este se dá pela retomada de uma posição de conflito, de embate e correlação de forças a que são submetidas as multiplicidades. Algo que poderia ser lido no *Bergsonismo* sob a forma de uma oposição, correspondente ao primeiro momento do método, de um dualismo entre a forma pura do tempo e o espaço, mas que está ausente ou que, pelo menos, não se apresenta de forma tão pronunciada em *Diferença e Repetição* – posto que esta última obra a resolve em chave genética, correspondente ao terceiro momento do método (dualismo conciliado ou monismo).

Em *Diferença e Repetição*, tudo é multiplicidade, mesmo o múltiplo, mesmo o uno. O atual, conversível em quantidade numérica, é produto do virtual, na medida em que encarna as relações ideais nas condições da extensão. Sua realidade é, precisamente, a de um ponto extensivo correlato aos pontos ideais, verdadeiras singularidades situadas no virtual. Daqui parece derivar a posição de sistema que articula os dois tipos de multiplicidades. Ela se distribui de duas formas: no virtual, onde os elementos e as relações são irreduzíveis a qualquer procedimento de unificação; no atual, na medida em que encarna as relações diferenciais e os pontos singulares. Multiplicidade, portanto, não é apenas o que é irreduzível à qualquer unidade, mas, multiplicidade é, também, o uno e o múltiplo atuais na medida em que estes constituem encarnações da Ideia atualizadas pelo processo de individuação.

Já em *Mil Platôs* não é constituído um dualismo de convergência ou integração, como entre o virtual e o atual, mas antes de oposição, ainda que as duas realidades só existam de fato como mistura e que se transformem constantemente uma na outra. Mas isso não impede sua distinção de direito. O dualismo, ainda que provisório e sustentado em um determinado nível, assim se distribui: de um lado, o rizoma e sua forma de “organização” própria (a de multiplicidades irreduzíveis aos procedimentos de unificação); de outro, um sistema (arborescente) que ora institui uma unidade de base, ora institui uma unidade de suplementação sobre um material aparentemente múltiplo (múltiplo atual).

É na requisição da condição de princípio e fundamento do real imposta pelo dispositivo uno-múltiplo que recolhemos a figura da subordinação das

multiplicidades. É a operação de transcendência, em suas diferentes variações, que inverte o processo de diferenciação e atualização, onde a forma proposicional e negativa assumem a condição de princípio, de fundamento e de procedimento da realidade (os falsos problemas, a representação, a árvore).

Por que o dispositivo uno-múltiplo não pode mais ser apresentado, simplesmente, como falso? Ou melhor, por quê ele não pode mais ser identificado como um problema inexistente, porque falso, tal como formulado nos termos de *Bergsonismo*? Por que tal dispositivo não pode mais, simplesmente, satisfazer a mera condição de uma categoria do entendimento, situada nos limites da representação, como apontava *Diferença e Repetição*? Por que a relação-combinação entre o uno e o múltiplo não pode, tão somente, ser caracterizada como pseudomultiplicidades?

Tal caracterização não deixa de ser verdadeira, pois o critério epistemológico que a deflagra afirma a sua não correspondência com o real. O real envolvia o virtual e o atual, somente. Era na determinação progressiva das multiplicidades que levávamos as duas metades em um processo. Parecia claro a essa altura que a determinação do real excluía o dispositivo uno-múltiplo enquanto esse requisitava para si a condição de fundamento da realidade. E dava conta de seu processo em termos de possível. Que fique claro uma coisa, o dispositivo uno/múltiplo é onticamente verdadeiro (ele existe no mundo, na medida em que o atual é contável e que ele atua sobre o atual) mas ontologicamente falso (o que é falso é projetar esta existência ôntica como um princípio ou fundamento ontológico).

No prefácio à edição italiana de *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari afirmam que as multiplicidades são o próprio real. O que entendíamos por real em *Bergsonismo e Diferença e Repetição* era o sistema virtual-atual. Daí o cuidado de, ao manusearmos o par virtual-atual, não o correlacionarmos, simetricamente, aos dualismos que atravessam os platôs: entre planos, imanência e transcendência; entre espaços, liso e estriado; entre agenciamentos, moleculares e molares; entre outros. O que nos interessa, fundamentalmente, é o relevo que é conferido aos procedimento da arborescência no dualismo que ela marca com o rizoma. Como afirmar, por exemplo, que o plano de transcendência que subordina as multiplicidades submetendo-as a uma unidade de suplementação pode perfazer a

condição atual, se elas, ora predicam, ora combinam as multiplicidades. O que é enfatizado no dualismo das duas obras precedentes, *Bergsonismo* e *Diferença e Repetição*, é a distinção entre o virtual e o atual. Já o dualismo exigido pelo horizonte problemático de *Mil Platôs* envolve multiplicidades virtuais e atuais, mas acentua o aspecto sobressalente ou superposto configurado pelos procedimentos do plano de transcendência em relação às multiplicidades atuais.

Talvez a principal razão é que a forma de subordinação das multiplicidades não é mais, exclusivamente, a de um fundamento científico ou filosófico, daí a insuficiência do critério metodológico que solapava o dispositivo uno-múltiplo, que autorizava ou descartava sua existência pela repartição entre o falso e o verdadeiro. *Capitalismo e Esquizofrenia* distende, significativamente, esse fundamento o investindo socialmente. A figura da captura, da apropriação envolve o estado, a família, a igreja, o capital – ela se corporifica nas máquinas sociais –, assim como a figura da subordinação passa a envolver as minorias, os bandos, as matilhas, as populações, que fazem valer a potencia da máquina de guerra, dos agenciamentos moleculares que, mesmo subordinados, conjuram a relação, fogem e traçam sua linha de desterritorialização, sua potência própria.

#### 4.5

##### **As Multiplicidades: princípios e características.**

É com base na afirmação de que os devires constituem as relações das multiplicidades que pretendemos esclarecer o estatuto específico desse tipo de agenciamento que, repetimos, não pode ser confundido com um agenciamento de caráter molar. Por isso, a passagem em revista pelo serialismo, pelo estruturalismo e pelo evolucionismo filiativo para se chegar a compreensão adequada do tipo de relação que constitui o devir nas multiplicidades.

Procuraremos indicar a razão dos elementos envolvidos em uma relação de devir não se “assemelharem” ou se identificarem, conforme a distribuição dicotômica do binômio modelo-cópia: demonstrando que o termo que devém não se mobiliza em função de uma mera reprodução ou similitude em relação à identidade eminente de um primeiro termo, assim como, para rechaçar a ideia de que o termo

que devém fosse orientado para um fim que justificasse seu movimento do exterior. Recusaremos, portanto, qualquer princípio transcendente (unidade eminente, teleológico) de justificação do devir.

Preliminarmente, cumpre lembrar uma vez mais que a cláusula deleuziana, “elevar o múltiplo à condição de substantivo”, deriva da posição de confronto renovada pela demarcação do inimigo que constitui o dispositivo uno-múltiplo de organização do real. É, portanto, de um meio estratificado, enrijecido e territorializado, que acompanhamos uma linha de fuga: seu plano de composição e sua forma de agenciar. Isso é possível pela estratégia das múltiplas entradas viabilizada pela pragmática cartográfica do rizoma. É na fuga que acompanhamos o deslocamento de um regime de organização e de soluções articulados em um agenciamento de caráter molar para um modo – não um modelo – de “organização” e composição distinto, aberto e plástico. Sua figura é a do rizoma. O rizoma mobiliza e conecta problemas de outra natureza assim como encaminha as soluções que lhe cabem, rejeitando qualquer modelo exterior e suplementar de cálculo e de resolução.

A esse respeito, Deleuze e Guattari desdobram mais um dualismo, de significativa importância: a distinção entre sistemas centrados e acentrados. E o problema central que Deleuze quer levantar aqui parece ser o da tensão que envolve o processo de decisão nas multiplicidades<sup>98</sup>.

Os sistemas centrados exibem uma forte hierarquia na relação entre suas partes: umas ocupam o centro, enquanto outras se encontram dispostas de maneira periférica. De seu centro irradiam as funções de comando que as partes devem acatar e desempenhar. A comunicação estabelecida entre as partes ou os indivíduos reenvia a uma instância superior que é portadora do seu sentido, posicionada no topo da estrutura ou em seu centro.

Já nos sistemas acentrados ocorre coisa distinta, a comunicação entre as partes componentes do sistema é exercida de forma lateral ou horizontal, de um indivíduo a outro, sem que com isso, uma parte se autonomize em relação às

---

<sup>98</sup> MP., v. 1, p. 38: “a oposição centro acentrado vale menos pelas coisas que ela designa do que pelos modos de cálculo que aplica as coisas”.

outras, requisitando a condição de centro e de fonte da decisão. Nesse tipo não se reenvia para uma instância última de decisão, posicionada para além dos indivíduos. É o que nos parece ser o exercício de uma forma de cálculo e de solução próprias às multiplicidades.

O que é altamente questionável em um sistema acentrado, ou pelo menos, uma tradição sugere que seja, é o problema de se ter de compatibilizar acentralismo e processo decisório, ou seja, duvida-se como, em uma multiplicidade não subordinada a uma unidade e a um centro, na qual todos os indivíduos parecem possuir um *quantum* de determinado poder, pode se chegar a uma solução. É essa, propriamente, a prática de redução e subsunção das multiplicidades, na qual um sistema (acentrado) é traduzido em um modo de cálculo “exterior” que recalca suas possibilidades, oferecendo-lhes uma saída única. Se uma solução implica uma contabilidade dos meios, um racionamento das opiniões, como equacionar esse problema sem uma unidade, que recorte, selecione ou mesmo solape a multiplicidade de posições?

Vê-se bem como os sistemas hierárquicos tem a pretensão de achar que lhes é exclusiva essa prerrogativa, que ele oferece a melhor solução entre as disponíveis, a única solução possível. A nossa pergunta parece se endereçar da seguinte maneira: como um modo de solução se dá em uma multiplicidade? A ideia de sistema, comum tanto ao centrado como ao acentrado, por si só, já é conveniente por não distribuir a oposição entre o dualismo, conforme o esquema evolutivo do primitivo – aquele que é destituído de organização ou sistema – e do civilizado – justamente, o que é provido de tais características. Isso quer dizer que o acentrado já constitui sistema e dispensa qualquer meio de tradução centralizador ou suplementar. Um caso pode ser recolhido nas formações sociais ditas “primitivas” que elaboram um complexo dispositivo de recusa da forma de organização política do estado, seja potencialmente, na forma de contenção de um “desenvolvimento interno”, seja na recusa do inimigo externo. Um modo de deliberar, de decidir, que parece ser irredutível aos processos de cristalização e institucionalização do poder no estado<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> MP., v.5; p. 19, 20.

Cabe, portanto, a apreciação do político conforme às características relativas das multiplicidades e dos sistemas centralizados. O processo decisório implica, portanto, uma lógica própria a cada nível de agenciamento, no caso, uma lógica fechada e outra aberta. Um modo de dispor ou posicionar os problemas que envolvem um modo de resolução nele implicados.

Um princípio nos interessa, em particular, por exprimir o sentido dos agenciamentos de caráter molecular, o princípio de multiplicidade<sup>100</sup>. Trata-se, em um primeiro momento, de descrever o comportamento das multiplicidades “nelas mesmas”: O que são; quais seus elementos; que tipo de relação estabelecem entre si; quais seus acontecimentos e etc...

As multiplicidades exibem uma potência conectiva ilimitada, ou seja, conectar-se com qualquer coisa no sentido de uma produção. Esse regime, propriamente transcendental, não reconhece domínios, campos ou instancias cristalizadas. O material, os elementos e as relações que o rizoma agencia em nível molecular, já o vimos, são anteriores à constituição própria da árvore, são relações nas quais os agenciamentos maquínicos de corpos (ações e paixões) e os agenciamentos coletivos de enunciação (atos e enunciados) caem em uma zona de indiscernibilidade extensiva e de determinação intensiva. Não se nega um valor conectivo do modelo arborescente, mas ele conecta sempre em condições de redução da multiplicidades, segundo modelos de hierarquia e de distribuição extremamente e enrijecidos, unificados, totalizados e centralizados. Ele conecta com a condição de enviar a um centro, uma unidade de comando, na qual o eixo horizontal do agenciamento (corpos e paixões, atos e enunciados) são ditos exteriores uns em relação aos outros.

Já foi dito que qualquer coisa exhibe “linhas de segmentaridade”, “linhas de articulação”, “estratos”, “territorialidades”, “linhas de fuga”, “linhas de desterritorialização”. Um agenciamento ou funcionamento maquínico não são características exclusivas de um polo do dualismo, assim, tais linhas atravessam os dois tipos de agenciamento, mas não da mesma maneira.

---

<sup>100</sup> MP., v. 1; p. 23.

## 4.6

### **Linhas e pontos: sistemas pontuais e multilineares**

Correspondente à relação entre multiplicidades e o dispositivo uno-múltiplo, a relação entre os sistemas pontuais e multilineares deve ser analisada à luz da bivalência do eixo vertical de um agenciamento, ou seja, a partir dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Trata-se de linhas em todos os casos: a) Linhas de territorialização ou reterritorialização, concernentes em alguma medida a agenciamentos de caráter molar. São fenômenos de constituição de um território, mas que, também, reconfiguram o território mediante novas coordenadas de seus materiais; b) Linhas de desterritorialização ou fuga, concernentes a agenciamentos de caráter molecular.

O conceito de linha em Deleuze articula tipos diferentes de agenciamento, ora constitui um agenciamento “nele mesmo” (devir), ora constitui a relação entre agenciamentos moleculares, ora relaciona agenciamentos moleculares e molares. Nesse sentido, ele dá conta da constituição de dois planos: temos, portanto, linhas referidas a territorialização e reterritorialização de um lado, correspondentes ao território e ao plano de organização, assim como linhas de desterritorialização de outro, correspondentes ao plano de composição ou imanência.

Porém, não basta apenas a descrição de tipos, com suas características próprias. Ficamos imobilizados no nível da distinção abstrata por não darmos conta de como isso tudo se processa na realidade. É preciso alcançar o nível da mistura, nas relações de implicação e coexistência . onde se operam, concretamente, tais processos uns em relação aos outros.

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização são processos antes de designar a estabilidade ou, propriamente, o caráter de um plano, o que define a relação de cada processo com um certo “estado de coisas” por ele visado. Assim, a territorialização não é o território, ainda que recolha e invista materiais na

constituição deste<sup>101</sup>. A reterritorialização (relativa), não menos que a territorialização, visa também um estado de coisas, mas da territorialização se distingue, significativamente, assim como, investe na destituição do território por ela constituído – desterritorialização relativa com vistas a um novo agenciamento de caráter molar (sobrecodificação). Um exemplo, é o da relação entre máquinas sociais distintas, regulada por uma “lógica das peças”. A máquina despótica bárbara desinveste o território-código da máquina primitiva (socius) para reterritorializá-las sob a forma de sobrecodificação, fazendo as funcionar, subordinadas a um regime distinto do seu, inscritas como peças secundárias e acessórias de sua máquina<sup>102</sup>.

Esses dois polos – territorialização e desterritorialização –, bivalência do eixo vertical do agenciamento, definem basicamente dois tipos de relação específica do ponto com a linha e sua diferença se baseia na relação inversa de subordinação de um termo ao outro.

Assim, quando a linha se encontra subordinada ao ponto estamos diante de sistemas pontuais. Os sistemas pontuais correspondem ao polo territorializado ou reterritorializado e supõem multiplicidades métricas ou quantitativas na composição ou organização de seu sistema. Já o caso inverso, o do ponto subordinado à linha dos sistemas multilineares, correspondem ao polo desterritorializado, a linha de fuga, e articula multiplicidades qualitativas ou virtuais.

Como toda oposição ou dualismo em Deleuze não implica a exclusão de elementos de um regime ao outro, mas os reinscreve em uma lógica ou registro próprio na qual assumem funções específicas, cabe-nos explorar os seguintes problemas: como os dois sistemas dispõem pontos e linhas em seus diferentes domínios? Como se relacionam os sistemas pontuais e os sistemas multilineares?

---

<sup>101</sup> MP., v. 4; p. 138: “o território e as funções que nele se exercem são produtos da Territorialização”.

<sup>102</sup> AE., p. 254-255: “Uma destruição combinada de todas as codificações primitivas ou, pior ainda, sua irrisória conservação, sua redução ao nível de peças secundárias da nova máquina e novo aparelho de recalçamento”.



Nos sistemas pontuais, as linhas se encontram subordinadas aos pontos, porém não em uma disposição qualquer dos pontos. Tal como nos modelos arborescentes, as multiplicidades que eles articulam se encontram submetidas a vetores ou procedimentos de coordenação, pontificação métrica, unificação e etc... Então, devemos pensar, ao mesmo tempo, a natureza das multiplicidades que compõem o sistema pontual – composição numérica –, assim como a natureza de sua organização ou sistema, que confere a tais multiplicidades um determinado arranjo e uma ordem.

Um sistema pontual distribui seus pontos em relações interligadas de subordinação, fundamentação, hierarquia e genealogia. Ele articula, portanto, pontos que ocupam uma posição de privilégio, a partir das quais ele pode medir o que ele produz ou, de forma mais apropriada, o que ele reproduz. Ele constitui, a partir da instauração dessas posições, uma medida de avaliação de todos os outros pontos desdobrados na extensão da linha. Um “ponto de origem” possui tal estatuto: ele institui um começo da linha, uma origem, seu ponto de partida, uma referência do tipo fundamento. Assim como, articula esse ponto com uma meta, um objetivo ou fim que, por sua vez, constitui um “ponto de chegada”, aquilo para o qual a linha converge, sua finalidade, forma ou perfeição. Daqui extraímos a característica que define as multiplicidades pontuais em oposição às multiplicidades multilineares: a subordinação da linha ao ponto. Trata-se em todo caso, de um contingenciamento das linhas em suas extremidades, seja qual for sua extensão<sup>103</sup>.

Como as multiplicidades métricas se medem em relação a um ponto originário? E como se medem em relação a um ponto de chegada? Um sistema pontual articula uma grande memória, tal como uma causa em relação a seus efeitos. Essa memória originária se relaciona com as multiplicidades, enquanto estas se encontram a ela subordinadas. Memória que articula um binarismo de oposição no qual o termo minoritário é reenviado ao termo majoritário por meio de lembranças e fantasmas: memória colonial, marcador da subordinação do negro em relação ao

---

<sup>103</sup> MP., v.4; p. 95.

branco; memória conjugal, marcador de subordinação da mulher ao homem e etc...<sup>104</sup>

Em tal condição – de síntese predicativa das multiplicidades – os pontos se comunicam ou se relacionam com a memória-fundamento dentro de uma métrica onde qualquer novo ponto produzido, ou seja, a variação que essa linha produz, ressoe com os outros pontos e com o ponto de origem dentro de uma regularidade. Um sistema pontual é aquele que, ao ligar os pontos, na reprodução de sua série – sua progressão ou extensão – garante sua subordinação a coordenadas fixas. É por isso que tais pontos podem ser ditos lembranças ou fantasmas dado o caráter remissivo que os liga a uma memória-fundamento, ponto de origem.

Já em um sistema multilinear, rizomático, alcançamos o movimento ou processo de liberação da linha em relação ao ponto, figura da determinação das multiplicidades nelas mesmas. As multiplicidades não se encontram mais subordinadas ou contingenciadas por qualquer tipo de ponto, ainda que o ponto ganhe uma nova função, como veremos<sup>105</sup>.

Nesse sistema a progressão ou extensão da linha não está mais determinada por uma origem, muito menos por uma meta ou objetivo final. Ela já não se encontra mais pontificada ou metrificada nas demarcações que requisitavam tais prerrogativas. O processo de desterritorialização, no qual a linha atinge um estatuto substantivo, é de uma “variação contínua”, ligada ao processo de criação e diferenciação. Diferentemente das coordenadas que uma linha recebe em um sistema territorializado ou reterritorializado, em um agenciamento de caráter molecular, não subsiste qualquer orientação prévia que definiria o direcionamento da linha. Uma linha de devir não imita ou reproduz um modelo ou paradigma situado em um lugar de origem, muito menos não realiza qualquer estado de perfeição final ou definitiva. Não há evolucionismo filiativo ou hereditário, muito menos *dynamis* de matriz aristotélica. Todos esses remetem, de maneira geral, ao regime de realização do possível.

<sup>104</sup> MP. v. 4, p. 95: “É claro que a criança, a mulher, o negro têm lembranças; mas a Memória que recolhe essas lembranças não deixa de ser sua instância viril majoritária, instância que as toma como ‘lembranças de infância’, como lembranças conjugais ou coloniais”.

<sup>105</sup> Ibid., p. 96: “O sistema-linha (ou bloco) do devir opõe-se ao sistema-ponto da memória. O devir é um movimento pelo qual a linha libera-se do ponto, e torna os pontos indiscerníveis”.

É necessário esclarecer o “lugar”, ou antes, a oscilação permanente dessa linha em relação às linhas de territorialização e reterritorialização que ocupam posições localizáveis na extensão da linha. A linha de fuga não está situada em um agenciamento de caráter molar, ainda que com ele se relacione e dele seja inseparável de fato. A fuga só pode ser dita da condição de liberação, a qual apresenta um caráter exterior e irreduzível, quando tomada nos seus termos, ainda que ela possa se encontrar capturada pelo sistema de pontos – condição na qual ela já obedece a uma diferença de regime. Por isso, é preciso determinar, na relação, o que se subordina, o que apropria, o que captura, o que foge, o que resiste, o que conjura e ameaça. Um sistema multilinear não existe concretamente para além de um sistema pontual. A desterritorialização, a fuga, indicam sempre a relação com algo do qual se desterritorializa e se foge e a linha, propriamente dita, constitui esse processo de abandono, de destituição, de involução. A desterritorialização envolve, portanto, os dois planos, o plano de organização ou transcendência e o plano de composição ou imanência. A linha de desterritorialização ao se liberar das coordenadas dos eixos horizontais e verticais, tal como se encontram estabilizadas no plano de organização, traça um movimento de transversalidade e de perpendicularidade.

A desterritorialização é referida na bivalência do eixo vertical, mas não no sentido de um cima pra baixo, mais precisamente, a linha de fuga traça uma transversal. Parece-nos que o plano de imanência ou consistência que a linha de fuga compõe a conecta diretamente com as condições do campo transcendental e que, por isso, não poderia consistir em um recuo às condições de um domínio de individuação específico. Assim, além de recuar das condições específicas de um domínio determinado, ela envolve uma indiscernibilidade quanto ao eixo horizontal, no modo de ação direto (pressuposição recíproca) entre agenciamento maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação, potência de conectividade heterogênea das multiplicidades.

Abandona-se um território para o exercício de um modo de ocupação próprio às multiplicidades qualitativas sobre um espaço liso. Tal processo envolve ao menos dois termos, um termo desterritorializante e um termo desterritorializado. Ele envolve, portanto, os dois planos: o de composição, no qual um dos termos já

involuiu – o termo desterritorializante – e, o de organização, no qual o termo que o ocupa – o termo desterritorializado – é arrastado para compor um bloco de devir, um agenciamento molecular.

Os teoremas de desterritorialização (leia-se as condições para que se precipite um processo de desterritorialização) contabilizam os seguintes fatores: a) os termos envolvidos e seus respectivos “lugares” no processo; b) as condições de sua transformação ao entrarem em um agenciamento de tipo devir; c) as relações de implicação e coimplicação, ou de relação e correlação entre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização<sup>106</sup>.

Há uma determinação quantitativa; é necessário que ao menos dois termos entrem em um processo de desterritorialização, porém, eles não estão em posição de equivalência e a sua desproporção marca variáveis, uma maior outra menor, que definem a posição de um em relação ao outro, ainda que essas posições possam ser cambiáveis no processo. Tais variáveis, uma variável indicativa de um nível maior de desterritorialização, é correspondente ao termo desterritorializante, o que efetua a operação de arrasto do outro termo, o menos desterritorializado. Já o termo desterritorializado, variável indicativa de um nível menor de desterritorialização, corresponde a componente passiva do agenciamento, o termo que sofre o assédio.

A desterritorialização mobiliza, portanto, dois termos – termos irreduzíveis a identidades, sujeitos ou formas –, porém, com graus distintos – maior ou menor – de desterritorialização. Isso nos permite apresentar um esquema que relaciona tais graus ou variáveis, por uma relação de distância ou proximidade em relação a um ou outro plano. Assim, o termo desterritorializante (+desterritorializado), a variável maior, pode se vista como o termo que opera a desterritorialização, já estando, ela própria, em um agenciamento de tipo devir, já “envolvida”, estando mais próxima do plano de imanência ou de composição. Já o termo desterritorializado (- desterritorializado), ou a variável menor, pode ser entendido como o termo marcado ainda por um resquício de ligação com o território ou com o plano de organização. Repetimos, o termo desterritorializante opera a

---

<sup>106</sup> MP., v. 4, p. 115.

desterritorialização de um outro termo, mas ele próprio já é envolvido por um acontecimento ou agenciamento de caráter molecular, tanto que no agenciamento a função territorializante pode ser desempenhada por qualquer um dos termos dada sua posição cambiante, variável.

Por isso mesmo que o estatuto da linha de devir ou de desterritorialização é o da posição de *intermezzo*, da transversalidade, porque ela põe em comunicação dois planos, ainda que seja para desfazer um plano e para constituir um outro. Em primeiro lugar, a condição de *intermezzo* não marca uma posição intermediária, ela não está entre duas “coisas” marcando uma equidistância entre as duas. A posição de *intermezzo* envolve, portanto, os dois planos. É necessário que essa condição se diga de um regime em vias de desterritorialização, de um processo, propriamente falando.

#### 4.7

##### O “indivíduo excepcional”

Central para compreender a relação “entre” as multiplicidades em *Mil Platôs* – o que significa as condições de sua mudança e transformação – é o papel que cumpre aquilo que Deleuze nomeia o “indivíduo excepcional”<sup>107</sup>. O indivíduo excepcional – figura correlata das singularidades pré-individuais – é o operador de uma linha de fuga. A condição de excecionalidade é a que o distingue dos outros elementos posicionados no “meio” ou, simplesmente, afastados das fronteiras de uma outra multiplicidade. Sua condição fronteiriça é a de “em vias de se desterritorializar” (“ponta de desterritorialização”), sua função é a de “ocupar” uma borda, uma posição “entre” as multiplicidades. Esse limiar, de uma multiplicidade a outra, é o que define uma diferença de natureza, condição na qual uma multiplicidade não pode mais ser compreendida pela outra na qual ela se transforma, ou seja, não mais pelas condições anteriores. Com efeito, a condição de divisibilidade das multiplicidades, assinalada desde Bergson, é a de que, ao se dividir, elas mudem de natureza. O indivíduo excepcional, o “anômalo”, aquele que opera a linha de fuga é o que desencadeia a desterritorialização de um estrato.

---

<sup>107</sup> MP., v. 4, p. 26.

O estudo da função que ocupa esse elemento privilegiado dentro do conjunto das multiplicidades será decisivo para compreendermos o estatuto das relações que as multiplicidades, por mais distintas e heterogêneas que sejam, estabelecem entre si. Tal termo já está, mais ou menos desterritorializado. A margem fronteiriça que ele ocupa e para a qual tende está do lado do plano de composição, já em um domínio das hecceidades, ou seja, de individuações a-subjetivas próprias de um campo transcendental e marcador de um espaço-tempo intensivo (*Spatium e Aion*) .

Alguns problemas podem surgir: primeiro, se esse indivíduo (excepcional) ou ponto (anômalo) não carregaria alguma prerrogativa que o assemelhe ou o aproxime de um ponto de privilégio ou de um indivíduo constituído, o que perfaria uma condição subjetiva da individuação; segundo, se essa “posição de fronteira” ocupada pelo “anômalo” – distinta de uma posição de “meio” ocupada por outros pontos – dentro do próprio agenciamento molecular não hipostasiaria “um” dos termos em detrimento dos outros na relação. São duas objeções, portanto, uma que diz respeito ao estatuto desse indivíduo constituído em um agenciamento de devir e outra, correlacionada a esta, que diz respeito a sua posição no próprio agenciamento molecular, no bloco de devir que ele constitui<sup>108</sup>.

Essa aparente contradição se deve ao fato de a linha de fuga ter dissolvido as formas, os sujeitos e as funções para, só aparentemente, reinscrever uma posição de privilégio de uns elementos e detrimento dos outros na sua própria linha. Será que após a imperativa requisição do caráter substantivo das multiplicidades (“fazer o múltiplo”), afirmar um indivíduo excepcional não constitui um movimento de redução das multiplicidades ao “uno”

Do indivíduo excepcional devemos dizer que ele desfaz um agenciamento e visa um outro agenciamento sem qualquer comprometimento com uma identidade, um fim ou uma restituição de algo ao molde de um “estado de coisas”. Ele tende ao indiscernível. Sobre a “escolha” anômala, as condições de sua transformação, podemos dizer que a relação de aliança que a constitui é anterior a qualquer distribuição de partes individuadas e autonomizadas em uma relação e que

---

<sup>108</sup> MP., v. 4, p. 27.

descredencia o indivíduo excepcional, o termo desterritorializante, de qualquer posição de sede de vontade e de ação. Ele não tem poder de ser o centro de decisão entre os outros elementos em uma relação de devir. Em uma relação de devir as partes, os pontos singulares, já estão envolvidos, mais ou menos desterritorializados<sup>109</sup>.

Enquanto fenômeno de “borda”, interessa caracterizar as diversas posições que o anômalo pode assumir na relação entre as multiplicidades que, ora ele investe, ora desinveste, ora conecta, ora desconecta, segundo sua síntese fluente: ao mesmo tempo que destitui uma multiplicidade, ele constitui outras multiplicidades, sob novas condições, inscritas em um regime distinto da multiplicidade “anterior”, variando e cambiando posições com outros elementos<sup>110</sup>.

Não só cada elemento da matilha varia suas posições, são as próprias posições que variam permanentemente, de modo que cada elemento ou posição se distribuirá conforme o caso e a singularidade do agenciamento em questão. São as determinações cinéticas de movimento e repouso, velocidade e lentidão, próprias de um plano de imanência. Não há como reduzir uma multiplicidade anômala a posição de unidade ou identidade, sem que ela já esteja determinada por um movimento exterior de captura, conversão e subordinação dessas multiplicidades. Um quantum só pode ser determinado na relação, que é a medida da distribuição da posição desigual entre os elementos. Só que nesse regime de variação intensiva, as partes não se deixam reduzir a uma forma, a um sujeito e a uma função. Assim, a posição anômala pode ser efetuada por qualquer elemento. Isso dependerá de cada encontro, das relações cinéticas e dinâmicas desenroladas no plano de imanência.

São, portanto, níveis, processos e sentidos distintos de captura, apropriação e subordinação distribuídos não só entre o dualismo molecular e molar. Identificamos uma apropriação entre as próprias multiplicidades virtuais, correspondente ao plano de imanência puro e seu processo interno de variação

<sup>109</sup> MP., v.4; p. 34: “Se imaginamos a posição de um Eu fascinado, é porque a multiplicidade em direção à qual ele se inclina, acaloradamente, é a continuação de uma outra multiplicidade que o trabalha e o distende a partir de dentro”.

<sup>110</sup> Ibid., p. 29: “posição periférica, que faz com que não se saiba mais se o anômalo ainda está no bando, já fora do bando, ou na fronteira móvel do bando”.

contínua; assim como, uma subordinação a “si”, correspondente ao traçado de uma multiplicidade, sua singularidade, à composição de seu plano de consistência; outro, entre multiplicidades qualitativas e o plano de transcendência, no qual passam a vigorar procedimentos como o de unificação, subjetivação, entre outros, que configuram a captura e a apropriação em um nível molar e que desnaturam as multiplicidades de seus estado livre, substantivo.

Uma desterritorialização “parcial” investe contra um território com vistas à reterritorialização. A esse respeito, seu investimento é correlato a um agenciamento de caráter molar. Quanto a uma desterritorialização “absoluta”, que constitui um agenciamento ou bloco de devir, o desinvestimento ou a linha de fuga é não reterritorializante segundo as coordenadas do estado ou do capital, nem mesmo territorializante, como poderia sugerir uma espécie de retorno a um território nos moldes primitivos. Não há restituição alguma de qualquer condição originária. Não é possível nem mesmo definir a origem de uma terra, de uma raça ou de um saber, porque o marcador de origem já é um dispositivo de captura e apropriação de um material que lhe antecede e o condiciona. O paradoxo da concepção de fundamento é que para se constituir é preciso não apenas se apropriar de algo que lhe é exterior, mas também elidir ou recalcar sua real condição.

Trata-se, portanto, de uma desterritorialização que implica uma reterritorialização específica, uma “apreensão instantânea de multiplicidades”<sup>111</sup>, pois não mediada, não organizada por outrem. Por que as multiplicidades dependeriam de algo fora delas? Uma apreensão instantânea parece dizer respeito a uma individuação e um acontecimento que sejam fiéis às condições das multiplicidades. Tal fenômeno de apreensão, de aquisição de um “nome próprio” e de agenciamentos de devir investem o real e passam ser ditas dos corpos, dos indivíduos, das formações sociais e de um alcance ético (“como criar para si um corpo sem órgãos”) e político (pensar um plano de consistência de corpos intensos). Trata-se de buscar em fenômenos de bando, matilha, de máquina de guerra, por exemplo, casos em que mesmo tendo uma existência atual, tais agenciamentos se comportam como

---

<sup>111</sup> MP., v.1, p. 52, p. 58, p. 63.



fenômenos de desterritorialização, de multiplicidades virtuais. Trata-se de uma “inversão do intensivo no extensivo”<sup>112</sup>.

## 4.8

### Devir

No movimento de desterritorialização alcançamos o âmbito de relações próprias aos agenciamentos de caráter molecular: o que é uma relação de devir nela mesma? O que é um bloco? Como seus elementos se dispõem ou se ligam? Como ponto e linha se articulam nessas condições?

Em um bloco relacionam-se termos heterogêneos e assimétricos. A heterogeneidade e a assimetria do plano de composição não são termos negativos ou que marcariam uma alteridade em relação a homogeneidade e a simetria do plano de organização. São antes características produzidas por um regime de determinação recíproca, no qual seus elementos exibem relações sintético-disjuntivas.

Um bloco cria uma zona de indiscernibilidade e de vizinhança entre os termos que compõem ou constituem a sua relação. Indiscerníveis, porque seus elementos se encontram subtraídos da condição anterior e, também, porque nesse registro cinético, suas posições não são fixas ou estáveis, o que permitiria sua identificação, mas antes, são cambiantes, determinadas por relações intensivas de velocidade e lentidão, movimento e repouso. Vizinhos porque estes, ao menos dois, não se resolvem mais em termos de sujeito e predicado (síntese inclusiva). Trata-se de termos em estado substantivo, não assimiláveis um pelo outro, não assimiláveis em relações sintético-inclusivas. A vizinhança indica a não-resolução ou encaixe formal, próprio da subjetivação suposto pelo plano de organização.

Deve-se dizer da linha de desterritorialização que: seu lugar é o plano de imanência; sua natureza é intensiva e; sua relação é de disjunção inclusa. No plano de composição, onde a linha se libera do ponto, onde só há multiplicidades

---

<sup>112</sup> ZOURABICHVILI, 2009, p. 39.

irredutíveis e em estado substantivo, a linha se compõe com os pontos em um espaço (liso) de determinações puramente cinéticas: o ponto aqui é um marcador de variações intensivas com respeito às relações de velocidade e lentidão: “proliferação, desvio, precipitação, desaceleração” etc...<sup>113</sup> Tais variações não se comprometem nunca com uma origem do tipo fundamento, muito menos com um telos ou perfeição final. São, como dirá Deleuze, ocasionais, em função de necessidades emergenciais e locais que novamente se desfazem em proveito do processo variante da linha: “conta-se para ocupar” ao invés de “ocupar para contar”.

Essa noção de plano é decisiva pra dar conta do regime próprio das multiplicidades. Nesse sentido sua distinção é correlata ao dualismo de *Mil Platôs*. Nos valeremos de sua noção pra dar conta do plano de composição que é o que nos interessa nos agenciamentos de devir.

#### 4.9

#### **O Plano de imanência: determinação dinâmica e cinética dos corpos**

O Plano, nos esclarece Deleuze, é um corte, secção, porém de duas maneiras distintas. No caso de um plano de imanência este implica, certamente, uma divisão, mas não qualquer tipo de divisão, dado que qualquer unidade lhe é impertinente. Um corte sobre o caos, mais precisamente, dando consistência a um fluxo vertiginoso de relações, determinadas, é verdade – pois o caos não é o indeterminado, indiferenciado – porém, inviável para qualquer construtivismo, qualquer experiência de alcance ético ou político<sup>114</sup>.

A filosofia de Espinosa é a ocasião oportuna para intervir nessa distribuição conceitual dos dois planos, pela forma como trabalhou a diferença e a relação entre imanência e transcendência.

São dois momentos fundamentais em que Deleuze se aproxima da filosofia de Espinosa: um primeiro, referente a um investimento monográfico, encontramos na

---

<sup>113</sup> MP., v.4, p., 101.

<sup>114</sup> QF., p. 59.

tese complementar de doutoramento, *Espinosa e o Problema da Expressão*, de 1968; um segundo momento, afinado a um investimento autoral, corresponde a obra *Mil Platôs*, de 1980. Acionaremos esses dois materiais centrais, somados a um texto que age como mediador na passagem do primeiro para o segundo momento – trata-se de “Espinosa e Nós”, publicado inicialmente em uma revista em 1978, e incorporado à edição ampliada de *Espinosa, Filosofia Prática*, de 1981.

Nesses dois momentos distintos, mas não antagônicos, Deleuze concede um acento especial a dois conceitos que renovaram a leitura da obra de Espinosa: à ideia de expressão, que mobiliza todo o sistema de Espinosa, da metafísica à ética, passando pela epistemologia, e; à concepção de etologia, que envolve a teoria dos corpos exposta nas obras de fins de 70 e começo de 80.

O texto de 1978, “Espinosa e Nós”, e os tópicos de *Mil Platôs*, “Lembranças de um espinosista I” e “Lembranças de um espinosista II” possuem uma estrutura análoga<sup>115</sup>. Os dois momentos ressaltam duas determinações fundamentais do corpo: uma, correspondente, as relações de movimento e repouso, velocidade e lentidão, a qual Deleuze denominará cinética e; outra, correspondente à potência dos corpos, seu poder de afetar e ser afetado, denominada dinâmica. Sua leitura se torna decisiva, portanto, para a descrição do corpo intensivo, assim como, a remoção de qualquer resíduo de substancialidade que o espinosismo poderia oferecer, compreendendo toda e qualquer marca de transcendência ligada ao outro polo do dualismo, ao plano de organização.

Um primeiro procedimento, comum às duas determinações do corpo, é o desinvestimento numérico da realidade modal: seja das essências ou graus de potência, seja dos corpos ou indivíduos, realidades compostas por partes extensivas. Os modos em Espinosa são divisíveis, distinguidos e particionados, porém, não da mesma forma, mas sim, “sob certas condições”<sup>116</sup>. Essa divisão modal, portanto, não é indistinta nela mesma. Isso significa que há vários níveis ou gradações quanto à realidade dos modos, conforme Deus seja causa imediata ou mediata desses modos. Isso implica conceber a relação entre os modos de

<sup>115</sup> EFP., p. 127; MP., v.4, p. 40.

<sup>116</sup> EPE., p. 209.

maneira distinta: a ordem das essências mantendo entre si relações de conveniência e coexistência; a ordem das existências mantendo entre si relações de composição e decomposição.

As essências de modos, verdadeiras partes intensivas, podem ser concebidas como maiores ou menores, porém, não se pode supor, da relação entre elas, qualquer interação que as limite ou as destrua, interditando assim, a via do nexu causal que rege o começo e fim dos modos existentes finitos. Com efeito, as essências não exercem qualquer ação de tipo causal exterior umas sobre as outras, de forma que se pudesse conceber um universo de natureza concorrencial. Concebê-las como maiores ou menores é determiná-las em perfeita consonância com a concepção de *gradus* e concebê-las sem contradição é ver nessa ordem uma pura conveniência afirmando, umas com relação às outras, apenas uma distinção de grau<sup>117</sup>

Mas a existência do modo não é determinada pela ordem das essências. As essências não tem poder para investir sua realidade. Nas condições da existência contabiliza-se, também, a realidade de partes extensivas oriundas do exterior. A existência, portanto, envolve uma tensão ao comportar tais elementos que parecem concernir a uma física do extensivo ou, simplesmente, das partes extensas. Essa era a tríade expressiva dos modos que nos levava de uma “existência” intensiva das essências (graus de potência) a uma existência extensiva dos modos.

Por outro lado, tais modos, quando constituídos, passam a operar, uns em relação aos outros, um tipo de relação não identificável entre as essências. Trata-se de uma causalidade intermodal, localizada e distribuída entre os modos, de forma horizontal. São relações de longitude, como diz Deleuze. Causalidade repartida agora entre determinadas configurações de movimento e repouso, um poder de agir e sofrer próprio dos modos em relação aos outros modos que passam, em função disso, a exibirem regimes de atividade e passividade. Relação exterior na qual tais partes extensivas passam a referir-se umas às outras como coisas particulares, ou seja, agem exteriormente umas sobre as outras, podendo compor

---

<sup>117</sup> EPE., p. 211.

relações maiores, ou podendo, também, decompor relações antes existentes, levando-as a seu término<sup>118</sup>.

Composição é, propriamente, a operação que dá conta dos modos existentes. Compor-se em conjuntos maiores ou menores, sempre infinitos. Uma relação de composição é aquela na qual os corpos envolvidos abandonam a relação de movimento e repouso determinada na qual suas partes extensivas se encontravam subsumidas para formar (compor) uma terceira relação. No caso contrário, em uma relação de decomposição, ocorre que um dos corpos mantém sua infinidade de partes – ou a perde, apenas, parcialmente – sob certa conexão enquanto o outro tem a sua destruída pela ação do corpo que lhe afeta do exterior. As partes extensivas do corpo decomposto perdem a conexão de movimento e repouso que mantinham.

Portanto, assim que partes extensivas, determinadas por causas exteriores, ganham uma configuração determinada em função de suas relações de composição e decomposição, velocidade e lentidão, é efetuada uma relação de correspondência por meio da expressão, que liga todos esses elementos. Um grau de potencia se exprime, de forma não causal, em uma relação determinada que subsume uma infinidade de partes extensivas. O aspecto expressivo do modo existente dispõe a relação nessa dupla face, orientada ao mesmo tempo para o caráter dinâmico, assim como para o aspecto cinético dos corpos. Os corpos existentes exigem o concurso desses três elementos: um grau de potência, responsável pela produção de determinados efeitos; uma relação certa e determinada que daí decorre e que exprime adequada e proporcionalmente essa potência, e; a operação de composição de partes extensivas, que efetua a relação de correspondência.

É dessas duas ordens, ordem das existências e das essências, que Deleuze arranca a determinação cinética e dinâmica dos corpos, assim como, as relações de composição e decomposição e as assenta sobre o plano de consistência.

---

<sup>118</sup> EPE., p. 227: “Esses corpos simples são partes extrínsecas que só se distinguem umas das outras e só se conectam umas às outras através do movimento e do repouso. Movimento e repouso são justamente a forma da distinção extrínseca e das relações exteriores entre os corpos simples”.

É necessário lembrar que a ordem das relações de movimento e repouso, enquanto exprime a ordem das essências, não envolve qualquer contradição, perda ou decomposição de suas relações, pois, exprime uma ordem investida imediatamente pelos atributos substanciais, um regime de gradação intensiva e interna (*gradus*) do plano de imanência. Nesse sentido, a quantidade geral das relações de movimento e repouso sempre se mantém constante, de modo que a decomposição ou morte de um corpo só pode ser aferida nessas condições de existência de um modo ou coisa finita, onde as partes passam a se relacionar de forma exterior umas em relação às outras.

Plano ao invés de substância única. Com efeito, o conceito de substância pode ainda guardar alguma confusão quanto ao sentido da univocidade, pelo contrário, o seu substituto, o conceito de plano remove qualquer resíduo de eminência que a substância poderia guardar sobre os seus modos. Esse parece ser o caso de *Diferença e Repetição*, em que Deleuze ao traçar uma linhagem da univocidade que remonta a uma tríade composta por Duns Scot, Espinosa e Nietzsche, vê na substância única espinosana um estágio ainda intermediário na liberação da univocidade<sup>119</sup>.

O plano de imanência, constituído apenas de multiplicidades, só pode ter uma unidade – a requerida pela univocidade do ser – e está comporta o virtual e o atual. A univocidade aqui opera em duas frentes: contra qualquer redutibilidade a um uno fundamento-raiz, articulado pelo plano de analogia (transcendência) ; contra a dispersão de um pluralismo onde seus elementos se apresentariam exteriores uns em relação aos outros, multiplicidades virtuais e atuais. Essa univocidade irreduzível é multiplicidade ou essa multiplicidade é unívoca desde que tal multiplicidade seja compreendida como coexistência de todos os seus elementos. Certamente, que ela é coexistência, também, com o plano de transcendência, mas não sem que antes suas multiplicidades sejam subtraídas e submetidas uma unidade eminente, de raiz ou de suplementação. A coexistência do plano de imanência é a rede de implicação e complicação de termos puramente intensivos que liga virtual e atual.

---

<sup>119</sup> DR., p. 61: “Todavia, subsiste ainda uma indiferença entre a substância e os modos: a substância espinosana aparece independente dos modos, é os modos dependem da substância, mas como de outra coisa”.

O plano, mais que a substância única, parece mais conforme a univocidade<sup>120</sup>. Temos, portanto, no plano, a recusa de qualquer superioridade de um termo primeiro que recorreria aos dispositivos da equivocidade e da analogia para afirmar sua eminência em relação àquilo que é produzido: os corpos, as coisas, as almas e etc... A principal consequência extraída dessa univocidade é que a medida de avaliação dos seres, sua perfeição, seu modo de ser, passa a ser intrínseca e não mais extrínseca. Assim, um ser não é julgado melhor ou mais perfeito comparativamente com outros seres, a partir da sua conformação a um modelo de ser, mas somente em conformidade com a sua potência individual, com a capacidade de produzir afeções em conformidade com a sua natureza.

#### 4.10

#### **Cartografia e Decalque: o sentido da distinção entre o agenciamento molar e molecular.**

Vimos que Deleuze procede sempre por dois momentos, por distinção e relação: uma tipologia – sua distinção de natureza, abstrata e de direito – e as misturas concretas que dizem respeito às relações que um agenciamento entretém com o outro. A relação se apresenta, assim, em dois sentidos básicos: a operação de captura, estriagem ou arborificação: operação do molar sobre o molecular; a operação de fuga, ou restituição de um espaço liso: operação do molecular sobre o molar.

Um conjunto de questões emerge: no que consiste o procedimento de captura, estriagem e arborificação das multiplicidades? O que ele captura? A captura como procedimento dos agenciamentos molares é determinável independente do que ela captura? Sobre que tipo de “matéria” ela age e constitui seu território?

Por outro lado, no que consiste a operação de alisamento ou de “restituição de um espaço liso” sobre o espaço estriado e metrificado? É urgente perguntar se às multiplicidades cabe um tipo de agenciamento, uma organização que satisfaça a

---

<sup>120</sup> MP., v. 4, p. 41: “... o Ser se diz num só e mesmo sentido de tudo o que difere. Não estamos falando aqui da unidade da substância, mas da infinidade das modificações que são partes umas das outras sobre esse único e mesmo plano de vida”.

potencialidade própria de seu registro, independente das condições do modelo arborescente. Em suma, o espaço liso depende do estriado? Uma máquina de guerra só procede e funciona assimilada a um aparelho de estado que a institucionalize? Ela tende pra esses como que para um estágio de perfeição que a realizaria?

Essa relação entre um e outro agenciamento, arborescente-molar e rizomático-molecular, e o modo de atuação de um no outro é explicitada na relação entre dois princípios: o de cartografia ou mapa, correspondente ao rizoma, e o de decalcomania, correspondente à árvore-raiz<sup>121</sup>.

O decalque, princípio característico da árvore-raiz, de um agenciamento molar, só existe em função do mapa, de uma multiplicidade, da qual ele se apropria. O decalque parece não poder operar por si próprio, exibir um funcionamento autônomo. Ele recolhe, seleciona, organiza e “resolve”, ao que parece, sobre aquilo que a multiplicidade – que lhe é sempre exterior – dispõe<sup>122</sup>.

Pelo seu turno, o mapa ou a cartografia não parece significar uma operação “sobre” algo, ou, ao menos, isso não é decisivo para sua constituição, ainda que a operação de alisamento ou restituição do espaço liso designe uma operação a partir do espaço estriado, assim como a linha de fuga com sua desterritorialização. É, justamente, em função dessa diferença entre o modo de atuação de um agenciamento em relação ao outro que se pode dizer que entre os dois polos reside uma dissimetria, uma “razão assimétrica na passagem de um ao outro”<sup>123</sup>.

Em um primeiro movimento, do mapa ao decalque, a árvore-raiz exibe uma dependência das multiplicidades. Tal como dizíamos em *Diferença e Repetição* que as multiplicidades virtuais-qualitativas ofereciam a razão suficiente das multiplicidades atuais, em *Mil Platôs* temos o caso em que as multiplicidades fornecem a “matéria” dos processos de captura: unificação, subjetivação, totalização. Certamente que há uma diferença significativa, enquanto as multiplicidades virtuais oferecem as condições de um e outro: em um caso, as

<sup>121</sup> MP., v.1, p.29.

<sup>122</sup> Ibid., p. 43: “São os decalques que é preciso referir ao mapa e não o inverso”.

<sup>123</sup> Ibid. p.31: “... esta operação não é de forma alguma simétrica à precedente, porque, com todo o rigor não é exato que um decalque reproduza o mapa”.



multiplicidades virtuais desembocavam necessariamente em multiplicidades que as atualizavam-encarnavam, era uma diferença interna que se desenvolvia e se explicava; caso distinto do decalque que opera de fora (ou internamente, de forma potencial) e desvirtua o processo invertendo-o, fazendo as multiplicidades dependerem de um modelo. É sobre elas (as multiplicidades) que o decalque opera: organiza, unifica, subjetiva, interioriza, totaliza, entre outras operações, tendo como finalidade a estabilização dessa matéria em determinadas condições para fins de reprodução.

Pareceria aos nossos olhos que a distinção entre mapa e decalque corresponderia, termo a termo, à distinção entre modelo e cópia. Na verdade, o binômio modelo-cópia corresponde, exclusivamente, ao procedimento de decalcomania<sup>124</sup>. Podemos compreender bem o decalque retomando a crítica deleuziana dirigida à noção de possível e de seu processo, a realização. O possível se obtém por abstração genérica e negativa. Enquanto tal, nada mais é que um dado, uma imagem recolhida nas condições do atual e retroprojetada como princípio ou fundamento, seja no entendimento infinito de Deus ou, simplesmente, na natureza. O seu processo (realização) consiste em efetuar tais possíveis (lógicos), traze-los à existência, seja pelo poder arbitrário de um Deus transcendente, seja por um processo de evolução que procede por semelhança e limitação. O decisivo aqui é que não há qualquer distinção de natureza entre o possível e o real, mas apenas uma diferença quantitativa, numérica. Portanto, não há criação nem diferenciação entre o possível e o real. A insuficiência de tal dispositivo é levada ao seu limite quando nos perguntamos pelas condições de mudança na realidade, pelas condições de emergência do novo, do surgimento do que não existia antes, em suma, de um acontecimento. O decalque, assim como o possível, está comprometido inteiramente com a reprodução, com uma repetição ligada à lei e à conservação.

No segundo movimento, do decalque ao mapa, pode se prescindir do modo de operar do decalque. A multiplicidade exhibe o que poderíamos chamar de uma autonomia – fundada em uma distinção de direito, uma distinção abstrata – em relação à árvore. A multiplicidade já é um agenciamento, independente de

---

<sup>124</sup> MP., v. 1, p. 31: “É sempre o imitador quem cria o seu modelo e o atrai”.

qualquer operação que lhe sobrevenha, que a determine por sobreposição. Em uma multiplicidade, há imanência entre sua matéria (intensiva) e o plano (de composição), ou seja, o que compõe o plano e o plano são, praticamente, indiscerníveis. Ela já compõe relações, acontecimentos e singularidades para além do decalque, da forma de organização desencadeada pelo plano de transcendência. É nesse sentido que os dois movimentos descritos são assimétricos; o caminho que vai de um a outro apresenta sentidos completamente distintos. São as multiplicidades que são portadoras da matéria que complementa os agenciamentos molares, enquanto que estes lhe dão em troca um suplemento acessório, camada sobreposta que subordina às multiplicidades, que lhe impõe uma organização da qual ela prescinde. O decalque só se justifica a partir do que ele apropria no mapa. O inverso não acontece.

O procedimento deleuziano após a exposição do dualismo passa a recolher extensivamente os exemplos e submetê-los ao movimento no qual esse dualismo é desfeito pela fórmula monismo = pluralismo, porém, cabe sempre ressaltar: é sempre do ponto de vista ou da perspectiva das multiplicidades que se pode dar conta do “processo”. Isso porque, a perspectiva em questão não exclui, absolutamente, os modelos de arborescência, pelo contrário, nela é possível apreender o movimento que “envolve” e determina o lugar dos processos de subjetivação, totalização e unificação. E esse lugar é sempre determinável “nas” multiplicidades.

#### 4.11

#### **Dualismo entre rizoma e árvore: irredutibilidade ontológica e axiológica**

Um problema extremamente sensível a Deleuze, no uso exaustivo que faz dos dualismos, é o de que a oposição fixada entre o molar e o molecular não seja repartida segundo um jogo dicotômico da moral. Ao determinar as características próprias a cada termo da distinção, sobretudo, na extensão política a que Deleuze submete sua análise, pode-se incorrer no equívoco de achar que as multiplicidades

rizomáticas, identificadas com sistemas acentrados, com movimentos minoritários e horizontais, correspondam a um lado bom ou justo do dualismo – o lado a se seguir, assim como, os modelos arborescentes, fortemente hierarquizados, correspondam a um lado mau ou injusto – o lado a se rejeitar<sup>125</sup>.

Para evitarmos toda e qualquer redutibilidade moral entre os dois lados, a distinção entre os dois planos precisa ser submetida a um critério de seleção que não prejudica axiológica ou ontologicamente a relação entre os dois tipos, mas o faz sob as condições de um novo estatuto dado à noção de abstração. Escapamos de um relativismo e recolhemos alguma objetividade quando os elementos na relação se apresentam sob a forma de uma razão suficiente que os apresenta sob a forma de um “encaixe” ou de uma integração entre seus lados ou partes, compreendidos em um processo. Um plano de transcendência é sempre, em alguma medida, incondicionado, não relacional e fechado, isso porque, seu procedimento consiste em recalcar ou apresentar sob a forma de uma inversão suas relações com outros elementos, de modo que as multiplicidades nesse plano aparecem sempre reduzidas e subordinadas, como resultado e produto do que elas envolvem e condicionam. Assim, o plano de imanência é o que oferece o modo de produção ou constituição do plano de transcendência. Ele oferece as linhas de sua constituição e não só, oferece, também, a forma como ela se justifica como princípio em um pseudo-movimento de inversão da realidade.

Tanto que, quando se indagam se *Mil Platôs* não recairia em uma malha moral, Deleuze e Guattari recorrem à noção de linha abstrata<sup>126</sup>. A linha abstrata é aquela que é traçada em um espaço liso, correspondente ao plano de imanência. Liberar a linha abstrata é liberar as multiplicidades de sua relação com um espaço que as estria, as metrifica e a faz circular em um plano de transcendência contingências por pontos. São nas relações de devir que a linha se libera do histórico, do estético, orgânico, do geométrico, das formações sociais determinadas. Ela escapa a qualquer manifestação de caráter fenomênico que lhe poderia afixar algum começo ou identidade em alguma forma ou aspecto determinada, ainda que na

<sup>125</sup> MP., p. 31: “...não restauramos um simples dualismo... como um bom e um mal lado?”.

<sup>126</sup> DL., p. 186.

história, na arte, no orgânico ela se veja condicionada, envolvida e relacionada com outras linhas, em relações de coexistência e contemporaneidade<sup>127</sup>.

Portanto, as multiplicidades não guardam nenhuma pureza, muito menos um sentido moral superior. Ao determinar a diferença de níveis, registros ou planos, lembramos que Deleuze e Guattari não deixam de assinalar, concomitantemente ao dualismo, dois movimentos: 1) o de que há movimentos de arborização e estratificação “próprios” ao rizoma, ou seja, movimentos de hierarquia e despotismo, assim como, comunicações horizontais e descentradas próprios aos modelos arborescentes e; 2) De que há um aspecto positivo na operação de tradução que os agenciamentos molares efetuam sobre as multiplicidades<sup>128</sup>. A esse respeito, tal operação parece estar ligada às condições de estabilização que viabilizam um alcance inviável do ponto de vista das multiplicidades qualitativas. Vemos que a noção de aberto e fechado podem ser revistas sob esse prisma, não apenas distribuindo-as entre um e outro agenciamento, mas na sua relação entre o molecular e o molar. Certamente, quando falamos da operação de tradução no espaço liso perde-se o essencial, a potência de uma divisão interna, de uma variação contínua em um movimento de criação perpétua. Porém, momentos e lances dessa variação, são projetados agora em um novo espaço (extensivo) e com uma amplitude maior que nas condições anteriores. Esse alcance é sempre limitado, é verdade, é sempre fechado pela metrificacão que lhe atravessa, que repete o mesmo apenas em tamanho, sempre fixo e constante, mas possui um poder plástico e de extensão que é bem variável e rico

Dessa forma, o plano de imanência é lançado na sua relação com o plano de transcendência, pois a produção de um pelo outro, recolhida em sua distinção de direito, não recolhe qualquer prerrogativa de uma existência de fato. Por outro lado, sua mistura não deve nos enganar acerca de sua assimetria constituinte; só por ela é possível apontarmos os sentidos múltiplos da relação entre as multiplicidades e os agenciamentos de caráter molar. Isso significa que o modo como as multiplicidades se comportam nas concretas de mistura é distinto: as multiplicidades aí, em maior ou menor grau de subordinação, se encontram: ora

---

<sup>127</sup> MP., v.5, p. 223.

<sup>128</sup> MP., v.5, p. 208.

subordinadas à forma de organização estatal, por exemplo, na qual ela funciona como peça secundária; ora conjurando essa forma, precipitando uma fuga que poderá acontecer ou não.

Certamente há um cruzamento de tudo isso, mas o erro seria e a ruína seriam a identificação e a indistinção entre um plano e outro, deixar passar ou perder a perspectiva de como um movimento dá a perceber o modo de constituição de outro. Entre o molar e o molecular, por exemplo, há fenômenos análogos sendo distribuídos ora de maneira intensiva, ora de maneira extensiva. Portanto, não há, nem distinção radical, onde os termos de um polo lhe seriam atribuíveis de forma exclusiva, no qual qualquer característica de um lado é integralmente negada de outro, assim como, não se trata de uma indistinção que não recolheria o sentido e a ação de um processo no outro. A noção de “próprio” é conveniente a esse respeito<sup>129</sup>. Em uma acepção técnica, um próprio constitui uma qualidade que, ainda que não diga respeito à essência do que ele qualifica, só pode irrevogavelmente ser atribuído a ele.

#### 4.12

##### Fazer o múltiplo

O que significa a expressão “fazer o múltiplo”, condição ligada às multiplicidades e que parece estar ausente dos contextos anteriores que levantamos, porque relança o problema das multiplicidades em chave prática?<sup>130</sup>. Nos parece que a diferença reside no fato de que a determinação das multiplicidades, tanto no *Bergsonismo* quanto em *Diferença e Repetição*, se encontrava ligada a um empreendimento mais descritivo. Importava, antes de tudo, estabelecer uma tipologia das multiplicidades e dar conta do processo que ligava multiplicidades virtuais e multiplicidades atuais. A descrição do plano de imanência, suas determinações cinética e dinâmica, suas singularidades e seus acontecimentos cumprem essa tarefa. Fazer o múltiplo parece ser coisa distinta.

<sup>129</sup> MP., p. 42: “... os rizomas têm seu próprio despotismo, sua própria hierarquia...”

<sup>130</sup> Ibid., p. 21: “Na verdade não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir... É preciso fazer o múltiplo...”

A certa altura, quando o dualismo começa a ceder na sua forma opositiva, somos levados a inquirir Deleuze: por quê o rizoma e não a árvore? Vimos, a pouco, a improcedência de qualquer dispositivo moral de avaliação dos dois tipos de agenciamento, mas nota-se igualmente que Deleuze não diz, “faça o uno”, “viva a unidade”. Não encontraremos, acerca dos agenciamentos molares, nenhum registro de mesmo tom imperativo com o qual ele exorta o leitor a uma prática implicada no rizoma<sup>131</sup>.

Fazer o múltiplo é criar para si um “corpo sem órgãos”. Até agora temos usado a noção de corpo um pouco indiscriminadamente: corpo intenso, corpo extenso, corpo sem órgãos. Mas o que é esse corpo e o que ele recobre? Já que fazer o múltiplo envolve todas essas referências, cabe um esclarecimento prévio acerca de uma recorrente confusão que a noção possa oferecer. O corpo não se reduz ao extenso, confusão debitada de uma posição de superioridade eminente da alma sobre o corpo, herdada de um idealismo clássico. O corpo é tomado agora sob o prisma do agenciamento em seu eixo horizontal (bivalência conteúdo/expressão), isso quer dizer que ele é indissociável de enunciados que coexistem com ele no plano. Nesse sentido ele é mistura de corpos, correspondente ao polo conteúdo (agenciamento maquínico de corpos). Assim, tanto o corpo quanto o pensamento, ou melhor, tanto um agenciamento quanto o outro do eixo horizontal, tem uma natureza extensiva, composta de partes extensivas, exteriores umas em relação às outras e que exibem, assim, relações de composição e decomposição, assim como os corpos tem uma natureza intensiva, concernente à determinação dinâmica e cinética.

Quanto ao “CsO”, termo de uma plasticidade significativa na obra de Deleuze, nos interessa tomá-lo na convocação que *Mil Platôs* lhe faz – “como criar para si um corpo sem órgãos?”, ou seja, a de um alcance prático. Isso significa deslocar, ou melhor, desdobrar o conceito do campo de batalha inicial contra a psicanálise (*Lógica do Sentido e Anti-Édipo*), no qual desinvestia boa parte das posições contingenciadas pelo familismo, a favor de uma liberação e de investimento social

---

<sup>131</sup> Ibid., p. 48: “faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidades!”.

do desejo – tema de uma produção (fábrica, usina) contra o teatro (representação, interpretação) do desejo.

Se as multiplicidades não reconhecem e, tampouco, obedecem as coordenadas fixadas e projetadas por uma via da ontologia, por uma imagem moral e dogmática do pensamento, daí, a questão: em que condições se cria para si um corpo sem órgãos? Como “fazer” sem uma ordenação moral da realidade, com seu receituário de normas, interditos e prescrições? E não se trata nunca de “um”, fazer o múltiplo implica, necessariamente, vários, multiplicidades de multiplicidades. É impossível reconduzir a prática das multiplicidades a algo como um, princípio ou finalidade<sup>132</sup>.

Fazer, em condições de multiplicidades, aponta para uma prática, para uma construção. Já que um corpo intensivo não é dado, como não preexiste a sua construção, qualquer técnica do decalque – remissiva ao jogo dicotômico entre modelo e cópia – lhe é irredutível. Ao mesmo tempo, esse fazer não irradia de um sujeito constituído. Nesse ponto, é preciso remover qualquer resíduo de voluntarismo, da posição de um sujeito prático como sede e senhor de suas ações. Não se pratica o CsO ou o múltiplo por arbítrio. Vimos nos processos de devir que mesmo a posição de um indivíduo (excepcional) encontrava-se sempre envolvida, ou seja, mesmo o termo mais desterritorializado, o termo que precipitava a desterritorialização, já era envolvido por multiplicidades em um bloco de devir. Por isso, o que investe na constituição de um plano de imanência e o que o ocupa são de mesma natureza. Caso contrário, pode-se ainda reconduzir a uma distinção que distribui, por um lado, uma coisa como um suporte de atribuição (*hipokeimenon*) e, por outro, o que lhe é atribuível sob a forma predicativa (proposicional)<sup>133</sup>.

Um CsO é coisa distinta disso. Em primeiro lugar, tem a ver com um limiar que diz respeito à potência de uma coisa. Vimos, sobretudo, com Espinosa, que Deleuze concebe a individuação sempre nesse registro intensivo de determinações cinéticas e dinâmicas. O plano de imanência envolve todas essas multiplicidades implicadas umas nas outras e o que vai recair sobre um indivíduo é, precisamente,

<sup>132</sup> MP., v.2, p. 11: “De todo modo você tem um (ou vários)...”

<sup>133</sup> Ibid., p. 16: “Mas o CsO não é uma cena, um lugar, nem mesmo onde aconteceria algo”.

um certo limiar, uma configuração latitudinal de um poder de afetar e ser afetado, correspondente a uma determinada proporção de movimento e repouso, velocidade e lentidão.

A produção de um CsO está ligada, portanto, a um modo de ser, a uma singularidade. Criar está ligado a um espaço intensivo (*spatium*), um espaço liso. Circular, passar, está ligado ao modo de ocupação desse espaço, e no caso do espaço liso, “ocupa-se sem contar”<sup>134</sup>. O liso não é o homogêneo, ele é bloco de devir comportando elementos heterogêneos e assimétricos, sendo, portanto, irreduzível a qualquer procedimento ulterior de estriagem ou metrificação do seu espaço que o homogeneiza e o faz cair sobre uma distribuição sedentária, determinando formas, funções e finalidades. O espaço liso é o espaço próprio das multiplicidades. Não há qualquer repartição ou disposição prévia que oriente como se deve ocupar o espaço, tampouco, qualquer unidade de medida que restrinja espacialmente esse modo de ocupar. Tal modo de ser e ocupar, criar e circular em um CsO não obedece a um plano (transcendência) ou programação no sentido de um desígnio.

Nos ocorre, por vezes, opor um corpo intenso a um corpo extenso, como se a prática das multiplicidades dependesse exclusivamente de uma “intensificação” dos corpos e indivíduos para além, ou mesmo em detrimento das condições da extensão. Porém, pouco se trata de opor um ao outro, mas antes, de compreender como, a partir de sua correspondência, pode se fazer convergir os dois na criação de um corpo mais potente, ao mesmo tempo, intenso e extenso. Isso parece se confirmar quando Deleuze distingue os órgãos, as multiplicidades atuais produzidas pelo plano de imanência, do organismo, ou seja, a submissão desses órgãos a uma organização, a uma função previamente determinada e a uma finalidade específica.

Em linhas gerais, parece ser esse o sentido que pode ser recolhido na prática do rizoma, a qual destitui uma ontologia, como prática normativa do “ser”, em

---

<sup>134</sup> MP., v. 5; P. 196: “Boulez diz que num espaço-tempo liso ocupa-se sem contar, ao passo que num espaço-tempo estriado conta-se a fim de ocupar”.



proveito de uma pragmática, como prática conectiva e heterogênea das multiplicidades, expressa pela fórmula e...e...e”<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> MP., v.1, p. 48.

## Conclusão

Não acreditamos que em *Mil Platôs* Deleuze tenha por intento sustentar um dualismo entre os dois tipos multiplicidades, tal como ele se encontrava formulado nas obras anteriores. De um empreendimento descritivo que se prestava a ligar multiplicidades virtuais e atuais por meio de um processo, onde um tipo de multiplicidade encarnava/atualizava a outra, desembocamos em um regime perfeitamente real – pois produzido nas condições do atual – de captura e subordinação das multiplicidades. Aos agenciamentos de caráter arborescente, molar, não parece ficar claro que eles designem multiplicidades, mas antes que se produzam sobre as multiplicidades, subordinando-as. A distinção que percorre o texto é entre multiplicidades rizomáticas e modelos arborescentes. E enquanto estes últimos estão vinculados a um compartimento estruturado em termos de uno e múltiplo, nos parece clara a impossibilidade de manter um dualismo de multiplicidades sem assinalar esse elemento que lhe sobrevém, como o que lhe excede e o suplementa, a transcendência.

Em *Mil Platôs*, parece haver uma exigência de primeira ordem, uma análise do poder imanente à vida: de sua instituição, de seu funcionamento e organização. Podemos dizer que há uma análise do poder distribuída conforme o dualismo, respeitando a distinção entre rizoma e árvore. A nossa questão é: que tipo de dualismo será formulado com base nessa análise? Ou melhor, que tipo de dualismo é exigido pra fazer frente ao movediço cenário do pensamento político contemporâneo. Parece claro que há a identificação, por parte de Deleuze, do sistema arborescente com a organização do estado, da família e da sociedade – caracterizado em um nível molar, macrofísico dos agenciamentos. De outro lado, há a formulação, plenamente desenvolvida em Deleuze, de uma análise do poder no nível molecular, microfísico dos agenciamentos – nos “sistemas acentrados”, nos “bandos”, nas “matilhas” e etc.. O dualismo de *Mil Platôs* parece corresponder, simetricamente, à distinção entre multiplicidades e o dispositivo uno-múltiplo.

Foi esse o ponto em torno do qual nossos esforços se desenvolveram mais extensivamente por reconhecermos nele o sentido de um reposicionamento do complexo “uno-múltiplo” no pensamento de Deleuze. Acreditamos que com o aporte oferecido pelas análises de *Bergsonismo* e *Diferença e Repetição* estaremos em condições de apreender o desenvolvimento da questão e de tornar um pouco mais claro a complexa rede de relações que envolve uma teoria das multiplicidades em *Mil Platôs*.

## Referências bibliográficas

- ALLIEZ, Eric. **Deleuze: philosophie virtuelle**. le plessis-robinson. Paris: Ed. Synthélabo, 1966.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. Trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Espinosa e o problema da expressão**. São Paulo: Ed. 34, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Método de Dramatização**. In:\_\_\_\_\_. A ilha deserta e outros textos. Edição preparada por David Lapoujade. São Paulo, Iluminuras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Ed. Escuta, 2002
- \_\_\_\_\_. **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas**. 1975-1995. Edição preparada por David Lapoujade. Trad. de Guilherme Ivo; revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O que é a filosofia?** 3. ed. Trad. Bento Prado Jr., Alberto Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 1**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 2**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. V. 4**. Rio de Janeiro: 34, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 5**. Rio de Janeiro: 34, 2. Ed., 2012.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.
- HARDT, Michael. **Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- PRADO JR., Bento, PEREIRA, Oswaldo Porchat, FERRAZ, Tércio Sampaio. **A filosofia e a visão comum do mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- WORMS, Frédéric. **Bergson ou os dois sentidos da vida**. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.
- ZOURABICHVILI, François. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- \_\_\_\_\_. **O vocabulário Deleuze**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumara, 2009.